UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Letras

Mestrado em História Medieval

1147
uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas

Tese orientada pelo
Prof. Doutor Hermenegildo Fernandes

Inês Lourinho
- n.º 36 879 -

Ao professor Hermenegildo Fernandes

---

por ter aceite orientar alguém que não conhecia,
assim como pelos apelativos ensinamentos
das aulas, dicas para reflexão, sugestões e olhar
crítico com que analisou o produto final

Aos professores António Dias Farinha, Armando Martins, José Varandas,
Manuela Mendonça, Margarida Garcez Ventura e Pedro Barbosa

---

pelos preciosos conhecimentos que me permitiram
aprofundar o contexto dos eventos tratados nesta tese
e alcançar conclusões mais ricas

Ao Luís e ao Francisco

---

pelo apoio e amizade, troca de informações e livros,
traduções do latim e feroz espírito de advogado do diabo
com que testaram a solidez da minha muralha teórica

Ao André

---

pela troca de informações e livros

Ao Miguel

---

pelas soluções ao nível gráfico

Ao Djamel e à Dahbia

---

pela amizade e imprescindíveis traduções do árabe

Ao Cláudio e à minha família

---

pela infinita paciência com que ouviram falar,
durante longos meses, de personagens estranhas

Às personagens nesta tese

---

por terem convivido comigo e se deixarem escrever

1147. O ano em que tudo aconteceu. No bloco cristão, Afonso Henriques e Afonso VII apoderaram-se de praças como Santarém, Almeria e Lisboa. Forjaram-se novas fronteiras, avançou-se para Sul. Do lado muçulmano, o sismo almóada fez cair Sevilha e Marraquexe, as capitais almorávidas. Espartilhados entre os cristãos do Norte e os almóadas do Sul, os andaluzes procuravam assumir-se como senhores independentes dos territórios onde, desde há séculos, as culturas hispano-romana, árabe e berbere formavam um produto original.

Numa era em que dinastias se fizeram e desfizeram e, no sábio dizer de Ibn Khaldun, o cálamo deu lugar ao fio da espada, surgiram os alicerces do reino de Portugal. Tema abundantemente analisado de uma perspectiva cristã, com o trabalho de José Mattoso a corporizar um dos mais destacados exemplos, carecia de uma investigação para lá das linhas do Tejo. Dar voz às fontes muçulmanas, escalpelizá-las, contrapô-las aos textos cristãos, procurar coerências e dissonâncias, preencher vazios e, com isso, chegar a uma imagem mais focada sobre o contexto histórico que permitiu a conquista de Lisboa: eis o objectivo da presente tese de mestrado.

O enfoque cronológico foi colocado no intervalo entre Agosto de 1144, data em que Ahmad b. Qasi tomou o castelo de Mértola e deu origem a uma cascata de rebeliões que ficaram conhecidas como terceira *fitna* (sedição), e Outubro de 1147, quando Lisboa reverteu para o domínio português. Mas, para chegar aos conturbados anos em que o império almorávida deu lugar ao almóada, foram necessárias incursões pelo passado, por vezes, profundas. Procurámos traçar o percurso de todas as personagens com relevância durante este lapso de tempo e compreender as suas opções políticas. Em certos momentos, a aventura transportou-nos ao século XI.

No plano territorial, considerámos parcelar uma abordagem que incluísse apenas os espaços que actualmente intregram Portugal. Tentámos articulá-los com os reinos peninsulares vizinhos e a conjuntura do Magrebe. Nestas andanças, emergiram figuras como Afonso VII, Abd al-Mumin e Rogério II da Sicília e os seus programas políticos.

Quanto à norma-base usada na transcrição dos antropónimos e topónimos de origem árabe, foi tomada como referência a *Enciclopédia do Islão*. Por uma questão de simplificação tipográfica, prescindimos, no entanto, de marcar o *hamza*, o *ayn*, as vogais longas e os sinais diacríticos que assinalam as consoantes enfáticas e aspiradas.

A análise das fontes revelou a enorme velocidade de sucessão dos acontecimentos. Todas as acções pareciam originar uma reacção quase imediata.

A riqueza da informação permitiu-nos traçar uma linha do tempo com eventos quase todos os meses. Muitas vezes, temos inclusivamente os dias exactos. Este ritmo não poderia ser perdido. Faz parte da verdade dos factos. E tem dificuldade em adaptar-se ao esquema clássico de "introdução – desenvolvimento – conclusão", vulgarmente usado na composição de uma tese. Optámos por um estilo mais vívido e próximo do leitor, como resulta claro à medida que o texto se desenrola. Esperamos ter ganho em fidelidade ao processo de transmissão da memória.

polaroid do Mediterrâneo ocidental

Ali b. Yusuf, filho de Yusuf b. Tashfin e Fad al-Husn, uma cristã que excedia em beleza, despediu-se da vida após 37 anos de reinado, em Janeiro de 1143. O seu desaparecimento precipitou o colapso do império almorávida. Mas os sinais desta morte prolongada começaram a notar-se já na década de 20 do século XII, com as invectivas de Ibn Tumart, autoproclamado *mahdi* e reformador das leis e costumes.[1] Agudizaram-se na seguinte, quando as palavras deram lugar aos actos e Abd al-Mumin b. Ali, fiel discípulo do novo messias, reuniu base de apoio para minar pelas armas o poder dos emires cujo território se estendia desde a África subsariana à bacia do Tejo.

Norte de África a ferro e fogo

Durante a grande campanha entre 1139 e 1147, os almóadas esmagaram o Magrebe com impressionante eficiência. Uma após outra, as praças norte-africanas foram caindo nas mãos dos seguidores de Ibn Tumart, até que, em Março de 1147, sucumbiu Marraquexe, a capital fundada por Yusuf b. Tashfin.

A legitimação do novo califado recorreu a uma cuidadosa estratégia assente na genealogia. Abd al-Mumin dizia-se descendente de Maomé por meio de Gannuna, filha de Idrisi II. Na via patrilinear, conforme a evolução dos interesses políticos, socorreu-se

---

[1] Ibn Tumart pregou durante anos, num périplo pelo Magrebe, e terá dirigido cartas violentas a Ali b. Yusuf e aos almorávidas, dizendo-se descendente e verdadeiro seguidor de Maomé. Ameaçava *"os injustos"* com o castigo de Deus e a espada dos almóadas, *"os muçulmanos"* (*Lettres d' Ibn Tumart et de 'Abd al-Mu'min*, pp. 17-20). Autores como Vincent Lagardère discutem a autenticidade destas cartas.

tanto de linhagens que evidenciavam ramos berberes como árabes da família do Profeta. Podia, assim, adornar-se com o título de califa ou *"comandante dos crentes"*.

Para a marcha triunfal almóada, concorreu o prolongamento da guerra. Ao catalizar a carga fiscal e propiciar fomes dramáticas entre 1142 e 1147,[2] pesou de forma decisiva contra o poder almorávida. Os contribuintes foram tão sobrecarregados pela guerra e a fome que já não conseguiam pagar os impostos.[3] A defecção das populações facilitou a ascensão de Abd al-Mumin. Os casos de insubmissão foram violentamente reprimidos.

Mas outros actores disputaram a conjuntura. A partir de 1144, os ataques de Rogério II no Norte de África provaram que os almóadas teriam de contar com as pretensões dos normandos da Sicília no controlo do comércio no Mediterrâneo. Neste ano, Ceuta foi obrigada a defender-se de uma armada de 150 navios do senhor de Hauteville.[4] Em Julho de 1147, Mahdia, cidade de fundação fatimida, não resistiu a uma vaga de 250 galeras sicilianas, chefiadas pelo almirante Jorge de Antioquia,[5] melquita de origem grega, ex-embaixador do califado do Egipto. Não fora a grande campanha contra Bizâncio, entre 1147 e 1148, que transferiu as atenções de Rogério II para Oriente, a posição dos sicilianos em Ifrikiyya poderia ter sido mais duradoura.

Al-Andaluz em desagregação

Do lado oposto do estreito de Gibraltar, a instabilidade não era menor. Ahmad b. Qasi, místico sufi de origem muladi, rebelou-se contra o poder almorávida. Em Agosto de 1144, enviou a Mértola um destacamento liderado por Ibn al-Qabila.

[2] *"A fome expulsava as gentes dos campos para as cidades, mas estas fechavam as portas para não deixarem entrar ninguém"*, Ibn al-Athir, *Annales du Maghreb et de l'Espagne*, p. 562. A mesma fonte refere que, no final do período almorávida, a situação se agravou a ponto de as populações se verem obrigadas a cometer actos de antropofagia. À fome, seguiu-se a peste, com grande devastação e mortalidade. Uma grande parte da população fugiu para a próspera Sicília. Já em 1140, Ibn Idari refere um aumento do preço da cevada (*Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici, p. 228).

[3] *Nova História de Portugal*, Dir. Joel Serrão e Olveira Marques, Vol. III, p. 76.

[4] Ibn Idari registou para a posteridade as muitas baixas de parte a parte (*Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 236).

[5] Ibn al-Athir, Trad. E. Fagnan, p. 563. O cronista refere a data de 2 de Safar de 542, que corresponde a 3 de Julho de 1147 e não a 21 de Junho, como indicado pelo tradutor. Segundo o mesmo autor, Rogério II procurou tirar partido da conjuntura de fome e devastação para conquistar a cidade.

A guarnição do castelo foi chacinada e Ibn Qasi proclamou a independência. Outros líderes das elites andaluzas se lhe seguiram.[6] A permanência almorávida na Península tornou-se precária. Rapidamente, surgiram dezenas de pequenos reinos a discutir o poder. As estradas passaram a ser o habitat natural de assassinos e ladrões. A violência permeava o dia-a-dia. As alianças políticas faziam-se e desfaziam-se à medida de uma conjuntura que evoluía à velocidade da luz.

Pouco antes do ocaso almorávida, o grande geógrafo de Ceuta Muhammad al-Idrisi empreendeu uma expedição ao al-Andaluz ao serviço de Rogério II da Sicília. A partir das notas e impressões de viagem recolhidas nestas e noutras latitudes, elaborou um planisfério e um compêndio, obras comummente agregadas sob o título *Kitab Rudjar* ou *Livro de Rogério*. A descrição do Gharb al-Andaluz dá-nos pistas sobre as divisões administrativas até 1144. Santa Maria (Faro), Mértola, Silves e grande número de praças-fortes e aldeias pertenciam à região de al-Gharb. Por sua vez, al-Qasr, Évora, Badajoz, Xerez, Mérida, Alcântara da Espada e Coria constituíam a província de Alcácer. Já Santarém, Lisboa e Sintra davam forma à Balata.

Torna-se mais compreensível que Sidray b. Wazir, aquele que recusou auxílio aos lisboetas sitiados pelos exércitos de Afonso Henriques, se tenha proclamado rei de cidades como Évora, Beja, Alcácer e Badajoz: constituíam uma região provavelmente articulada. Por sua vez, Ibn Qasi estendeu a influência sobre Mértola e Silves, pertencentes a uma mesma lógica territorial.

A Balata, por sua vez, denota um processo de desagregação. O *Chronicon Lusitano* e os *Anais do Rei Afonso* referem que, a partir de 1144, Lisboa e Santarém passaram a pagar tributo a Afonso Henriques. Em troca, evitavam a devastação nos seus termos. Acordos desta natureza faziam parte do *modus operandi* da marca. Mas as duas cidades terão optado por estratégias de sobrevivência diferentes. A análise da conjuntura muçulmana deixa-nos pensar que a actual capital portuguesa se manteve almorávida até

---

[6] Na *Crónica de Afonso o Imperador*, a *fitna* é descrita com as seguintes palavras: *"Naquele tempo, o rei Zafadola* [Ibn Hud, de Roda, que tinha prestado vassalagem a Afonso VII] *e todos os cidadãos das cidades do Sul da costa mediterrânica até Toledo levantaram-se contra os almorávidas, então comandados por Ibn Ghanya. Milhares de almorávidas e muçulmanos da Hispânia pereceram na insurreição. Os muçulmanos da Hispânia ganharam no início e expulsaram Ibn Ghanya e os outros almorávidas de Córdova. Mas este conseguiu apoio dos almorávidas que tinham conseguido fugir e houve grandes massacres e um estado geral de caos no Sul da Hispânia"*.

ao fim. Após a queda de Santarém, muitos habitantes da cidade escalabitana, assim como os nobres de Sintra, Almada e Palmela,[7] procuraram-na como refúgio.

A possibilidade de Lisboa ter continuado almorávida pode explicar que as elites de Palmela não tenham fugido para Alcácer, mais próxima, mas noutro contexto político. A região encontrava-se dominada por Sidray b. Wazir, que, algures no segundo semestre de 1147, foi obrigado a reconhecer os almóadas. Em Junho do ano anterior, um exército comandado por Abu Ishaq Barraz al-Massufi, um almorávida convertido à causa de Abd al-Mumin, desembarcou no al-Andaluz para perturbar o equilíbrio instável dos reinos independentes e, em Janeiro de 1147, conquistar Sevilha.

Face à instabilidade no al-Andaluz, os monarcas cristãos não perderam tempo a pressionar as fronteiras para Sul. Em Agosto de 1147, Afonso VII atravessou o território muçulmano e alcançou a tão cobiçada Almeria, ao largo da qual aguardavam as naves de Génova, Pisa e Catalunha. O ataque concertado fez tombar a mais poderosa cidade com vocação marítima do al-Andaluz.

Afonso Henriques, após um golpe de mão em Março do mesmo ano, apoderou-se de Santarém. Em Junho, estava já às portas de Lisboa e, com a ajuda de cruzados anglo-normandos e germânicos, foi bem sucedido poucos meses depois. Estava lançada a primeira pedra de um reino que só viria a ser reconhecido em pleno mais de 30 anos depois, com a famosa *Bula Manifestis Probatum*. Mas este acto fundacional é mais devedor de uma conjuntura altamente favorável do que do celebrado heroísmo do primeiro monarca. As fontes muçulmanas apontam para uma conclusão: sem ajuda militar e politicamente isolada, Lisboa teve de resistir sozinha às forças do rei de Portugal.

messianismo a ocidente

Para compreender os eventos desta época conturbada, que levaram à queda de Lisboa, há que começar por rever a carreira de Ahmad b. Qasi, personagem pintada com as cores da controvérsia. Aviltado na sua dimensão política pelos historiadores do período almoáda, que não lhe perdoaram a concorrência ao messias oficial, Ibn Tumart, e ressuscitado na actualidade com epítetos de orgulho nacional, escasseiam as críticas equilibradas quando se fala daquele que suscitou a revolta dos muridinos. Perdeu-se a

[7] *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, Trad. Aires Nascimento, p. 79.

obra homónima, de Ibn Sahib al-Salah, historiador coevo nascido em Beja. Para reconstituir estes eventos, há que recorrer a Ibn al-Khatib, Ibn al-Abbar, informações dispersas por outras fontes e alguma dose de dedução.

Anatomia de um místico

No seu *Dicionário Biográfico dos Príncipes e Nobres do al-Andaluz*, parcialmente traduzido por David Lopes, Ibn al-Abbar dá-nos algumas pistas. Diz o erudito valenciano que Ibn Qasi, muladi nascido em Silves, foi o primeiro a sublevar-se no al-Andaluz no fim da dinastia almorávida. A história é sobejamente conhecida e conta-se em algumas linhas. Durante a juventude, foi um hedonista. Ao tomar contacto com os ensinamentos do mestre sufi oriental al-Ghazali, vendeu a fortuna, distribuiu-a pelos pobres e lançou-se no ascetismo ostensivo, num percurso pessoal de extremo a extremo. Aos poucos, foi construindo um ideário de revolta associado ao sufismo. Ibn al-Khatib faz um relato muito semelhante destes acontecimentos.[8] A associação ao movimento dos muridinos de personagens da elite militar, administrativa e intelectual do Gharb, como Sidray b. Wazir e Ibn al-Mundhir, permitiu-lhe alargar influência.

No desafio ao poder instituído, Ibn Qasi procurou legitimar-se pela religião. Uma fonte almóada, al-Wahid al-Marrakushi, diz que era senhor de ardis, prestidigitação e oratória, com o objectivo de ganhar o coração do povo.[9] Ibn al-Abbar, por sua vez, acusa-o de afirmar-se detentor de poderes sobrenaturais. A propaganda do *mahdi* do Gharb também garantia que tinha feito a peregrinação a Meca numa só noite e comunicava com o Além.[10]

O sufismo, pelo potencial de desestabilização social e política, era alvo da repressão almorávida. A obra de al-Ghazali foi publicamente queimada em Córdova por ordem de Ali b. Yusuf, em acordo com o cádi Ibn Hamdin, pai daquele que havia de rebelar-se em 1145, e os seus seguidores perseguidos e executados.[11] Ao tempo de Tashfin, portanto, já depois de 1143, repetiu-se a queima dos livros do mestre.

---

[8] Ibn al-Khatib, *Kitab a'mal al-a'alam*, Ed. E. Lévi-Provençal, pp. 248-251.

[9] Al-Wahid al-Marrakushi, Trad. Ambrosio Huici, p. 172.

[10] *Al-Hullat al-Siyara*, Trad. Martim Velho, p. 102.

[11] A tradição messiânica teve vários actores ao longo da História do al-Andaluz. O primeiro terá sido al-Fatimi, que se rebelou em finais do século VIII na região central da Península e, como o nome indica,

Além de riscos políticos, o messianismo tinha algumas fraquezas de natureza ideológica. O investigador Abdallah Khawli revela uma carta do místico sufi Ibn al-Arif, de Almeria, a Ibn Qasi, redigida entre 1131 e 1135. Aconselha-o vivamente a rejeitar este caminho. O mestre é peremptório: *"A difamação do poder político e a espera de um* mahdi *para a reforma é uma ilusão que ninguém razoável pode admitir; apenas um homem vulnerável pode acreditar em tal"*.

Mas a estratégia de Ibn Qasi, ao insistir numa linha religiosa interdita, estava longe de desajustada. Como argumenta Khawli, denotava um conhecimento profundo da realidade do Gharb, região sem classe urbana de juízes e em cujo meio rural as tendências místicas se encontravam difundidas.[12] Os sábios do Islão anunciavam a vinda de um messias a partir do ano 500 da Hégira (2 de Setembro de 1106 a 22 de Agosto de 1107), facto certamente aproveitado por Ibn Qasi e outros candidatos a messias. A figura do *mahdi* consubstanciava a resposta a uma necessidade de voz política das camadas sociais mais desfavorecidas. O mesmo Abdallah Khawli aponta para uma situação oposta no Sharq al-Andaluz, onde dominava o malikismo.[13] Daí, na sua opinião, que tenham sido os cádis a reclamar-se legítimos sucessores dos almorávidas no Levante.

Os riscos teriam, pois, sido cruzados com o potencial de benefícios. Ibn Qasi estava consciente da importância da propaganda religiosa na ascensão de uma dinastia, mais-valia, de resto, sublinhada por Ibn Khaldun. Porém, ao contrário do *mahdi* dos almóadas, carecia de um grupo unido ao seu redor pelo sentimento clânico. O próprio historiador tunisino avisa: a propaganda religiosa constitui um poder adicional face ao simples sentimento de grupo, mas não pode materializar-se nele.[14] Ou seja, sem a *asabiyya*, a dinastia corre o risco de morrer à nascença, como os acontecimentos viriam a provar de forma tangível.

Ibn Qasi tentou a conquista do castelo de Monte Agudo. Foi perseguido. Alguns apoiantes acabaram nas masmorras sevilhanas. Conseguiu esconder-se entre os

---

se dizia descendente da filha do Profeta. Outro *mahdi*, Ahmad b. al-Qitt, foi um príncipe omíada que surgiu por volta do ano 900 (ver Maribel Fierro, *Doctrinas y Movimientos Mesiánicos en al-Andalus*).

[12] Abdallah Khawli, *Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas*, p. 26.

[13] Malik b. Anas, *imam* de Medina que viveu no século VIII, é autor da obra *al-Muwatta*, a mais antiga respeitante ao *hadith*, o conjunto de tradições emanadas do Profeta que constitui a base da jurisprudência islâmica. É considerado pelos muçulmanos o mais importante livro depois do Corão.

[14] Ibn Khaldun, *Muqaddimah*, Trad. Franz Rosenthal, pp. 126-7.

Banu al-Suna, família do termo de Mértola. Foi na clandestinidade que enviou uma expedição liderada por Ibn al-Qabila[15] para conquistar o *hisn* que controlava a região,[16] nas palavras de Ibn al-Abbar, um dos mais fortes do Ocidente do al-Andaluz.[17] A 14 de Agosto de 1144,[18] o castelo foi conquistado e, a 1 de Setembro,[19] o novo senhor de Mértola tomou posse da fortificação.[20] Ibn al-Abbar não deixa dúvidas: Ibn Qasi aproveitou-se do enfraquecimento político no Gharb para lograr esta conquista.[21]

Pouco depois, à maneira de um rei, escreveu às cidades do Gharb para se rebelarem contra o poder almorávida. Ibn al-Khatib diz que teve muitos seguidores e que *"toda a gente má se lhe veio juntar"*, fidelidade subsidiada por *"grandes liberalidades em dinheiro"*.[22] Évora e Silves, sublevadas de fresco contra o poder almorávida, foram as primeiras cidades a reconhecer Ibn Qasi. Em Setembro, os seus líderes, respectivamente, Ibn Wazir e Ibn al-Mundhir, deslocaram-se a Mértola para prestar homenagem ao novo homem forte do Gharb, que lhes confirmou as possessões,[23] qual prerrogativa de monarca.

---

[15] Ibn al-Khatib não poupa superlativos a Muhammad b. Yahia, de Saltes, conhecido como Ibn al-Qabila. Chama-lhe o mais astuto e valente guerreiro, também versado nas letras (*História do Andaluz*, Trad. David Lopes, p. 114). Ibn al-Abbar diz que era um homem de grande perspicácia e coragem (*al-Hullat al-Siyara*, Trad. Martim Velho, p. 102). Em ambas as obras, é designado como "o eleito".

[16] Segundo Ibn al-Abbar, 70 homens montaram uma emboscada junto ao castelo, mataram a sentinela e apoderaram-se da fortificação ao anoitecer (*Dicionário Biográfico*, Trad. David Lopes, p. 101). A *Crónica de Afonso o Imperador* descreve o evento da seguinte forma: *"Maomé, um chefe muçulmano de sangue real, matou todos os almorávidas de Mértola e seu termo"*. Referia-se a Muhammad b. Yahia, Ibn al-Qabila.

[17] Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, Trad. David Lopes, p. 101.

[18] 12 do mês de Safar de 539 (Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, Trad. David Lopes, p. 101).

[19] 1 do mês de Rabi I de 539 (Ibn al-Khatib, Trad. David Lopes, p. 115).

[20] Ibn Idari revela que os primeiros a proclamar os almóadas no al-Andaluz foram os habitantes de Mértola, em 12 de Julho de 1144. Mas, nesta data, Mértola ainda não tinha sido conquistada pelos partidários de Ibn Qasi, o que só veio a acontecer no mês seguinte. Além disso, a revolta do *mahdi* contra os almorávidas foi um acto de independência e não uma marca de submissão aos almóadas.

[21] Ibn al-Abbar, *al-Hullat s-Siyara*, Trad. Martim Velho, p. 103.

[22] Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, Trad. David Lopes, p. 115.

[23] Idem, p. 103.

"Naquele tempo, ismaelitas insurgiram-se contra moabitas, isto é, andaluzes contra árabes, e expulsaram-nos dos seus castelos e cidades," eis as palavras do *Chronicon Lusitano* para relatar o início da *fitna*.[24]

Biografia possível de dois muridinos

Sidray b. Wazir, que usava a *kunya* de Abu Muhammad, foi o típico homem da fronteira. De autoproclamado rei de Évora, Beja, Alcácer e Badajoz a conselheiro da corte almóada para as campanhas no Gharb al-Andaluz, as suas pisadas a partir de 1144, pontuadas por alguns reveses, evidenciam uma notável lucidez política, aparentemente destituída de qualquer traço ou ambição de natureza religiosa.

Baseado nos títulos atribuídos a Ibn Wazir em fontes como o *al-Bayan al-Mughrib*, de Ibn Idari, e o *al-Mann bil-Imana*, de Ibn Sahib al-Salah, a saber *emir* e *sayh* do Gharb, Abdallah Khawli propõe que tenha ocupado cargos administrativos ao tempo dos almorávidas.[25] Poderia, assim, ter sido encarregue do governo da província de Alcácer, de que Évora fazia parte. Enfraquecido o poder almorávida, ter-se-ia apoderado dos domínios confiados.

Christophe Picard indica que os mesmos títulos são sinónimo de que Ibn Wazir seria um chefe militar, representante de uma geração que, sob a tutela almorávida, fez carreira nas regiões de fronteira.[26] A ausência de biografias sobre os Banu Wazir remete para um passado sem relevância intelectual, reforçando o argumento segundo o qual a ascensão deve ter ocorrido pela via administrativa e militar.

Ao tomarmos contacto, na *Crónica de Afonso o Imperador*, com as circunstâncias que rodearam a vassalagem de Ibn Hud (Sayf al-Dawla) a Afonso VII, obtemos mais dados sobre essa substituição das elites andaluzas operada pelos almorávidas. O senhor de Rota, de família andaluza, transferiu a sua lealdade em 1131, por sentir-se preterido pela dinastia no poder.

Se poucas certezas existem sobre Ibn Wazir até 1144, Ibn al-Abbar dá-nos alguma informação sobre Ibn al-Mundhir.[27] Era um notável de Silves e, como Ibn Qasi, tinha origem muladi. Estudou em Sevilha, distinguiu-se na jurisprudência e nas letras e

---

[24] *Chronicon Lusitano*, España Sagrada, Tomo XIV, Ed. Enrique Florez.

[25] Abdallah Khawli, *La Famille des Banu Wazir*, p. 106.

[26] Christophe Picard, *Le Portugal Musulman*, p. 93.

[27] Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, Trad. David Lopes, p. 103.

chegou a desempenhar o cargo de magistrado da sua cidade. Mais tarde, tornou-se asceta, doou os bens aos pobres e retirou-se para o *ribat* da Arrifana, fundado por Ibn Qasi por volta de 1130.[28] Correspondia-se regularmente com Ibn al-Arif de Almeria, que se deleitava com a escrita e conteúdo elevado das suas cartas.[29] Terá sido ele a angariar Ibn Wazir para o movimento dos muridinos.

Objectivo: controlar o Gharb

Após a conquista de Mértola e a consolidação de um centro de operações, os muridinos lançaram o ataque às mais importantes praças do Gharb. Ibn al-Mundhir partiu de Silves em direcção a Évora, para se juntar a Ibn Wazir. Pelo caminho, terá atacado o castelo de Marachique.[30] Os almorávidas de Beja, face a esta notícia, limitaram-se a abandonar a cidade e fugir para Sevilha, o que denota grande debilidade na defesa do território. Mais tarde, Beja foi tomada por um contingente de Ibn Wazir. A seguir, com o auxílio das tropas de Santa Maria, Ibn al-Mundhir conquistou Huelva e Niebla. Nesta última, teve a ajuda de outra personagem que também havia de alcançar relevo no contexto da *fitna*: al-Batrugi, que se rebelou contra os almorávidas em nome dos muridinos.

Mas o objectivo de Ibn Qasi parece ter sido bem mais ambicioso. O exército de Ibn al-Mundhir, que entretanto se apoderou de Tejada e foi engrossando devido às vitórias, dirigiu-se para Sevilha, à época sem governador. O projecto para conquistar a capital almorávida traduz as elevadas ambições de Ibn Qasi. A estratégia, que pode parecer desmesurada, ganha lógica se tivermos em conta que o místico sufi tinha como aliado Ali b. Isa b. Maymun. Sobrinho do famoso Muhammad b. Maymun, era o senhor da frota de Cádis e tinha-se rebelado contra os almorávidas. As fontes não o mencionam como tendo integrado o movimento dos muridinos, mas terá estado ao lado de Ibn Qasi

[28] Situado na Ponta da Atalaia, uma *finisterra* a 6 quilómetros de Aljezur, o local foi escavado por Mário e Rosa Varela Gomes em 2002. Os investigadores detectaram vestígios de três mesquitas e algum espólio, sobretudo cerâmicas. Lugar onde se recolhiam e preparavam os seguidores de Ibn Qasi, terá sido abandonado pouco depois da sua morte, que ocorreu em 1151.

[29] Vincent Lagardère, *La Tariqa et la Révolte des Murîdûn en 539 H / 1144 en Andalus*, p. 164.

[30] Identificado como o Castro da Cola, perto de Ourique.

desde cedo. Foi ele quem aconselhou o místico a deslocar-se ao Norte de África para pedir socorro a Abd al-Mumin face a um Ibn Wazir aliado de Ibn Hamdin.[31]

Com base numa pragmática interpretação da conjuntura, o almirante pode ter considerado favorável reconhecer Ibn Qasi, dada a expressão política que adquiriu. Ou pode ter estabelecido não uma relação de submissão, mas de carácter paritário. Seja como for, parece ter apostado em Ibn Qasi: mesmo quando os reveses da fortuna o levaram a perder terreno, procurou dar-lhe argumentos para reverter a situação.

É muito provável que Ali b. Isa tenha participado na tentativa de tomar Sevilha em nome de Ibn Qasi. Sem capacidade naval, não faria sequer sentido ensaiar a operação, de resto, como veio a provar-se com as conquistas almóada de 1147 e cristã de 1248, em que o sucesso esteve dependente do bloqueio marítimo. Após os ataques normandos de 844, que também vitimaram Lisboa, Sevilha organizou um sistema defensivo[32] e uma marinha de guerra, por ordem de Abd al-Rahman II. O geógrafo al-Zuhri refere a existência de um sistema de transmissão de sinais luminosos entre as margens do Guadalquivir, a ligar as fortalezas de Qaytana (Cantilhana), cerca de 35 Km a Norte da cidade, que guardava a rota Sevilha-Córdova, e Qawra (Coria del Rio), uns 15 Km a Sul.[33] Ali b. Isa b. Maymun, com uma esquadra instalada a escassos quilómetros da embocadura do Guadalquivir e certamente conhecedor deste sistema defensivo, seria o aliado perfeito para garantir os desejos de Ibn Qasi.

Falhada a operação sobre Sevilha e face à ascensão de Ibn Wazir e Ibn Hamdin, a dupla teve de tentar outra solução. O almirante procurou Abd al-Mumin e rendeu-lhe homenagem. Pouco depois, Ibn Qasi emulou os seus passos.

A ser verdade a presença de Ali em Sevilha, o *mahdi* de Mértola teria maiores ambições e recursos do que alguma vez se supôs. Desde logo, o movimento dos muridinos visava mais do que uma simples dimensão local, indo além das actuais regiões do Alentejo e Algarve. Ao abalançar-se à capital almorávida, pretendia, pelo menos, controlar o Gharb. Aliás, é precisamente com a conquista de Sevilha que, a partir de Janeiro de 1147, os almóadas tentam impor-se no al-Andaluz.

---

[31] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 184.

[32] Al-Himyari, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 26.

[33] Al-Zuhri, *Kitab al-Dja'rafiyya*, Ed. M. Hadj-Sadok, parágrafo 230.

1. Quem detinha a frota de Sevilha?

Muhammad, Lubb e Isa, os dois primeiros a partir de Almeria e o segundo de Sevilha, aterrorizavam as costas cristãs do Mediterrâneo até ao reino cristão da Arménia[34] e, passando o Estreito de Gibraltar, para lá do farol de Cádis, internavam-se no Mar Tenebroso,[35] atingindo a actual Normandia, bem acima dos Pirinéus. Os muçulmanos exultavam com as operações dos Banu Maymun, que dificultavam a navegação dos cristãos e lhes perturbavam as rotas comerciais. Desta família, dependeu a política naval almorávida a partir do emir Ali b. Yusuf.

Al-Zuhri refere que Isa, comandante da frota de Sevilha, morreu numa campanha militar na Arménia Maior (*Arminiyya al-Kubra*). Estaríamos no auge do poderio dos Banu Maymun. O almirante sevilhano chegou, nas palavras de al-Zuhri, a conquistar Edessa, o que será provavelmente um exagero que o bom-senso manda redimensionar para uma operação de razia. O condado cristão de Edessa, território recuperado pelos muçulmanos em 1144,[36] estabeleceu-se em torno do vale do Eufrates, no coração das rotas comerciais que passavam por Bagdade. Além de uma capacidade militar aguda, estes ataques revelam bem os objectivos dos Banu Maymun, que passavam inevitavelmente pelo saque de preciosas mercadorias.

Ali b. Isa era sobrinho de Muhammad. Como Isa pertencia também aos Banu Maymun, a primeira tentação é a de pensar que o almirante da frota do Atlântico era irmão de Muhammad. Christophe Picard, por exemplo, seguiu esta linha de ideias. Mas, de acordo com uma pesquisa onomástica de Pierre Guichard, Ali, filho de Isa, nasceu de uma irmã de Muhammad, o que aponta para uma realidade bastante comum: a endogamia dentro do grupo patrilinear. Isa casou com uma prima na linha paterna (em árabe, *bint al-'amm*).[37] Ou seja, Muhammad e Isa eram primos e cunhados. O grau de

---

[34] Al-Zuhri, *Kitab al-Dja'rafiyya*, Ed. M. Hadj-Sadok, parágrafo 191.

[35] Os muçulmanos receavam o Atlântico, como nos dá conta al-Zuhri, no seu *Kitab al-Dja'rafiyya* (Livro da Geografia): "*Massa líquida imóvel, sem ondas, sobre a qual não sopra nenhum vento e nunca brilha o sol. Os filósofos dizem que não tem fundo e o Profeta terá acrescentado que 'da sua espuma, foram criados os céus e a Terra'. Só Deus sabe os seus limites exteriores*" (parágrafo 3). Neste contexto, as proezas dos Banu Maymun ganham ainda mais expressão heróica.

[36] A perda causou grande impacto em França e Itália e levou o papa Eugénio III apelar à II Cruzada, que São Bernardo começou a pregar a partir de Março de 1146. Ver, a propósito da queda de Edessa, a crónica de Guilherme de Tiro: *Historia Rerum in Partibus Transmarinis Gestarum* (XIV, 4-5, *Patrologia Latina* 201, pp. 642-5).

[37] Pierre Guichard, *Recherche Onomastique à Propos des Banu Maymun de Denia*, p. 11.

parentesco de Lubb, esse, é desconhecido. Picard avança que seria irmão de Muhammad. Guichard prefere a prudência do silêncio.

O segundo investigador verificou, após detalhada comparação das fontes, sobretudo colectâneas biográficas, que, até à invasão almorávida, o nome (*ism*) Maymun era muito raro no al-Andaluz. Aparecia apenas em personagens que não tinham nascido na Península Ibérica e, sobretudo, entre os meios berberes, com mais destaque para os sanadja. Sugere, assim, que os Banu Maymun fossem descendentes de famílias berberes clientes dos omíadas e tivessem origem sanadja. Esta proveniência explicaria a estreita ligação à dinastia almorávida, já que a linhagem de Yusuf b. Tashfin remontava ao mesmo ramo tribal, tal como atesta, por exemplo, o *al-Hulal al-Mawsiyya*.[38] A relação poderia, pois, fortalecer-se no espírito clânico (*asabiyya*).

À morte do pai, Ali terá recebido o comando da frota do Atlântico, baseada em Sevilha e com uma dependência em Cádis.[39] Fontes como Ibn Khaldun indicam um Isa governador de Faro, que, em 1149, reconheceu pacificamente os almóadas por intermédio do exército de Yusuf b. Sulayman e ainda ajudou a submeter al-Batrugi de Niebla. Durante os anos quentes da *fitna*, tal personagem foi aprisionada por ordem de Yahia b. Ghanya em Carmona e obteve a libertação graças ao empenho de Ali b. Isa. O almirante aceitou transportar o príncipe almorávida al-Sahrawi a Ceuta, enviado por Ibn Ghanya a pedido do cádi da cidade, com a condição de que interviesse junto do governador de Córdova para conseguir a liberdade de Isa. Abdallah Khawli defende, [40] tal como Huici Miranda,[41] que era este Isa o pai de Ali. Mas faz mais sentido que se tratasse de um filho. Nesse caso, o neto teria o nome do avô. Se, em lugar de “Isa b. Maymun”, as fontes fossem mais precisas e mencionassem “Isa b. Ali b. Isa b. Maymun”, a certeza seria absoluta.

Uma coisa é evidente: o governador de Faro pertencia aos Banu Maymun e estava afectivamente muito ligado a Ali b. Isa para justificar o gigantesco favor prestado a Ibn Ghanya e al-Sahrawi, seus inimigos. O último havia, aliás, de assassiná-lo em 1148. Um filho seria motivo para tal sacrifício.

Do lado do príncipe almorávida, o facto de ter sido obrigado a pedir ajuda a Ali b. Isa significa que Muhammad b. Maymun não estaria disponível para a tarefa.

---

[38] *Al-Hulal al-Mawsiyya*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 36.

[39] Christophe Picard, *L’Océan Atlantique Musulman*, p. 240.

[40] Abdallah Khawli, *Le Garb al-Andalus à l’Époque des Secondes Taifas*, p. 29.

[41] Ambrosio Huici Miranda, *Historia Musulmana de Valencia*, Vol. III, p. 122.

Não dispomos de cronologias precisas. Por isso, não sabemos se Almeria já teria caído em mãos cristãs ou, a não ser o caso, se Muhammad estaria, por exemplo, retido nos conflitos no Norte de África. De qualquer modo, também não se percebe muito bem onde estão as lealdades de Muhammad neste período (*vide infra* p. 37). Já o assentimento de Ibn Ghanya na libertação de Isa prova que o projecto de restabelecimento da dinastia almorávida seria a prioridade (*vide infra* p. 41).

Apesar de Ali b. Isa, à partida, ter recebido o comando das frotas de Sevilha e Cádis, durante os acontecimentos da *fitna*, as fontes referem-no apenas como comandante da última. Christophe Picard diz que se deveu meramente ao facto de ter escolhido a cidade para sua residência, a qual, apesar de dependente de Sevilha, também dispunha de esquadra.[42] Na opinião do investigador, o almirante continuou na posse da marinha de Sevilha. Mas parece duvidoso. Algo terá acontecido entretanto. Se fosse o caso, Ali b. Isa não teria tido necessidade de aliar-se a Ibn Qasi nem aos almóadas para conquistar Sevilha. Tão-pouco, em 1145, teria destruído o farol de Cádis.

Congreguemos de novo a capacidade dedutiva. Ali b. Isa pode ter perdido o controlo sobre a frota de Sevilha, por exemplo, devido a uma decisão administrativa. A ter acontecido, seria plausível a obsessão pela conquista da cidade, num acto de recuperação da "herança paterna". A perda justificaria o corte com os almorávidas e o estabelecimento de alianças com Ibn Qasi e, mais tarde, os almóadas. A destruição do farol de Cádis mostra-se incompatível com um cenário em que mantivesse o comando da esquadra. Não parece razoável que eliminasse um monumento considerado protector da navegação e dos marinheiros, acto que, por momentos, levou os muçulmanos a temerem que deixasse de ser possível sulcar as ondas do Mediterrâneo e passar ao grande Mar Tenebroso.

O farol de Cádis, como podemos perceber através de al-Himyari e al-Qazwini, estava envolto em forte carga simbólica. O primeiro explica que havia, entre os muçulmanos, a crença de que o al-Andaluz seria tomado pelos cristãos se fosse destruído. Vai mais longe, ao explicar a tomada de Córdova por Afonso VII com a aniquilação do baluarte.[43] Da sua narrativa, conseguimos perceber um sentimento de desorientação entre as gentes do Gharb, como se o fim estivesse próximo. Esta destruição teve um impacto profundo, a ponto de o geógrafo, numa cronologia dos

---

[42] Christophe Picard, *L'Océan Atlantique Musulman*, p. 240.

[43] Al-Himyari, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 176.

eventos mais importantes do al-Andaluz, eleger para 1145 apenas os dois referidos.[44] No mesmo elenco de notícias, figuram eventos como a fundação de Gibraltar por Abd al-Mumin, a campanha de Abu Yaqub Yusuf contra Silves, em 1184, e a de al-Mansur sobre o reino português, em 1191. O destaque ao farol ganha ainda mais expressão.

Al-Qazwini revela uma lenda antiga a envolver o baluarte. A filha de um rei cristão de Cádis, anterior à invasão muçulmana, afiançava só se casar com quem construísse no seu território um talismã que impedisse a entrada dos bárbaros ou um sistema de canalização da água. Surgiu um candidato para cada obra e a princesa prometeu desposar quem terminasse primeiro. O autor do sistema de canalização venceu, mas a princesa manteve o facto em segredo, para que o talismã fosse também finalizado.[45] Quando o segundo competidor percebeu que tinha perdido, lançou-se ao mar e morreu. Al-Qazwini diz que Cádis teve protecção até ao ano de 1009, quando a chave na mão da estátua caiu e foi levada ao senhor de Ceuta. A data corresponde ao período da *fitna* que deu origem às primeiras taifas. No momento em que o senhor de Ceuta recebeu a chave, as águas do mar acalmaram-se e os barcos puderam navegar. Esta lenda diz bem do valor simbólico do farol de Cádis. Temos, pois, de pensar na sua destruição, não como algo de fortuito, mas como um acto com objectivos precisos.

Parece, neste sentido, insuficiente a explicação de al-Zuhri: a de que a eliminação do sumptuoso farol,[46] que as fontes comparam ao de Alexandria, teria constituído apenas um acto de vandalismo e roubo. Ali b. Isa estaria convencido de que a estátua que o ornamentava tinha sido concebida em ouro maciço, para descobrir, em seguida, que não passava de latão com um banho do precioso metal. Não descartando o precioso rendimento do saque – ao remover a fina camada de ouro, o almirante conseguiu angariar o equivalente a 12 mil dinares –, há que procurar razões mais fundas. Evidentemente, desde logo podemos pensar que seria uma estratégia para

[44] Embora a conquista de Córdova por Afonso VII tenha ocorrido em Maio do ano seguinte.

[45] Al-Qazwini, Trad. Fátima Roldán Castro, p. 145.

[46] Segundo a descrição de al-Zuhri, tinha 50 metros de altura, apresentava forma cúbica e era dotado de pilares de cobre. Acima deste cubo, erguia-se um segundo com um terço da altura. O topo era rematado com uma pirâmide. Uma figura humana indicava o Oeste, para mostrar o caminho aos navios. Segurava a própria túnica e tinha uma bengala a apontar para o mar (*Kitab al-Dja'rafiyya*, Ed. M. Hadj-Sadok, parágrafo 239).

perturbar as rotas marítimas. Al-Zuhri diz que o farol era imprescindível para atingir muitos portos e refere como exemplo o de Lisboa.

Mas analisemos o caso como se de uma investigação criminal se tratasse. Al-Himyari explica que Ali b. Isa mandou vir pedreiros, que extraíram pedras da base da estrutura arquitectónica. De cada vez que removiam um bloco, sustentavam o edifício com barrotes. Depois, ligaram-nos com madeiras mais pequenas e, ao conjunto, atearam fogo. *"A massa enorme do templo acabou por desabar"*.[47]

Se encararmos os destroços como um cadáver assassinado, podemos notar marcas de premeditação. O criminoso teve todo o tempo para assassinar a vítima lenta e meticulosamente. Não configura um acto de vandalismo no calor do momento, movido apenas pela sede do ouro, mas uma estratégia pensada, que não interessaria ao almirante se fosse comandante da frota de Sevilha. Ali b. Isa conhecia certamente as crenças que apontavam para a queda do al-Andaluz às mãos cristãs se o edifício fosse destruído. Vivia-se um período fértil no terreno do messianismo, como atesta bem o surgimento de vários candidatos a *mahdi*, tanto no al-Andaluz como no Magrebe. Ao destruir o farol, não só boicotava a navegação, como acelerava a descrença no poder instituído e um sentimento, entre a população andaluza, de que o fim estava próximo.

Se Ali b. Isa foi comandante da esquadra do Atlântico e, em algum momento, se viu destituído, arriscamos a possibilidade de o afastamento estar ligado à figura de Yahia b. Ghanya, dada a extrema inimizade revelada pelas fontes. Para termos uma ideia mais precisa da cronologia, vale uma leitura dos *Anales Toledanos*. O documento cristão refere que Azover e Abenzeta, que sabemos terem sido os governadores de Sevilha e Córdova, foram mortos em Março de 1143, junto ao rio Douro, num recontro com as forças de Afonso VII. Munio Alfonso, que chefiava as tropas do imperador, fez questão de levar para Toledo, em jeito de troféu, as cabeça dos inimigos.[48]

A nomeação de Ibn Ghanya enquanto governador-geral do al-Andaluz ocorreu depois do desaparecimento destas figuras. Outra informação preciosa chega-nos através de Alfred Bel. Em 1143-4, Muhammad b. Ghanya, governador das Baleares, deslocou-se ao al-Andaluz para felicitar o irmão Yahia pela indigitação. Este, por sua vez, confiou a administração de Córdova e Granada aos dois sobrinhos mais velhos,

---

[47] Al-Himyari, Trad. E. Lévi Provençal, p. 177.

[48] *Anales Toledanos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 346.

filhos do primeiro.[49] Quem sabe uma tal vaga de nomeações e reajustamentos administrativos a partir de 1143 tenha deixado de fora as ambições de Ali b. Isa. Tashfin, que, com a morte do pai, ascendeu à condição de emir, pode ter querido privilegiar os Banu Ghanya, prestigiada família massufa que ainda lhe era fiel e reunia condições para sustentar o império no al-Andaluz. Os massufa do Magrebe, descontentes com a escolha do novo emir, provocaram a guerra civil e passaram aos almóadas, levando ao fim da confederação almorávida. Ali b. Isa seria uma peça menor no xadrês de interesses do imperador.

Mas, em Março de 1145, Tashfin morreu e Ibn Hamdin, aliado a Ibn Wazir, proclamou-se emir dos muçulmanos a partir de Córdova, cidade que escapou por entre os dedos de Ibn Ghanya. Um novo projecto político para o al-Andaluz seria de molde a pôr em causa os interesses de Ali b. Isa. Nesta data, já Ibn Wazir era inimigo de Ibn Qasi, aliado do almirante. Não seria de supor que Ibn Hamdin viesse a entregar-lhe a frota de Sevilha, se é que tinha poder efectivo na cidade. Fica a questão: a destruição do farol de Cádis destinava-se a atingir o poder almorávida na pessoa de Ibn Ghanya, que, em 1145, com a perda de Córdova para Ibn Hamdin, estaria grandemente debilitado ou a boicotar uma aliança que excluía os projectos de Ali b. Isa? Uma terceira possibilidade é a de ter constituído uma tentativa de ferir ambos.

2. Insucesso em Córdova

Apesar do apoio que deve ter tido de Ali b. Isa b. Maymun, Sevilha não estava destinada a cair nas mãos de Ibn Qasi. O governador Ibn Ghanya enviou um destacamento para defender a cidade. Ibn al-Mundhir retirou para Niebla, cujo poder deixou nas mãos de al-Batrugi antes de seguir para Silves. Ibn Ghanya não esqueceu a afronta, perseguiu os revoltosos e pôs cerco a Niebla. Teve de levantar o acampamento ao saber que o cádi de Córdova, Ibn Hamdin, tinha aproveitado a sua ausência – e a morte de Tashfin – para se rebelar. Os *Anales Toledanos* colocam o evento em Março de 1145,[50] mês em que o emir almorávida desapareceu em Oran. Segundo Ibn al-Abbar, esta morte constituiu um incentivo para ainda mais tumultos no al-Andaluz.[51]

---

[49] A. Bel, *Les Bénou Ghanya*, pp. 18-19.

[50] *Anales Toledanos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 346.

[51] *Al-Hullat al-Siyara*, Trad. Martim Velho, p. 104.

A data de Março de 1145 para o início da rebelião em Córdova faz-nos pensar que o ataque de Ibn Qasi a Sevilha terá ocorrido em Novembro de 1144. Sabemos, por Ibn al-Abbar, que Ibn Ghanya teve de levantar o cerco a Niebla, que mantinha há três meses sob Inverno rigoroso, para acudir a Córdova e que este assédio se seguiu à tentativa falhada de Ibn Qasi para conquistar Sevilha.[52] Se regredirmos três meses face a Março e levarmos em conta algum tempo para a deslocação dos exércitos, caímos em Novembro. Esta conclusão indica que, pouco depois de ter sido reconhecido pelos senhores do Gharb, em Setembro, ou seja, ao reunir capacidade militar, Ibn Qasi não esperou muito até se lançar à conquista de Sevilha.

A população da antiga capital omíada dividiu-se entre os que continuavam fiéis aos almorávidas, os que apoiavam Ibn Hamdin ou Ibn Qasi e os que preferiam mandar chamar Ibn Hud, o rei Zafadola das fontes cristãs, vassalo de Afonso VII.[53] Ibn Hamdin ganhou o apoio dos juízes de outras cidades, como Granada e Xerez.[54] Mas Ibn Hud conseguiu entrar na cidade, forçar a sua saída e, durante alguns dias, ser investido no poder. Teve, no entanto, de fugir ao ser perseguido por facções adversas. E o cádi regressou a Córdova. Zafadola seguiu, então, para Granada, onde se fez reconhecer. No entanto, pouco depois, a cidade voltou para mãos almorávidas.

Quanto a Ibn Qasi, ao saber que Córdova tinha sido subtraída a Ibn Ghanya, não perdeu tempo e enviou Ibn al-Mundhir e Ibn al-Qabila com os seus exércitos. Estaria o *mahdi* do Gharb interessado na conquista da cidade, uma vez que parte da população o apoiava, ou tentava sobretudo esmagar o movimento de Ibn Hamdin? Ao afirmar-se *amir al-Muslimin*, título reservado à dinastia almorávida e que bem ficou documentado nas muitas moedas que mandou cunhar no seu período áureo,[55] o *imam* parecia querer reclamar a herança de Tashfin. Nesta fase de particular anarquia, existiam, assim, dois grandes chefes religiosos a disputar um estatuto político no Gharb. Ibn Hamdin seria altamente funesto para as ambições de Ibn Qasi, na medida em que provinha de uma família com legitimidade religiosa, associada à linhagem almorávida.

---

[52] Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, Trad. David Lopes, p. 105.

[53] Rachid El Hour, *Transición entre las Épocas Almorávide y Almohade*, pp. 263-4. O investigador recorre à obra *al-Dayl wa l-Takmila*, de Ibn Abd al-Malik al-Marrakushi (Vol. I, p. 256, n.º 252, Ed. M. Ibn Sarifa, Beirute).

[54] A. Bel, *Les Bénou Ghanya*, pp. 7-8.

[55] Alguns exemplares figuram nos compêndios de Vives y Escudero e Codera, respectivamente, *Monedas de las Dinastías Arábigo-Españolas* e *Tratado de Numismática Arábigo-Española*.

As fontes são lacónicas. Limitam-se a referir que os exércitos de Silves e Niebla voltaram a casa, vítimas do insucesso. Seria, naturalmente, interessante conhecer as circunstâncias e se, inclusive, houve algum tipo de disputa militar. Nem isso parece evidente. Abdallah Khawli argumenta que o regresso dos chefes militares de Ibn Qasi pode não ter passado de uma desistência a favor de Ibn Hud, possibilidade alicerçada na descoberta de um dinar do vassalo de Afonso VII, onde figura o nome do senhor de Mértola acompanhado dos seus títulos de *mahdi*.[56] Ao aliar-se a Ibn Hud, o místico do Gharb pode ter pensado que o perigo de Ibn Hamdin estaria controlado. Mas, como vimos, Zafadola durou pouco no poder.

Este reconhecimento de Ibn Qasi enquanto messias por um senhor exterior ao seu território vem reforçar a hipótese de o movimento dos muridinos ter ido além de uma dimensão local. Em determinado momento, ainda que por pouco tempo, ter-se-á aproximado da esfera de influência de Afonso VII.

Também Ibn Hamdin guardou o poder por pouco tempo. Em Fevereiro de 1146, acabou expulso de Córdova e perseguido por Ibn Ghanya,[57] para quem um novo emir muçulmano colocaria em causa um projecto de recuperação da dinastia almorávida. O cádi fugiu para Andújar, onde foi cercado por Ibn Ghanya e apelou para Afonso VII. À chegada das tropas do imperador, o cerco foi levantado e o almorávida retirou para Córdova.

Afonso VII perseguiu-o e acabou por conquistar a cidade, mas não a alcáçova, onde Ibn Ghanya mantinha a resistência. Foi quando se espalhou a notícia de que um exército almóada estava para desembarcar no al-Andaluz. O calendário tinha avançado até Maio de 1146. O imperador fez as contas aos seus interesses e abandonou Ibn Hamdin. Estabeleceu um pacto com Ibn Ghanya, que se tornou seu vassalo, e entregou-lhe Córdova.[58] A partir desta cidade, o governador conseguiu alcançar o Mediterrâneo e conquistar Algeciras, mesmo em frente a Ceuta. Tê-lo-á feito apenas com forças terrestres, de que fizeram parte as hordas de Niebla, lideradas por al-Batrugi.

Já no porto mediterrânico, recebeu a visita do cádi da cidade norte-africana, Iyad b. Musa b. Iyad al-Yahsubi, que se tinha rebelado contra o poder almóada e pedia um governador almorávida para a cidade. O escolhido foi o príncipe Yahia al-Sahrawi,

---

[56] Abdallah Khawli, *Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas*, p. 27.

[57] *Anales Toledanos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 347.

[58] Idem.

ex-governador de Fez, que fugiu para Córdova quando a cidade caiu em poder de Abd al-Mumin. Ora, para transportar o futuro governador de Ceuta, Ibn Ghanya foi obrigado a pedir um favor ao inimigo Ali b. Isa b. Maymun, almirante de Cádis, o que leva a supor que não dispusesse de capacidade naval. A conquista de Algeciras, num momento em que Ceuta era também sua aliada, pode indicar uma tentativa de Ibn Ghanya para controlar a passagem entre o al-Andaluz e o Magrebe.

Quanto a Ibn Hamdin, desapossado de Córdova e sem o apoio de Afonso VII, seguiu as tendências da época e passou ao Magrebe, para pedir auxílio a Abd al-Mumin. Regressou ao al-Andaluz, onde se tornou líder dos rebeldes de Málaga até 1151, data da sua morte, sem nunca ter conseguido recuperar a cidade.

Um cego na prisão de Beja

Durante o ataque a Sevilha, Ibn Qasi depôs e prendeu Ibn Wazir em Mértola. Diz Ibn al-Abbar que, em Setembro de 1144, depois da viagem à praça do Guadiana para prestar homenagem a Ibn Qasi, Ibn Wazir terá percebido uma especial proximidade entre Ibn al-Mundhir e o *mahdi*, que lhe terá excitado a inveja. Mais tarde, Ibn al-Mundhir queixar-se-á em Mértola das ambições políticas do primeiro. Ibn Qasi parece ter levado estes avisos muito a sério. Com o clima de intriga instalado, o místico pode ter querido evitar que o senhor de Évora e Beja se apoderasse da cidade do Guadalquivir se a operação fosse bem sucedida.

Ora, se a tentativa de conquistar Sevilha tiver ocorrido em Novembro, Ibn Wazir esteve muito pouco tempo ao lado de Ibn Qasi. Mais interessante ainda, a base do movimento dos muridinos começou a desmoronar-se desde cedo. Seria, de resto, o corte entre o místico e Ibn Wazir a ditar, em grande medida, a perda do primeiro, que parece ter subestimado a habilidade política do então seu apoiante. Miguel Telles Antunes e Adel Sidarus, a partir do estudo de moedas cunhadas em nome de Ibn Qasi e do seu governador em Beja, Abu Talib al-Zuhri, revelam que foi esta personagem a substituir Ibn Wazir.[59] À luz de uma tentativa de conquistar Sevilha em Novembro, os quirates de al-Zuhri podem ter sido batidos ainda em finais de 1144.

[59] Miguel Telles Antunes e Adel Sidarus, *Mais um Quirate Cunhado em Beja em Nome de Ibn Qasi e Abu Talib al-Zuhri*, pp. 221-227.

Ibn Qasi acabou por libertar Ibn Wazir. Depois dos eventos de Córdova, chamou-o à sua presença e este recusou comparecer. Não se trataria apenas de receio por ter sido aprisionado anteriormente. O mais certo é que já tivesse reconhecido Ibn Hamdin e que o *mahdi* procurasse explicações. Ibn Qasi deve ter tentado romper a perigosa aliança, ao enviar as tropas de Ibn al-Mundhir com ordens para aniquilar o agora inimigo. Mas o plano falhou. Ibn al-Mundhir foi derrotado e feito prisioneiro em Beja. O próprio Ibn Qasi acabou expulso de Mértola. Teve de instalar-se em Silves, à época sem Ibn al-Mundhir, que estava no cárcere.

Quando Ibn Wazir era já senhor de um vasto território que incluía Badajoz, nas palavras de Ibn al-Abbar, *"lembrou-se do prisioneiro"*.[60] Então, pediu ao tio o especial favor de vazar os olhos ao inimigo. Ordem cumprida, Ibn al-Mundhir, *"o cego"*, ficou esquecido nas masmorras até que o exército de Abu Ishaq Barraz al-Massufi, enviado pelos almóadas, conquistou Beja e lhe devolveu a liberdade. Passou a partilhar o governo de Silves com o *mahdi*. De candidato a senhor do Gharb, em menos de um ano, Ibn Qasi viu-se reduzido a meio senhor de Silves e, ainda assim, só com a ajuda do exército almóada.

As lealdades de Ibn Wazir

Sidray b. Wazir ascendeu à condição de grande líder militar do Gharb. Depois de cortar com Ibn Qasi, reconheceu o poder do *imam* Ibn Hamdin, que se rebelou em Córdova e expulsou Ibn Ghanya, o governador almorávida. Mas, como vimos, Ibn Ghanya voltou em Fevereiro de 1146 para remover do poder o chefe religioso e Ibn Wazir foi obrigado a trocar de tutela. Não teve outra via senão optar pelo último soberano almorávida, o jovem Ishaq b. Ali, que acabaria decapitado após a queda de Marraquexe. Neste momento, decorreriam as negociações entre Ibn Qasi e os almóadas para o envio de um exército ao al-Andaluz, pelo que o califa Abd al-Mumin, potencial aliado do seu inimigo, não seria uma alternativa viável. Além disso, a escolha por Ishaq podia dar-lhe uma certa margem de autonomia, uma vez que o emir estaria mais preocupado em manter o poder (e a vida) do que em controlar um longínquo senhor de uma região periférica. Estas sucessivas fidelidades são atestadas pelas moedas que Ibn Wazir fez cunhar ao longo do seu percurso durante os primeiros anos da *fitna*.

[60] Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, Trad. David Lopes, p. 106.

Pelo menos até às rebeliões suscitadas pelo comportamento dos irmãos de Ibn Tumart, provavelmente no último semestre de 1147, que custariam aos almóadas a perda de Sevilha, podemos perceber um Ibn Wazir preocupado com a legalidade da sua posição. Trata-se da velha questão da legitimidade do poder no al-Andaluz. Ibn Wazir sabia que, para afastar o rótulo de usurpador, o poder teria de advir de uma instância superior. Entre esta nova rebelião e 1149, com o arrumar da casa no al-Andaluz ao nível militar, e o reconhecimento exigido aos senhores andaluzes por Abd al-Mumin, em 1150, há como que um certo vazio tutelar, tendo em conta o desaparecimento almorávida e o enfraquecimento almóada. Em 1151, após a morte de Ibn Qasi, a numismática volta a dar notícias concretas sobre Ibn Wazir, agora senhor também de Silves, com o poder a emanar-lhe do *mahdi* Ibn Tumart e do califa Abd al-Mumin.[61]

Mas, entre a revolta de finais de 1147 e o ano de 1150, não se conhecem muito bem as opções de Ibn Wazir. Uma lápide encontrada em 1968 no decurso de obras no Museu Municipal de Évora tem suscitado silenciosa polémica entre os investigadores. A pedra, revestida de simbolismo por ter provavelmente servido para assinalar a refundação de Évora após os ataques de Ordonho II, bem descritos na *Crónica Anónima de Abd al-Rahman III*, ostenta uma inscrição em escrita cúfica que, à primeira vista, remete para um perfil diferente do Ibn Wazir legalista.

Segundo Artur Goulart de Melo Borges,[62] retomado por Miguel Telles Antunes e Adel Sidarus, Ibn Wazir aparece associado ao título califal *al-Imam al-Mansur bi-llah*, o que, na sua opinião, seria uma prova de que, naquele período de indefinição almóada, o caudilho se terá reclamado rei de taifa. Telles Antunes e Sidarus acrescentam que Ibn Wazir teria assumido *"claramente uma soberania absoluta"*, ao aliar a vertente religiosa à militar.[63] A cronologia proposta para esta gravação vai do segundo quartel de 1148, momento em que Melo Borges posiciona a perda de Sevilha pelos almóadas, ao segundo quartel de 1151, quando diz ter sido Abd al-Mumin homenageado em Salé.

Abdallah Khawli afina a cronologia, colocando-a entre o final de 1147, momento em que se iniciam as rebeliões contra os almóadas, e 1150, data do reconhecimento do califa pelos senhores andaluzes.[64] Mas refere apenas a parte do título

---

[61] José Rodrigues Marinho, *Moedas Muçulmanas de Beja e de Silves*, pp. 30-1.

[62] A. G. Melo Borges, *Duas Inscrições Árabes Inéditas no Museu de Évora*.

[63] M. Telles Antunes e A. Sidarus, *Fracção de Dinar de Ibn Wazir de Évora Invocando o Emir Almorávida Ishaq b. Ali*, p. 42.

[64] Abdallah Khawli, *La Famille des Banu Wazir*, p. 108.

que traduz uma capacidade militar – *al-Mansur bi-llah* –, omitindo a partícula *al-Imam*. Aliás, sustenta toda uma análise em que traça o perfil de um Ibn Wazir enquanto chefe militar, destituído de competência ou legitimidade religiosa.

Hermenegildo Fernandes e Hermínia Vilar também se debruçaram sobre a lápide de Évora, em artigo publicado na revista *Monumentos*.[65] Recorrem à cronologia de Melo Borges, mas aludem apenas ao *"título soberano de Imam"*. Defendem que a lápide, adornada de uma tal inscrição, poderia garantir algum prestígio a Ibn Wazir, *"um senhor cuja posição e legitimidade estavam longe de ser suficientemente seguras"*.

Ao revermos esta mão-cheia de estudos, ficamos sem saber exactamente que título foi dado à posteridade. A diferença entre *al-Imam al-Mansur bi-llah* e apenas *al-Mansur bi-llah* é tudo menos dispicienda. A acreditar na primeira versão, seria como que uma estreia de Ibn Wazir enquanto líder dotado de competência religiosa, ele que, talvez por carecer de legitimidade a esse nível, sempre procurou associar-se a personagens que a ostentavam: Ibn Qasi, o *mahdi*; Ibn Hamdin, o cádi de Córdova saído de uma prestigiada família de juízes na linha da ortodoxia malikita; e Ishaq b. Ali, o emir dos muçulmanos e defensor da religião.

Ao atentarmos na moeda n.º 1913 do tratado de numismática de Antonio Vives y Escudero,[66] podemos justamente ler, num lado, a profissão de fé *"Não há Deus senão Alá/Maomé é o seu Profeta"* e, no outro, *"al-Mansur bi-llah/Sidray b. Wazir"*. Entre o lote de moedas encontradas em 1956 na Lapa do Fumo (Sesimbra), figuram um quarto de quirate e dois meios quirates com as mesmas inscrições.[67] Em ambos os casos, não há menções à dimensão religiosa. Se Ibn Wazir se atribuiu um tal título, não o teria também deixado gravado em moedas, privilegiado meio de propaganda?

O título de *al-Imam al-Mansur bi-llah* parece mais talhado ao perfil de Ibn Hamdin. Os tratados de numismática de Vives y Escudero e Codera analisam vários exemplares em que o cádi de Córdova, além de intitular-se *amir al-Muslimin*, ou seja, tentar legitimar-se no cargo de emir dos muçulmanos após a morte de Tashfin, se reclama *"al-Imam Abd Allah"* e *"al-Mansur bi-llah"*. Em algumas destas moedas, vem associado o nome de Ibn Wazir, sem títulos, apenas com a profissão de fé. São deste tipo mais de 60 por cento das moedas encontradas na Lapa do Fumo, as quais José

---

[65] H. Fernandes e H. Vilar, *O Urbanismo de Évora no Período Medieval*.

[66] A. Vives y Escudero, *Monedas de las Dinastías Arábigo-Españolas*, p. 318.

[67] Ver, a propósito, Joaquim Figanier, *Moedas Árabes do Século XII Encontradas no Concelho de Sesimbra*; e José Rodrigues Marinho, *Moedas Muçulmanas de Beja e de Silves*.

Rodrigues Marinho diz poderem ter sido cunhadas em Córdova num período muito curto, talvez de seis meses. As referidas moedas têm peso e diâmetro muito abaixo dos valores considerados normais para os quirates. Chegou a ser encontrado um quirate com metade do peso habitual.[68] Tal faz supor uma cunhagem a contra-relógio e em quantidade apreciável, para ser distribuída rapidamente, por motivos de propaganda.

Uma leitura à lápide permite identificar, na segunda e terceira linha, o seguinte: *"al-Mansur bi-llah Abu Muhammad Sidray b. Wazir"*.[69] No final da primeira, podemos admitir que tenha sido gravado "*al-Imam*", embora as letras estejam desgastadas e algo destruídas. A quarta, quinta e sexta linha mostram-se já muito confusas para interpretações seguras. Importa dizer que todo o conjunto evidencia uma caligrafia muito irregular, com palavras coladas e o espaço reservado a cada linha mal dividido dentro da cartela. Dir-se-ia um trabalho realizado com pouco domínio da técnica.

Apesar de todas as dificuldades, é possível assumir que esteja gravado o título *"al-Imam al-Mansur bi-llah"* antes do nome de Ibn Wazir. No entanto, tal não prova cabalmente que se refira ao senhor de Évora. Podemos evocar, de resto, o exemplo da célebre moeda de Ceuta cunhada pelo príncipe almorávida al-Sahrawi entre 1147 e 1148, que levou a um raciocínio erróneo da parte de Codera. Numa das faces, diz: *"Não há Deus senão Alá/Maomé é o seu Profeta o Mahdi/que acompanhará o Profeta o Emir/dos muçulmanos Yahia b. Abu Bakr/b. Ali b. Yusuf"*.[70] Defendeu Codera que al-Sahrawi se intitulou *"al-Mahdi"*, certamente induzido pelo facto de o texto corrido, sem pontuação, ligar o título ao nome do príncipe. Mas, como outros investigadores vieram esclarecer, entre os quais Maribel Fierro, trata-se de uma referência ao messias anunciado por Deus para o fim dos tempos, que al-Sahrawi, por questões de propaganda, contrapôs ao *mahdi* dos almóadas.[71] Não poderá acontecer um fenómeno semelhante com a lápide de Évora e o título atribuído a Ibn Wazir corresponder a Ibn Hamdin? Ou seja, entre Março de 1145 e Fevereiro de 1146, Ibn Wazir teria executado a construção em causa, a rogo de Ibn Hamdin, a sua tutela legitimadora.

Num tal cenário, também estaria em causa a fundação de uma ordem política, com um novo emir almorávida. Aliás, como as moedas da dupla Ibn Hamdin/Ibn Wazir terão sido cunhadas em Córdova e distribuídas nos territórios do Ocidente, podemos

---

[68] José Rodrigues Marinho, *Moedas Muçulmanas de Beja e de Silves*, p. 23.

[69] Cuja tradução agradecemos ao Dr. Djamel Dendani, médico argelino radicado em Portugal.

[70] Francisco Codera y Zaidin, *Familia Real de los Benitexufin*, p. 30.

[71] Maribel Fierro, *El Dinar del Cadí Iyad que Nunca Existió*, pp. 460-1.

perguntar-nos se pertenciam a um Ibn Wazir que reconheceu Ibn Hamdin ou a um Ibn Hamdin que, para obter preeminência militar e se afirmar contra os seus mais directos inimigos (Ibn Ghanya, Ibn Qasi e Ibn Hud), se associou a Ibn Wazir. O acto fundacional marcado na lápide de Évora poderia ainda constituir uma manobra propagandística contra Ibn Qasi, traduzido na tentativa de assumpção de um poder político-relioso superior no Gharb.

A transferência cronológica da lápide para o período de menor influência almóada, ou seja, entre finais de 1147 e 1150, coloca uma dificuldade. Foi precisamente nesta fase que Ibn Wazir perdeu Badajoz, o que limita em muito a lógica de um título como *al-Imam al-Mansur bi-llah*, a menos que, num contexto de intermitência almóada, Ibn Wazir procurasse uma estratégia publicitária, para compensar a sua maior debilidade política. Mas, tendo em conta o perfil político do caudilho, continua a parecer estranha a possibilidade de se ter reclamado *al-Imam*. E não podemos esquecer que as moedas em que aparece com um título califal não incluem a vertente religiosa.

Este período é também interessante quanto à análise do percurso de Ibn Qasi. A partir de 542 (2 de Junho de 1147 a 21 de Maio de 1148), como nota José Rodrigues Marinho, começou a cunhar moeda com referências à condição de *mahdi*, mas sem o nome associado.[72] A evocação numismática de um tal título é mais uma prova da débil influência almóada. A ausência de nome teria um objectivo político: a autoafirmação enquanto enviado de Deus. As moedas seriam como que parte do tesouro divino, que Ibn Qasi partilhava com os terrenos. Constituíam ainda, segundo Marinho, um instrumento de propaganda contra os almóadas, que recorria a uma mensagem simples e forte para chegar ao povo.

Pedido de socorro no Norte de África

A ascensão de Ibn Wazir associado ao novo emir dos almorávidas, Ibn Hamdin, constituía uma séria ameaça para Ibn Qasi. Mas o místico recusou a derrota. Fez chegar uma carta a pedir ajuda a Abd al-Mumin, quando este se encontrava no cerco de Tlemcen.[73] Cometeu um erro primário: apresentou-se como *mahdi* e suscitou a ira do califa, que não deu seguimento ao pedido. Algum tempo depois, viajou até ao Norte de

[72] José Rodrigues Marinho, *Moedas de Ibn Qasi Batidas em Silves*, p. 186.

[73] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 184.

África nas galeras de Ali b. Isa b. Maymun e desembarcou em Ceuta, onde o governador almóada lhe forneceu uma escolta para se deslocar a Salé, em busca do califa. Estávamos no mês de Rabi II de 540,[74] que decorreu entre 21 de Setembro e 20 de Outubro de 1145.

Desta vez, os resultados foram diferentes. Abd al-Mumin, ocupado com as campanhas militares no Magrebe e sem grande capacidade militar de intervir no al-Andaluz, deve ter visto sorrir-lhe a oportunidade, até porque lhe desagradaria a existência de um novo emir almorávida. Cedeu um exército ao suplicante, mas exigiu auxílio na tomada de Sevilha. E não regateou a excelência dos generais enviados: os almorávidas Abu Ishaq Barraz al-Massufi e Umar b. Salih al-Sanadji,[75] entretanto seduzidos pelo movimento almóada. Ainda assim, quando o exército passou o Estreito de Gibraltar, já o perigo maior teria passado, com o fim da aliança entre Ibn Wazir e Ibn Hamdin, por afastamento deste. Ou seja, no momento do desembarque, os almóadas sabiam que teriam de lidar com Ibn Ghanya enquanto líder almorávida.

Ibn al-Khatib é claro quanto a Barraz al-Massufi: chama-lhe*"o primeiro entre os exércitos"* de Abd al-Mumin, responsável por muitas vitórias no Magrebe.[76] Quando Tashfin ascendeu ao poder, a tribo massufa quebrou a confederação almorávida, por discordar da escolha, e aderiu ao movimento almóada.

Apesar de não dispor de poderio militar para tomar o al-Andaluz, dada a multiplicidade de cenários de guerra em que se encontrava, Abd al-Mumin tinha um plano. Enviou o melhor general para conquistar Sevilha, a capital almorávida, e, a partir desta base, controlar o território. Depois, teve o cuidado de escolher um massufa, sabendo que a família de Yahia b. Ghanya, o indefectível governador almorávida, era originária da mesma tribo. A intenção seria apelar para o espírito clânico entre ambos e levar o governador a aderir ao movimento almóada, tal como os seus pares já tinham feito no Norte de África. Concebeu ainda um plano para obrigar os senhores do Gharb a engrossarem as suas fileiras e tinha o auxílio da armada de Ali b. Isa b. Maymun: o facto de as tropas de Barraz terem desembarcado em Cádis não significa outra coisa. Aliás, podem incluvise ter sido transportadas nas galeras do almirante. Sem frota,

---

[74] Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, p. 102; Ibn al-Khatib, Trad. David Lopes, p. 114.

[75] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 184.

[76] Ibn al-Khatib, *Kitab a'mal al-a'lam*, Ed. E. Lévi Provençal, p. 251.

Sevilha seria impossível de conquistar. Por último, terá tentado a legitimação política e religiosa através da presença na cidade do Guadalquivir dos irmãos de Ibn Tumart.

Afirmar que Abd al-Mumin enviou um exército para socorrer Ibn Qasi, como narra a tradição historiográfica, aproxima-se da ingenuidade. O califa visava a conquista do al-Andaluz e usou as ambições de Ibn Qasi e Ali b. Isa b. Maymun a seu favor. A estratégia revela inteligência e uma maximização dos recursos disponíveis, dos quais o facto de Barraz e Ibn Ghanya pertencerem à mesma tribo não pode ser considerado de somenos importância. Na falta de um grande poderio militar, era também tentada a vertente da diplomacia. Mas o plano não considerou as ambições dos senhores do Gharb e falhou no último momento. Vamos aos factos.

Em Junho de 1146, um exército almóada, chefiado por ex-almorávidas, desembarcou no al-Andaluz.[77] Conquistou Tarifa, Algeciras, Niebla e – mais importante do ponto de vista de Ibn Qasi – Silves, Beja e Mértola. Al-Massufi conseguiu a submissão de Ibn Wazir e o místico voltou a ter algum poder, ao partilhar o governo de Silves com Ibn al-Mundhir. Ibn Wazir conservou Évora e Beja, Yusuf al-Batrugi manteve Niebla e Amil b. Munid permaneceu em Tavira.[78] Com estas confirmações, os almóadas deixaram Ibn Qasi em posição desfavorável face a Ibn Wazir. Apesar de ter sido obrigado a reconhecer Abd al-Mumin, continuou a controlar territórios mais vastos. Ou seja, não parece que o movimento almóada tivesse Ibn Qasi em grande conta. Metade do governo de Silves soa a prémio de consolação para alguém que facilitou a entrada das gentes do califa no Gharb.

Ibn al-Abbar, traduzido por David Lopes, informa-nos de que a cidade de Silves caiu no mês de Ramadão de 540 e, logo depois, Sevilha em Shaban do mesmo ano. No entanto, Shaban precede o Ramadão no ano islâmico. Sevilha foi, efectivamente, tomada em Shaban, que, grosso modo, correspondeu a Janeiro de 1147. O mês sagrado decorreu, por isso, em Fevereiro. Silves não pode ter sido conquistada depois de Sevilha. Tê-lo-á sido ainda no Verão de 1146.

Quanto à cidade de Badajoz, Christophe Picard diz, *tout court*, que passou a ser controlada por Muhammad b. Ali b. al-Hajjam. Já Abdallah Khawli é mais preciso e defende que só em finais de 1147,[79] depois de uma nova rebelião suscitada pela conduta

---

[77] Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, Trad. David Lopes, p. 102.

[78] Christophe Picard, *Le Portugal Musulman*, p. 60.

[79] Abdallah Khawli, *Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas*, p. 29.

dos irmãos de Ibn Tumart Ibn al-Hajjam, outro filho de Ali b. Isa b. Maymun,[80] conseguiu assenhorear-se da cidade. Parece uma hipótese credível. Obtida a submissão de Sidray b. Wazir, os almóadas confirmaram-lhe as possessões. Não seria lógico que lhe suprimissem Badajoz e a atribuíssem a outro senhor, a menos que decidissem tomar o respectivo governo em mãos. Mas, em finais de 1146, sem Sevilha conquistada, não teriam capacidade para gerir os destinos da cidade. Enquanto Ibn Wazir fosse leal à linha de comando almóada, não havia razão para removê-lo. Já no contexto de novos tumultos e face a uma débil implantação dos seguidores de Abd al-Mumin, torna-se mais fácil de admitir a ascensão de Ibn al-Hajjam.

regresso às armas

O exército de al-Massufi passou quase todo o Inverno em Mértola. Em Janeiro de 1147, os senhores do Gharb foram obrigados a cerrar fileiras com os almóadas na campanha sobre Sevilha.

Em Maio de 1146, segundo Alfred Bel, também a cidade do Guadalquivir se tinha rebelado contra o poder almorávida.[81] Nas palavras de Ibn Abdun, que escrevia no princípio do século XII, podemos já intuir um ambiente de desconforto face aos exércitos que sustentavam o Estado e estavam estacionados em Sevilha. No seu tratado, defende que o véu (*litham*), a coberto do qual os mercenários berberes e negros infundiam o terror e praticavam toda a espécie de abusos sobre a população, só deveria ser usado pelos sanadja, digamos assim, os verdadeiros almorávidas. A questão, sustentava, deveria ser colocada à consideração do governador, dado tratar-se de *"gente sem escrúpulos"*. Também era da opinião de que ninguém deveria circular armado pela cidade: *"Os berberes, quando tomados pela cólera, não hesitam em matar e ferir"*.[82] A desconfiança era tal que Ibn Abdun também aconselhava os marinheiros do Guadalquivir a não aceitarem como passageiros os mercenários berberes e os escravos negros, *"gente conhecida por roubar mercadorias em tempo de colheitas"*.[83]

[80] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 186.

[81] A. Bel, *Les Bénou Ghanya*, p. 8.

[82] Ibn Abdun, Trad. E. Lévi-Provençal e Emílio García Gomez, pp. 61-2.

[83] Idem, p. 64.

Esta população estrangeira e belicosa deveria incomodar a cidade, criando instabilidade e insatisfação. Com o enfraquecimento do poder almorávida, não seria estranho surgirem rebeliões, terreno favorável para a conquista almóada.

Antes de alcançarem os muros de Sevilha, sitiada por terra e mar, as forças de Barraz conquistaram os arredores: o Aznalcazar, planície em torno da cidade, e a fértil cadeia montanhosa de Alxarafe, cuja produção de azeite ficou imortalizada nas obras de al-Razi e al-Idrisi. Com a queda da capital almorávida no al-Andaluz, os seguidores de Abd al-Mumin pensaram que tinha chegado o momento de estenderem a sua influência no lado de cá do Estreito de Gibraltar. Mas não seria fácil.

Alguns meses após a conquista, chegaram à cidade Abd al-Aziz e Isa, irmãos de Ibn Tumart, e o primo Yaslatan, na companhia das respectivas hordas. De um ponto de vista político, a opção revelava astúcia. No entanto, a má conduta destas personagens, que converteram em estábulos e destruíram as casas do bairro onde foram instalados e roubaram e massacraram as populações, comprometeu a posse de Sevilha.[84] Tiveram de ser afastados do território. Em 1153, o califa foi obrigado a livrar-se definitivamente da dupla de irmãos[85] e, mais tarde, também do primo. Ao anular uma concorrência dotada de legitimidade sucessória, consolidou ainda mais o seu poder.

Os instáveis senhores do Gharb provaram que a submissão em finais de 1146 tinha sido conjuntural. Em Niebla, al-Batrugi, descontente com uma cilada perpetrada por Abd al-Aziz e Isa, aproveitou a insatisfação popular para, ainda em 1147, se rebelar e dar início a um novo movimento independentista. Voltou a aliar-se ao poder almorávida, na pessoa de Ibn Ghanya.[86] Também Ibn al-Qabila, que tinha conquistado o castelo de Mértola para Ibn Qasi, reconheceu o governador almorávida e acabou executado. Terminou uma carreira de dois anos entre os muridinos.[87]

Não se sabe exactamente em que data tiveram início estas rebeliões. Mas, em 542, ano da Hégira que começou em Junho de 1147, Abd al-Mumin recebeu uma delegação de Sevilha, chefiada pelo cádi Abu Bakr b. al-Arabi, a oferecer submissão no

---

[84] Jacinto Bosch Vilá, *Historia de Sevilla – La Sevilla Islámica*, p. 147.

[85] Revoltaram-se em Fez, foram executados e os corpos crucificados no tronco de uma palmeira (Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, pp. 295-296).

[86] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 186.

[87] Abdallah Khawli, *Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas*, p. 27.

seguimento da conquista.[88] A revolta suscitada pela actuação dos familiares de Ibn Tumart deve ter sido posterior.

No auge dos acontecimentos, os senhores do Gharb isolaram a guarnição almóada de Sevilha, como relata Ibn Khaldun.[89] A cidade acabou nas mãos dos andaluzes, com a confiança reforçada face à morte de Ishaq, no seguimento da queda de Marraquexe, em Março de 1147. Ali b. Isa b. Maymun bloqueou o Guadalquivir e impediu a passagem de víveres e reforços à urbe, que terá sofrido as agruras da fome.[90]

Assassinato de Ali b. Isa b. Maymun: condição para segurar Sevilha?

Quando estalou a revolta dos muridinos, Ali b. Isa procurou afirmar-se como senhor independente: aliou-se a Ibn Qasi e, pouco depois, a Abd al-Mumin. Segundo Ibn Khaldun, prestou homenagem ao califa ao tempo do cerco a Fez. Com a passagem aos almóadas, no ano de 540, que começou a 24 de Junho de 1145, rezou na mesquita de Cádis por Abd al-Mumin.[91] Como Ibn Qasi esteve com o califa entre Setembro e Outubro desse ano[92] por sugestão do almirante de Cádis e o cerco de Fez se iniciou em Julho,[93] este deve ter reconhecido Abd al-Mumin entre este mês e Agosto.

Já al-Baidak, nas suas *Memórias*, coloca o evento entre o relato das mortes de Reverter, líder militar cristão ao serviço dos almorávidas, e Tashfin, ou seja, entre finais de 1144 e Março de 1145. Uma passagem de Ali b. Isa aos almóadas ainda antes do falecimento do emir significa que sabia fazer a análise da conjuntura e apostar em quem podia dar-lhe mais garantias para eventualmente recuperar a frota de Sevilha.

Esta defecção constituía um revés para Yahia b. Ghanya, representante do poder almorávida, que perdia expressão naval. Porventura para pressionar Ali, mandou encarcerar um Isa,[94] que, muito provavelmente, seria filho do almirante. Fosse quem

[88] Al-Zarkashi, Trad. E. Fagnan, p. 9.

[89] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 186.

[90] Jacinto Bosch Vilá, *História de Sevilla – La Sevilla Islámica*, p. 147.

[91] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 183.

[92] Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, p. 102; Ibn al-Khatib, Trad. David Lopes, p. 114.

[93] Al-Baidak diz que o cerco durou 9 meses (Trad. Lévi-Provençal, p. 167). Se tivermos em conta que a conquista ocorreu em Abril, como refere Ibn Idari (ver entrada seguinte), o mês provável do início do cerco é Julho de 1145.

[94] Abdallah Khawli, *Le Gharb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas*, p. 29.

fosse, além de pertencer aos Banu Maymun, estava muito ligado a Ali b. Isa, já que, para obter a libertação, aceitou fazer um favor aos inimigos Ibn Ghanya e al-Sahrawi. Isa instalou-se em Faro, que passou a governar sob a tutela de Ibn Qasi. O favor compensaria, dado ser provável que Isa não fugisse à tradição familiar e conferisse capacidade naval à cidade. A aliança com Ibn Qasi nunca deve ter sido quebrada até à morte do almirante: aliás, nem mesmo depois, na medida em que Isa se manteve na governação da cidade algarvia, pelo menos, até à chegada dos almóadas, em 1149.

No período de rebelião suscitado pelo comportamento dos irmãos de Ibn Tumart, Ali b. Isa actuou como qualquer senhor do Gharb e revoltou-se contra os almóadas em Cádis. Bloqueou a entrada do Guadalquivir, para privar Sevilha de abastecimentos. Seja como for, depressa deve ter regressado às fileiras de Abd al-Mumin, já que al-Baidak diz que, nos tumultos suscitados pela revolta de Ceuta, cidade que tentou um regresso aos almorávidas, *"o almirante almóada chegou com a sua frota e fez um bloqueio aos habitantes da cidade"*.[95] Estaríamos em 1148.

Al-Baidak relata também as condições que rodearam a morte de Ali. Atestam bem a rivalidade entre o poder almorávida e o marinheiro ao serviço dos novos senhores do Magrebe. O príncipe al-Sahrawi, enviado de Ibn Ghanya para governar Ceuta, fez saber a Ali b. Isa que desejava submeter-se aos almóadas por seu intermédio. O almirante aceitou o encontro. Mas era uma armadilha. Ao desembarcar junto ao local combinado, foi trespassado por uma lança entre os ombros. O corpo, levado para Ceuta, acabou crucificado na fortaleza da cidade.[96]

Ibn Idari revela questões pessoais entre as duas figuras. Quando al-Sahrawi teve de fugir de Fez, caída em poder dos almóadas, refugiou-se em Tânger, onde passou cinco meses em condições precárias, devido à escassez de alimentos. Nesta cidade, recebeu a visita de Ali b. Isa, que o aconselhou a passar ao al-Andaluz e a procurar Yahia b. Ghanya. Ofereceu-se para transportar o príncipe e o seu séquito ao porto de Jerez. Mas depois traiu-o.[97] Ibn Idari não é explícito quanto aos contornos desta traição, mas o facto pode justificar o ódio manifesto de al-Sahrawi para com o almirante.

A descrição que al-Baidak faz do cerco a Ceuta é lacónica e, estranhamente, não inclui o desfecho. Ficamos sem saber se Ali b. Isa teve ou não sucesso. Logo a seguir,

[95] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 176.

[96] Idem, pp. 176-7.

[97] Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 275.

podemos ler o relato da morte do almirante às mãos do príncipe al-Sahrawi. Alguns parágrafos à frente, tomamos conhecimento de que Yaslatan, o primo de Ibn Tumart que tantos incómodos causou em Sevilha, também cercou a cidade, mas foi obrigado a levantar o bloqueio e partir. Pouco depois, o cádi de Ceuta enviou a Abd al-Mumin a submissão da cidade.[98]

Estes factos desconexos, que não é possível confirmar através de outras fontes, suscitam muitas dúvidas. De que forma passou Ceuta para mãos almóadas? Aparentemente, a armada de Ali b. Isa não terá tido sucesso, quem sabe desarticulada face à notícia do assassinato. Mas também não se percebe em que circunstâncias Yaslatan, personagem que acabou por ser eliminada a mando de Abd al-Mumin, interveio num segundo cerco nem por que razão teve de desistir. E, face à partida das suas hordas, o que levou o cádi a claudicar? Estaria Ali b. Isa vivo quando Ceuta reverteu para os seguidores de Ibn Tumart? Quem interveio no seu assassinato? A estar vivo após a conquista, como o corpo foi levado para Ceuta, surgiria a suspeita de envolvimento almóada. Porque é que al-Baidak prescinde de reclamar uma vitória importante? Afinal, não foi fácil fazer cair Ceuta e a presença do príncipe al-Sahrawi pôs em sério perigo a caminhada almóada para a consolidação do poder.

Desde logo, causa estranheza que forneça tantos pormenores sobre a morte do *"almirante almóada"* – em toda a obra, apenas nesta passagem designa Ali b. Isa enquanto tal, como se tivesse necessidade de deixar claro que Abd al-Mumin estava do seu lado –, quando, a propósito de outros acontecimentos negativos, como, por exemplo, o cerco a Marraquexe de 1130, passa por cima de informações importantes. O mesmo não aconteceu, entre outros, com a conquista da capital almorávida, em 1147. Neste caso, a narrativa é uma verdadeira reportagem: concentra praticamente todos os géneros jornalísticos, como notícias, pequenas histórias e discursos directos, alguns em jeito de testemunhos. Uma peça para ficar na memória, vívida e apaixonada. Só podemos intuir que, em nome de um discurso manipulado, al-Baidak tenha sido obrigado a silenciar valiosas informações sobre Ceuta.

Não é possível assacar responsabilidades aos almóadas pela morte de Ali b. Isa b. Maymun. Por um lado, desconhece-se se estaria vivo à conquista de Ceuta. Por outro, o movimento nunca teve pudor em reclamar a paternidade da execução dos inimigos. Dir-se-ia, no entanto, que o príncipe al-Sahrawi terá feito um favor aos

[98] Al-Baidak, Trad. Lévi-Provençal, p. 178.

almóadas. Ou, por outras palavras, se os almorávidas não o tivessem assassinado, provavelmente, os almóadas tê-lo-iam feito. Talvez não sem a conquista de Ceuta assegurada, mas acabariam por ser obrigados a uma tal eliminação, como, de resto, tiveram de executar outras personagens que se revelaram incómodas para a consolidação de Abd al-Mumin: caso dos irmãos e do primo de Ibn Tumart.

Ali b. Isa esteve em rebelião contra os almóadas e, com a frota de Cádis, bloqueou a entrada do Guadalquivir e impediu o abastecimento de Sevilha. O que o faria, pouco depois, voltar às fileiras de Abd al-Mumin e intervir no cerco de Ceuta? O califa, pressionado pelo facto de ser o único a dispor de uma marinha de guerra com capacidade para intervir em Ceuta, dado que a armada de Almeria tinha sido dissipada pela conquista cristã, pode tê-lo reconhecido como comandante da frota do Atlântico. Desta forma habilidosa, desfazia ainda o bloqueio do almirante à cidade de Sevilha. Sem uma marinha de guerra organizada, com capacidade para libertar o Guadalquivir, teria grande dificuldade em salvar a cidade. E, mesmo que o conseguisse, as perdas poderiam ser elevadas e a operação demorada.

Anulado o bloqueio a Sevilha e conquistada Ceuta, Abd al-Mumin seria obrigado a lidar com um problema de confiança. Para pacificar o Gharb e assumir-se no al-Andaluz, necessitava de um sólido projecto governativo para Sevilha. Aliás, em 1153, cinco anos após a morte de Ali b. Isa e já com o Magrebe central dominado, ao repartir a administração das principais cidades do califado pelos filhos, escolheu Abu Yaqub Yusuf para a capital do al-Andaluz, aquele que viria a ser designado herdeiro em 1162. Permitir que o comandante da principal frota fosse alguém de lealdade volátil, que, ao sabor dos seus interesses, bloqueasse a cidade e pusesse em causa a sua sustentabilidade, seria um erro grosseiro e perigoso, sobretudo numa fase embrionária, quando procurava cristalizar o poder. Alcançados os objectivos de uma associação a Ali b. Isa, Abd al-Mumin teria de eliminá-lo, até porque o almirante estava a estender a sua influência a pontos-chave do Gharb. Um filho controlava Faro e o outro tinha desapossado Ibn Wazir de Badajoz. Ao olharmos para o mapa, torna-se evidente um movimento de tenaz sobre os territórios do senhor de Beja e Évora, reforçado pelo facto de Ali b. Isa comandar as frotas de Sevilha e Cádis.

Quaisquer que fossem os planos, duraram pouco. E não deixa de ser interessante que al-Baidak gaste tanta prosa a descrever a morte do almirante gaditano. Demonstra interesse em esclarecer que o assassinato foi mesmo obra de almorávidas, para que não restem dúvidas. Numa obra em que as palavras, as frases e os parágrafos

parecem medidos e pesados com instrumentos de precisão, é desproporcional o destaque que dá a este evento face à ausência de informações sobre as circunstâncias da conquista propriamente dita.

Podemos tentar reconstituir do seguinte modo o percurso de Ali b. Isa durante a *fitna*: desapossado da herança paterna, talvez por Yahia b. Ghanya, aliou-se a Ibn Qasi e, mais tarde, aos almóadas para recuperar o comando da frota de Sevilha. Ao juntar-se a Ibn Qasi, deu dimensão naval ao seu projecto político, possivelmente também à cidade de Faro, que passou a ser governada por um membro dos Banu Maymun. Em Janeiro de 1147, após a conquista de Sevilha, os almóadas não lhe atribuíram a tão almejada esquadra, pelo que, no decurso da revolta causada pelo comportamento dos irmãos de Ibn Tumart, procurou boicotar a viabilidade da cidade e, por extensão, do al-Andaluz. Ibn Ghanya, que não terá apreciado a deserção desta peça valiosa, conseguiu aprisionar-lhe um filho em Carmona. Mas teve de recuar, por necessitar que o almirante transportasse o príncipe al-Sahrawi a Ceuta, onde se desenrolava uma rebelião pró-almorávida.

Entre finais de 1147 e 1148, Abd al-Mumin ficou com dois problemas que ameaçavam deitar por terra o esforço de quase três décadas de luta pelo poder: Sevilha, cidade a partir da qual procurava estabelecer-se no al-Andaluz, estava bloqueada pela frota de Cádis, que não deixava penetrar os barcos almóadas de abastecimento; e Ceuta passou a ser governada por um príncipe almorávida, que tentou restabelecer a antiga dinastia. Pouco depois, o mesmo Ali b. Isa que boicotava a viabilidade económica do al-Andaluz aparece, nas *Memórias* de al-Baidak, com o título de *"almirante almóada"*. Abd al-Mumin pode ter feito um raciocínio simples e concluído que a solução residia em Ali. Ao nomeá-lo almirante almóada e atribuir-lhe o comando da frota de Sevilha – pelo menos, em termos nominais, pois, se ainda se tratasse de uma armada poderosa, quem sabe teria quebrado o bloqueio dos barcos de Cádis –, terminava o estrangulamento da cidade sem esforço militar e conseguia naves para atacar Ceuta.

Mas as opções políticas de Ali b. Isa ao longo da *fitna* podem tê-lo tornado indesejável a todos os níveis, inclusive junto das populações. Justifica al-Himyari: *"Dizia-se que quem destruísse o templo de Cádis teria uma morte violenta e foi isso que aconteceu"*.[99] Poucos terão lamentado o seu desaparecimento.

[99] Al-Himyari, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 176.

Muhammad b. Maymun, Almeria e a capacidade naval almóada

A insurreição no al-Andaluz posterior à conquista de Sevilha teve um paralelo no Norte de África. Ibn Hud, que não o famoso Sayf al-Dawla/Zafadola, rebelou-se em Salé e deu origem a um tumulto generalizado, que os almóadas tiveram dificuldade em controlar. Durante este novo período de instabilidade em ambos os lados do Estreito de Gibraltar, Ibn Ghanya apoderou-se de Algeciras com a ajuda de al-Batrugi de Niebla,[100] entretanto regressado às fileiras almorávidas.

As populações de Tânger e Almeria *"associaram-se ao movimento de Ibn Hud."*[101] A informação, que nos chega por al-Baidak, é, uma vez mais, cuidadosamente sibilina. Sabemos, pela mesma fonte, que, em Tânger, governava um almorávida. Mas, no que se refere a Almeria, desconhece-se os moldes desta associação. A cidade foi cristã entre 1147 e 1157, data em que passou para domínio almóada.

No entanto, alguns habitantes de Almeria terão tentado uma aproximação ao califa almóada ainda em 1147. Al-Zarkashi refere que uma delegação se queixou junto de Abd al-Mumin do cádi Ibn Ghalib.[102] Ora, segundo o mesmo autor, este morreu em 542, ano da Hégira com início em Junho de 1147. Se o ataque cristão começou em Agosto, o mais provável é que o grupo tenha estado com o califa em Junho ou Julho.

De qualquer modo, durante os acontecimentos da *fitna*, a população ofereceu a governação a Muhammad b. Maymun, que recusou com o argumento de ser apenas um marinheiro.[103] Almeria também se terá, assim, separado dos almorávidas, embora não pareça ter cortado inteiramente com as referências da antiga dinastia. Nem almóada nem totalmente almorávida, pode ter-se envolvido na rebelião de Ibn Hud por intermédio de Muhammad, à cabeça da sua marinha de guerra. Não se percebe, no entanto, a que título tal poderá ter ocorrido. A revolta de Ibn Hud não seria do agrado nem dos almóadas nem dos almorávidas. Uma personagem de moldes messiânicos, que tentava assumir o poder, minava as possibilidades de um ressurgimento: o mesmo al-Baidak informa-nos sobre o assassinato do pai do revoltoso às mãos do príncipe al-Sahrawi. Fica, então, a dúvida sobre com quem estaria Ibn Maymun neste momento melindroso da História do Mediterrâneo Ocidental ou se, face à morte de Tashfin b. Ali e ao extremo

---

[100] Ambrosio Huici, *Historia Politica del Imperio Almohade*, Vol. I, p. 156.

[101] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 175.

[102] Al-Zarkashi, Trad. E. Fagnan, p. 10.

[103] Al-Wahid al-Marrakushi, Trad. Ambrosio Huici, p. 170.

enfraquecimento almorávida, terá procurado um programa de actuação independente, talvez com o apoio da população de Almeria.

Qualquer que seja a resposta, um cenário de apoio à revolta de Ibn Hud a partir de finais de Março ou princípios de Abril de 1147, data em que este declarou o seu projecto político em Salé, aponta para um grande desgaste da frota de Almeria e uma menor capacidade face ao consórcio cristão que se abateu sobre a cidade em Agosto. Aliás, a erosão seria já anterior, com a intervenção da esquadra nos acontecimentos da *fitna*. Por volta de 1144, com Reverter em Tetuão, ou seja, junto ao Mediterrâneo e a pouca distância do Estreito de Gibraltar, al-Baidak refere *en passant*: *"O almirante almorávida, Ibn Maymun, estava no mar, acima de nós, com as galeras"*.[104] Muhammad mantinha-se, assim, em articulação com os exércitos de Tashfin.

O enfraquecimento da frota e, eventualmente, a retenção de parte das embarcações no Norte de África explicaria porque uma cidade tão poderosa como Almeria sucumbiu ao fim de apenas dois meses de cerco. Com a conquista, Ibn Maymun refugiou-se em Maiorca, junto do irmão de Yahia b. Ghanya, Muhammad, que governava as Baleares em nome dos almorávidas.[105] Terminava, assim, uma etapa na carreira do velho almirante e começava outra mais obscura, porque menos registada pelas fontes. Não obstante, alguns indícios permitem-nos esboçar um perfil do novo Muhammad b. Maymun.

O facto de ter escolhido um bastião almorávida, que assim se manteria até ao princípio do século XIII, diz-nos que pode não ter tido intenção nem necessidade de cortar com a linhagem de Yusuf b. Tashfin. A reforçá-lo, está uma informação de que nos dá conta Alfred Bel: Muhammad b. Ghanya proporcionava asilo aos almorávidas perseguidos no al-Andaluz.[106]

Al-Baidak, que regista a defecção dos apoiantes almorávidas com espírito de coleccionador,[107] relata a adesão a Abd al-Mumin de um Ibn Maymun, entre as mortes de Reverter e Tashfin, sem indicar nome próprio. Mestre na gestão do discurso, com as suas *Memórias*, compõe uma grande obra de marketing político. O fiel Abu Bakr, que se apresenta como um *al-Baidak*, simples peão no xadrez almóada, aquele que humilde

---

[104] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, pp. 150-1.

[105] José Angel Garrido Tapia, *Almeria Musulmana I*, pp. 370-1.

[106] A. Bel, *Les Bénou Ghanya*, p. 13.

[107] É o caso de al-Falaki, o aventureiro andaluz que, acaso do destino, estava em Marraquexe quando do cerco almóada de 1130 e contribuiu decisivamente para a vitória dos sitiados.

e servilmente conduzia as rédeas do jumento em que se deslocava o messias, era um homem de inteligência e bem informado. Se, ao referir a adesão do almirante almorávida ao partido almóada, opta por um mero “Ibn Maymun”, pode ser propositado. Não incluir o primeiro nome equivalia a lançar a suspeita. Quando se falasse tão-somente em “Ibn Maymun”, as mentes poderiam convergir para Muhammad, o mais poderoso elemento da família de marinheiros e um trunfo mais prestigiante para a caminhada almóada. Para deixar no ar a possibilidade de Muhammad ter aderido ao movimento entre as mortes de Reverter e Tashfin, foi obrigado a silenciar um pormenor referido em todas as fontes: a presença das 10 galeras de Almeria em Oran, na tentativa de resgatar o emir. É o único a passar por cima do episódio. Em nome da coerência do discurso, não poderia ter sido de outra maneira. A omissão cirúrgica conduzia à ideia de que o almirante de Almeria tinha traído a dinastia almorávida.

Em 1152, no contexto da conquista de Bougie (Bejaia, na actual região argelina da Cabília), al-Baidak voltou a associar ao movimento almóada um Ibn Maymun. O cronista é de novo lacónico: *“A população de Bougie submeteu-se ao mesmo tempo que o almirante Ibn Maymun.”* Uma operação que ajudou Abd al-Mumin a subjugar as tribos árabes do Magrebe central e potenciou a recuperação das cidades em Ifrikiyya na posse dos normandos da Sicília merece-lhe apenas tal comentário. Com Ali b. Isa morto desde 1148, este Ibn Maymun seria Muhammad. Mais uma vez nos perguntamos a que título se teria envolvido nos acontecimentos.

As vastas investigações de S. D. Goitein sobre os documentos da Geniza do Cairo permitiram identificar várias cartas de natureza comercial com as expressões *markab al-sultan* e *markab al-qa’id*, isto é, o “barco do sultão” e o “barco do alcaide”. Ao cruzar as datas com o conteúdo dos documentos, o arabista judeu identificou estas personagens como sendo, respectivamente, Yahia b. al-Aziz, último sultão hamádida de Bougie, e Muhammad b. Maymun, que, pela frequência das referências, teriam fortes relações comerciais. Goitein adianta que ambos participaram no acordo de paz entre Almeria e Pisa, assinado a 2 de Julho de 1133.[108] As duas figuras não eram, portanto, desconhecidas. Poderia dar-se o caso de Muhammad, baseado nas Baleares, mesmo em frente a Bougie, ter procurado fazer um favor ao sultão, sob a forma de protecção contra o ataque almóada? Não se sabe. Al-Baidak recorre de novo a uma formulação sibilina.

[108] S. D. Goitein, *A Mediterranean Society*, Vol. I, p. 310.

Não temos a certeza se Ibn Maymun reconheceu Abd al-Mumin ou apenas desistiu e, em caso, afirmativo, porquê.

Ibn al-Athir traz alguma luz. Antes de partir para Bougie, o exército de Abd al-Mumin permaneceu largos meses em Ceuta, a construir uma frota e reunir tropas. A ideia geral era de que se preparava para um ataque ao al-Andaluz. Ninguém suspeitava de uma operação sobre o Magrebe central até o exército estar na região. O sultão Yahia, apresentado como um laxista pouco preocupado com os negócios do Estado, delegava a administração num governador. Este reuniu as tropas e transpôs as muralhas para dar combate a Abd al-Mumin. Enquanto isso, a população fugiu. Yahia refugiou-se no castelo de Constantina, mas acabou por render-se.[109]

Nestes termos, dizer que a população se submeteu será forçar a nota, como talvez o seja aplicar o mesmo conceito a Ibn Maymun, se tivermos em conta que, em meados dos anos 50, o vemos envolvido com a política balear. Além disso, al-Baidak não o designa por *"almirante almóada"*, expressão que utiliza para se referir a Ali b. Isa durante os eventos associados ao bloqueio de Ceuta. Nas Baleares, Muhammad b. Ghanya tinha designado como sucessor Abd Allah, o filho mais velho. Descontente com a escolha, o segundo filho, Ishaq, delineou um plano para eliminar o irmão e, eventualmente, também o pai. Tornou-se senhor do arquipélago por volta de 1156-7, embora alguns autores antecipem o assassinato de Abd Allah em quatro anos. Receando uma mudança de lealdade daqueles que lhe prestaram auxílio no golpe, mandou massacrá-los com a ajuda das tropas de Muhammad b. Maymun.[110]

Mais tarde, Abd al-Mumin recorreu aos serviços de Muhammad para pôr cerco à cidade de Mahdia, nas mãos dos normandos da Sicília. A cidade fundada no século X pelo primeiro califa fatimida, Abd Allah *al-Mahdi bi-llah*, caiu em Muharran de 555 (entre Janeiro e Fevereiro de 1160), ao fim de nove meses.[111] Abd al-Mumin terá seguido por terra, enquanto as naves comandadas pelo velho almirante se encarregaram do bloqueio marítimo.[112] O anónimo *al-Hulal al-Mawsiyya* acrescenta que a esquadra foi determinante na derrota dos 100 navios cristãos que chegaram para socorrer a

---

[109] Ibn al-Athir, Trad. Donald Sidney Richards, p. 42.

[110] A. Bel, *Les Bénou Ghanya*, p. 19.

[111] Al-Zarkashi, Trad. E. Fagnan, p. 12.

[112] Ambrosio Huici Miranda, *Historia Musulmana de Valencia*, Vol. III, p. 121.

cidade.[113] Huici Miranda avança que, após a vitória, Abd al-Mumin mandou repartir 12 mil dinares de ouro pelos marinheiros.[114]

A sucessão de reviravoltas na carreira de Muhammad b. Maymun desde a morte de Tashfin b. Ali – possível apoio à revolta do candidato a messias Ibn Hud, defesa de Almeria contra os cristãos, refúgio entre os almorávidas Banu Ghanya, possível auxílio ao sultão hamádida, submissão ou desistência para os almóadas em Bougie, envolvimento com a política balear, participação na conquista de Mahdia por Abd al-Mumin – aponta sobretudo para o perfil de um mercenário.

O percurso do almirante, que os almóadas parecem ter querido aliciar a todo o custo, é importante para aferir da capacidade naval do califado nos primeiros anos, a qual não parece de todo consistente. Bastam três exemplos. Para o bloqueio a Ceuta, Abd al-Mumin recorreu às naves de Ali b. Isa. Na operação sobre Bougie, despendeu vários meses a construir uma frota. Mas, cerca de oito anos depois, a fim de garantir o sucesso em Mahdia, teve de pagar a um homem que iniciou a carreira em 1115 e, como tal, estava no activo há uns 45 anos. Só nos anos 70 do século XII, iriam, de resto, surgir os grandes combates navais entre almóadas e portugueses, com as proezas de D. Fuas Roupinho devidamente sacramentadas na *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*.[115]

Depois de Mahdia, Muhammad desapareceu das fontes. Atendendo à idade, pode inclusive ter falecido. Na viragem para o século XIII, havia de aparecer outro Ibn Maymun – pelo avançado da data, não poderia ser o mesmo –, agora, sim, à frente da esquadra almóada, a dar combate às naves dos Banu Ghanya, que pirateavam as praças em Ifrikiyya conquistadas aos normandos da Sicília.[116]

Projectos de uma nova dinastia

A falta de recursos navais levou Abd al-Mumin a recorrer a Ali b. Isa b. Maymun para controlar a revolta de Ceuta, contexto que conduziu à morte do almirante. Inicialmente submetida aos almóadas, a cidade aproveitou a instabilidade criada pelo projecto político do messias Ibn Hud e assassinou o governador designado

---

[113] *Al-Hulal al-Mawsiyya*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, pp. 184-5.

[114] Ambrosio Huici Miranda, *Historia Musulmana de Valencia*, Vol. III, p. 121.

[115] Duarte Galvão, *Crónica de El Rey D. Afonso Henriques*, pp. 187 – 194.

[116] Ambrosio Huici Miranda, *Historia Musulmana de Valencia*, Vol. III, p. 122.

pelo califa. O líder desta sedição foi o cádi, Abu al-Fadl Iyad b. Musa b. Iyad al-Yahsubi, eminente figura na religião, política e literatura.

Ibn Baskwal dá-lhe destaque no seu *Kitab al-Sila*.[117] Explica que procurava os mestres para aprender. Estudou no al-Andaluz, nomeadamente em Córdova, onde recebeu ensinamentos de Ibn Hamdin, pai daquele que se rebelou em 1145. Também partiu para o Oriente em busca de conhecimentos. "*Muito inteligente e esperto*", foi juiz em Ceuta, passou algum tempo em Granada nas mesmas funções e seguiu para Córdova em 531, ano que decorreu entre Setembro de 1136 e o mesmo mês de 1137. Ibn Baskwal nada refere sobre a dimensão política da personagem. A única referência, ainda que remota, à revolta de Ceuta é a de que Iyad morreu em Marraquexe no ano de 544, para onde tinha sido expulso. Al-Zarkashi é mais preciso quanto ao passamento do cádi: 7 de Jumada II de 544, isto é, 12 de Outubro de 1149. Muhammad, filho de Iyad, dedicou grande parte da sua energia a apagar a memória da revolta e reabilitar a memória do pai junto do poder almóada.[118] Chegou a acusar o príncipe al-Sahrawi de todos os crimes perpetrados durante a rebelião.[119]

A principal preocupação de Iyad seria a preservação da ortodoxia seguida pela escola malikita e a obediência ao califa abássida, que a corrente messiânica almóada recusava.[120] O *Rawd al-Qirtas*, de Ibn Abi-Zar, refere que embarcou com destino ao al-Andaluz, a fim de reconhecer Ibn Ghanya e pedir-lhe a nomeação de um governador para Ceuta.[121] A escolha recaiu sobre Yahia b. Abu Bakr b. Yusuf b. Tashfin. Conhecido como al-Sahrawi ou "o sariano", era neto de Yusuf b. Tashfin, filho de Abu Bakr b. Ali b. Yusuf, o irmão mais velho de Tashfin,[122] e foi governador de Fez até a cidade cair na posse dos almóadas. Nesse momento, passou ao al-Andaluz.

Esta opção revela bem as intenções de Ibn Ghanya: o restabelecimento de uma nova linhagem, tanto no al-Andaluz, chefiada por si próprio, parente de Yusuf b. Tashfin[123], como no Magrebe, encabeçada por um legítimo príncipe almorávida.

---

[117] Ibn Baskwal, *Kitab al-Sila*, Ed. Beirute, 2003, p. 359.

[118] Delfina Serrano Ruano, *Los Banu Iyad*, pp. 362-3.

[119] Idem, p. 367.

[120] Hanna E. Kassis, *Qadi Iyad's Rebellion*, p. 510.

[121] Ibn Abi Zar, Trad. Ambrosio Huici, p. 197.

[122] Vincent Lagardère, *Les Almoravides*, p. 287.

[123] Yahia b. Ghanya, da tribo massufa, um ramo dos sanadja, nasceu em Córdova. Com o irmão Muhammad, governador das Baleares a partir de 1126, foi educado na corte de Marraquexe. Os Banu

Entre 1147 e 1148,[124] al-Sahrawi chegou a cunhar moeda em Ceuta.[125] Um exemplar entretanto encontrado avança pormenores sobre os contornos da revolta. Numa face, proclama o poder almorávida na pessoa de Yahia al-Sahrawi e, na outra, inclui uma referência ao *mahdi* anunciado, que a arabista Maribel Fierro interpreta como uma fórmula de propaganda contra o movimento almóada. Perante o *mahdi* Ibn Tumart, a moeda evoca o verdadeiro messias, enviado por Deus no fim dos tempos.[126]

Após o assassinato de Ali b. Isa b. Maymun, al-Sahrawi reuniu as hostes, que provaram ter poder para incomodar os almóadas, e deixou Ceuta com destino a Tânger, onde governava um almorávida. Foi acolhido por várias tribos fiéis ao antigo poder. Os dukala, por exemplo, nomearam-no emir. Em Salé, o sariano eliminou o pai de Ibn Hud, o qual já tinha sido executado pelos almóadas, e apoderou-se da cidade. Mais tarde, pilhou tribos partidárias do líder religioso.[127]

A conjuntura favorecia o ressurgimento almorávida. Os almóadas tinham, ao mesmo tempo, de esmagar os apoiantes de Ibn Hud, que, apesar da morte do líder, continuavam no activo, e as tribos e cidades afectas ao antigo poder. Mas, apesar das dificuldades, Abd al-Mumin acabou por sair vitorioso. Conseguiu reaver Salé, Tânger e Ceuta.[128] Controlada a revolta do cádi Iyad, ofereceu o governo da cidade a Abd Allah b. Sulayman.[129] Em seguida, lançou-se sobre as tribos fiéis aos almorávidas.

Em 1149, no mesmo ano em que morreu Iyad, desapareceu Yahia b. Ghanya, decorria o cerco almóada a Granada. Fala-se que, pouco antes, terá havido um acordo secreto entre Ibn Ghanya e Barraz, ambos da tribo massufa, para o primeiro entregar Córdova e Carmona aos almóadas em troco de Jaén. A fortaleza de Carmona, na estrada entre Sevilha e Écija, era a morada de um arsenal que provia à defesa da cidade do Guadalquivir desde a reorganização ordenada por Abd al-Rahman II no século IX. A doação de Ibn Ghanya contribuía para consolidar os almóadas no al-Andaluz. Mesmo assim, o almorávida recusou passar para o lado de Abd al-Mumin.

Ghanya, descendentes de uma parente de Yusuf b. Tashfin, estavam, assim, intimamente ligados à dinastia almorávida (Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 87).

[124] Hanna E. Kassis, *Qadi Iyad's Rebellion*, p. 505.

[125] Francisco Codera, *Familia Real de los Benitexufín*, pp. 30-34.

[126] Maribel Fierro, *El Dinar del Cadí Iyad que Nunca Existió*, pp. 460-1.

[127] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 177.

[128] Idem, p. 178.

[129] Idem.

Quanto a al-Sahrawi, chegou o momento em que não pôde resistir ao califa e, em 1155, viu-se forçado a render-lhe homenagem.[130]

Após debelar os tumultos no Magrebe, Abd al-Mumin procurou resolver os problemas no al-Andaluz. Os seus exércitos submeteram al-Batrugi em Niebla e Tejada, tomaram os territórios que Ibn Qasi possuía em Silves e avançaram para Tavira. Badajoz, cidade suprimida por Ibn al-Hajjam a Ibn Wazir, reconheceu o poder almóada.[131] Algo de semelhante aconteceu em Faro.[132] Isa b. Maymun, provavelmente irmão do novo senhor de Badajoz, aderiu de forma pacífica e até ajudou a atacar a região de Silves, onde se refugiou al-Batrugi.

Ibn Khaldun não é muito preciso quanto ao que aconteceu em Tavira. Provavelmente, a investida militar não surtiu efeito e os berberes não conseguiram a submissão da cidade. Caso contrário, o historiador tê-lo-ia referido. Já a propósito de Barraz al-Massufi, que conquistou e perdeu Sevilha, informa que, após o controlo da revolta no Gharb, conservou um cargo de recebedor-geral dos impostos.

Com o território pacificado e as dissidências quase todas controladas, Abd al-Mumin exigiu a homenagem dos senhores do Magrebe e al-Andaluz. Estes três anos de extrema instabilidade, entre 1147 e 1150, que exigiram grande habilidade e esforço ao califa, trouxeram vitórias aos cristãos.

Lisboa não pode ser salva

No Verão de 1147, Lisboa estava sozinha política e militarmente. Seria a única cidade do Gharb a não ter reconhecido os almóadas. Neste contexto, a conquista de Afonso Henriques e seus aliados ganha contornos de inevitabilidade, sobretudo após a tomada de Santarém. A passagem do trinco da defesa do Tejo para mãos cristãs constituiu mais do que um simples isolamento territorial. Como veremos, al-Ushbuna ficou também afastada da evolução política, o que, em última instância, terá ditado a sua vulnerabilidade e perda.

---

[130] Vincent Lagardère, *Les Almoravides*, p. 288.

[131] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 187.

[132] Idem.

Queda de Santarém, o cerco aperta

Jacinto Bosch Vilá, historiador espanhol desaparecido em 1985, deixou-nos uma História de Sevilha no período islâmico, que avança um pormenor fundamental para a análise em curso. O governador de Santarém à data da conquista cristã, Labid b. Abd Allah, que Ibn al-Khatib refere como um dos senhores do al-Andaluz que se rebelaram no contexto da *fitna*, participou na operação militar almóada sobre Sevilha.[133] A intervenção, a ser verdadeira, terá correspondido ao envio de um contingente militar, pois sabemos, por via das *Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, que, face à conquista cristã de Santarém, o governador fugiu para Sevilha.[134] Estava, portanto, na cidade quando esta caiu. Bosch Vilá não refere a fonte em que se baseia para afirmar a participação escalabitana no primeiro grande sucesso almóada no al-Andaluz. Mas talvez não necessitemos de tal referência para prosseguirmos o raciocínio.

1. Fidelidades de um governador de fronteira

A legitimidade do poder foi uma questão sempre presente no espírito dos andaluzes. Os primeiros emires respondiam perante os califas do Oriente. Os omíadas, que se lhes seguiram, reclamaram um parentesco com Maomé para cortarem laços com os abássidas. Os reis de taifas, que substituíram o califado de Córdova, mesmo sem uma linhagem do Profeta, recorreram a títulos califais, pese embora nunca tenham alcançado uma autonomia plena. Basta evocar os tributos pagos aos reinos cristãos peninsulares, situação que reduzia os *muluk al-tawa'if* à condição de vassalos. Al-Mutamid, rei de uma das mais poderosas taifas, a de Sevilha, pagava tributo a Afonso VI e, face ao ímpeto do imperador, teve de apelar para o auxílio do berbere Yusuf b. Tashfin. Ao tempo dos almorávidas, o poder era delegado em governadores locais e o emir, naturalmente, apresentava-se como vassalo do califa abássida. Os almóadas, para obviarem à questão da legitimidade, reclamaram-se descendentes de Maomé. Outro exemplo elucidativo é o do próprio Ibn Qasi. Em 1151, já sem a força política conseguida até ao primeiro trimestre de 1145, procurou uma alternativa junto de Afonso Henriques quando se sentiu pressionado para prestar homenagem a Abd al-Mumin.

---

[133] Jacinto Bosch Vilá, *Historia de Sevilla – La Sevilla Islámica*, p. 146.

[134] *Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra, Portugaliae Monumenta Historica,* Vol. *Scriptores,* p. 29.

Labid b. Abd Allah, ao cortar laços com os almorávidas, sobretudo sendo governador de uma região na fronteira, teria dificuldade em sobreviver desprovido de tutela. Se, como diz Ibn al-Khatib, se rebelou contra os almorávidas, deve ter trocado a obediência a Ibn Ghanya e Tashfin b. Ali por outro senhor. Entre Agosto de 1144, data em que o castelo de Mértola foi tomado pelos muridinos e Março de 1145, após o insucesso em Sevilha e Córdova, só há uma possibilidade: Ibn Qasi, que incitou os senhores do Gharb à revolta e, logo no mês de Setembro,[135] recebeu a homenagem das figuras fortes das actuais regiões do Alentejo e Algarve: Ibn Wazir e Ibn al-Mundhir. Também contou desde cedo com o apoio de al-Batrugi de Niebla e Ali b. Isa b. Maymun de Cádis. A partir de Março, a emergência de um novo projecto político, com Ibn Hamdin associado a Ibn Wazir, dar-lhe-ia outra possibilidade.

Não sabemos em que momento Labid b. Abd Allah cortou com os almorávidas. Mas o mais provável é que tenha sido no início da *fitna*. Face ao enfraquecimento da dinastia e à ascensão de um novo poder no Gharb – o movimento dos muridinos –, o governador de Santarém não poderia esperar para ver, sobretudo quando figuras mais fortes tinham aderido a Ibn Qasi. Se não tomasse uma decisão rapidamente, ficaria isolado, talvez com as terras atacadas pelo vizinho Ibn Wazir. Os apoios que o *mahdi* do *Gharb* recebeu seriam suficientes para preocupar Ibn Abd Allah.

O governador de Santarém não é referido enquanto muridino nem como tendo participado nas operações militares dos seguidores do místico. Mas pode ter reconhecido um Ibn Qasi que se tentava afirmar enquanto potentado independente, sem necessidade de tutela porque legitimado pela condição de *mahdi*. Ou seja, se o governador de Santarém se desligou dos almorávidas, a razão mais do que certa é o enfraquecimento de um poder sem capacidade para defender os seus interesses na fronteira. Inversamente, podemos perceber força no movimento muridínico. De contrário, é provável que Ibn Abd Allah não visse interesse (ou talvez obrigação) em soltar-se da obediência almorávida.

Já entre Março de 1145 e Fevereiro de 1146, é possível que tenha reconhecido o novo emir dos almorávidas, Ibn Hamdin, na medida em que os seus territórios confinavam com os de Ibn Wazir. Pelo menos, pode ter pago tributo para não ser atacado. A dificuldade da vida na fronteira é notória. Tanto o *Chronicon Lusitano* como os *Anais do Rei Afonso* referem pagamentos a Afonso Henriques por Santarém, para

---

[135] Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, Trad. David Lopes, p. 103

evitar a devastação das tropas portuguesas. Labid b. Abd Allah tentava equilibrar-se no fio do arame, entre inimigos cristãos e possíveis agressores muçulmanos de várias proveniências. Soam adequadas as palavras de Hermenegildo Fernandes, quando alude ao pragmatismo das escolhas na fronteira: um elevado nível de porosidade conduz a alianças forjadas à margem de diferenças civilizacionais e religiosas.[136]

2. Tropas de Santarém em Sevilha

O reconhecimento de Ibn Qasi ou dos aliados Ibn Hamdin e Ibn Wazir por parte de Labid b. Abd Allah justificaria a proposta de Jacinto Bosch Vilá: a da presença de tropas de Santarém na conquista almóada de Sevilha. Se o governador fosse vassalo do místico sufi, quando, em Junho de 1146, o exército de Barraz al-Massufi chegou ao al-Andaluz, teria sido constrangido a reconhecer o movimento almóada. O mesmo se aplica à hipótese, não exclusiva da primeira, de se ter submetido ou pago tributo a Ibn Hamdin e Ibn Wazir. Com o desaparecimento da ribalta política do primeiro e a submissão a Barraz do segundo, Labid b. Abd Allah teria de prestar homenagem aos almóadas. E isso significava a obrigação de enviar tropas a Sevilha, pois foi esta a exigência imposta pelo exército de Abd al-Mumin aos senhores do Gharb.

Não há notícias de que Barraz tenha marchado sobre Santarém. O investigador Jassim Abid Mizal explica que as tropas almóadas, na sua missão de subjugar os andaluzes, tomaram a conhecida rota de *Jerez de la Frontera-Wadi Sevilha-Niebla--Mértola-Beja*.[137] Mais um indício de que o governador de Santarém pode ter reconhecido Abd al-Mumin de forma espontânea.

Outro raciocínio possível seria o de avançar que Labid b. Abd Allah, ao saber da presença de um exército almóada em terras do Gharb, tenha visto a oportunidade de libertar-se do tributo a Afonso Henriques e procurar uma tutela segura. Aliás, a notícia da chegada dos soldados de Abd al-Mumin teve grande impacto entre as gentes do al-Andaluz e, mesmo, cristãs. Afonso VII chegou a retirar o apoio a Ibn Hamdin contra Ibn Ghanya e a aliar-se ao último, entregando-lhe a cidade de Córdova. Mas, qualquer compêndio de História sobre a conquista de Santarém no-lo diz, o acordo entre Afonso Henriques e Santarém manteve-se até três dias antes da queda da cidade, o que leva a supor que o governador pagou tributo até ao fim. Mesmo face a uma possível aliança

[136] Hermenegildo Fernandes, *Em Torno a Santarin: Posição e Funções*, p. 56.

[137] Al-Idrisi, *Uns Muhay wa Rawd al-Furay*, Trad. Jassim Abid Mizal, p. 185.

firmada com os almóadas, terá procurado contentar todas as partes. Talvez até, apesar da sua frágil posição na fronteira, tenha enviado parte das tropas a Sevilha confiando que não iria ser atacado pelo rei português devido ao pagamento.

Novo indício que aponta para a submissão de Santarém aos almóadas é-nos dado pelas *Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. A narrativa recorre a um tom romanceado, repleto de basófia, para dar conta da fuga do governador, mas aporta um pormenor interessante. Ao cair Santarém, Labid b. Abd Allah procurou refúgio em Sevilha, recém-conquistada pelos almóadas. Não fez o mesmo que muitos habitantes da cidade, que, como relata o cruzado Randulfo, seguiram rumo a Lisboa. Um corte com o poder almorávida e a associação aos muridinos e almóadas tornavam a actual capital portuguesa numa impossibilidade.

Estas opções de fuga revelam controvérsia na decisão de Labid b. Abd Allah, que deve ter fracturado o tecido social escalabitano. Os moçárabes, como veremos a seguir, podem ter preferido o rei de Portugal, boa parte dos muçulmanos ficou com os almorávidas e fugiu para Lisboa[138] e o governador pediu protecção aos almóadas de Sevilha. A cisão pode ter ocorrido logo com o anúncio da submissão a Abd al-Mumin, ou seja, antes da conquista cristã. O ambiente político não poderia ser mais favorável a Afonso Henriques.

3. Golpe de astúcia

No *Quo modo sit capta*, documento que, ao contrário das fontes latinas mais convencionais, é rico em pormenores sobre uma operação militar, emerge a necessidade de afirmar a origem moçárabe dos heróis da conquista: Martim Moab e Mem Ramires. Também as *Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra* referem, por duas vezes, que o herói que primeiro entrou na cidade, Mem Ramires, aqui designado por Mem Moniz, *"era muy ardido caualleiro e sabia muy bem fallar a arauia"*. [139] Estas personagens, envoltas na bruma do mito, tiveram existência bem real. O primeiro aparece a confirmar

[138] *A Conquista de Lisboa aos Mouros,* Trad. Aires Nascimento, p. 79.

[139] *Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra, Portugaliae Monumenta Historica,* Vol. *Scriptores,* p. 28.

documentos relacionados com a região de Coimbra.[140] O segundo era possivelmente presor da Ladeia.[141]

O mesmo *Quo modo sit capta* faz ainda questão de lançar a suspeita de que o rei teria um acordo com os habitantes de Santarém. *"Algumas sentinelas hão-de acolher-nos"*, eis a frase atribuída a Afonso Henriques quando discursa para incentivar os companheiros de armas para o assalto. Acaba por refutá-la ao dizer: *"Deus me perdoe este pecado de mentira, pois foi cientemente que menti, com a intenção de os seus ânimos mais se fortalecerem"*.

Autores como Pedro Gomes Barbosa aludem a um possível acordo entre Afonso Henriques e a comunidade moçárabe de Santarém. Mas a afirmação nunca pôde ser provada. À luz de uma submissão de Labid b. Abd Allah ao poder almóada, surge um motivo provável. Um tal cenário seria desfavorável para os cristãos arabizados da cidade do Tejo. Entre os radicais almóadas e os moçárabes de Coimbra, de que Afonso Henriques era o líder, não seria difícil escolher.

Os moçárabes de Coimbra recebiam privilégios do rei de Portugal. Alguns cavaleiros eram seus companheiros de armas. Randulfo Soleimás, destacada personagem da comunidade, foi alcaide da cidade entre finais de Janeiro de 1121 e 1125.[142] O *Livro Santo de Santa Cruz*, por sua vez, está recheado de exemplos de actos jurídicos, sobretudo heranças a recair sobre bens fundiários, que demonstram bem o poder económico e social que alcançaram os moçárabes de Coimbra. Também não podemos esquecer a força do mosteiro de Santa Cruz, base do projecto político de Afonso Henriques, que protegia a tradição moçárabe.

O foral de 1095, outorgado por Afonso VI, e a série de 1111, atribuída às localidades da região Centro, como Coimbra, Sátão e Soure, pelo conde D. Henrique, constituíam uma amostra dos benefícios de que poderiam vir a usufruir os moçárabes de Santarém. Se chegaram sozinhos à conclusão de que teriam vantagem em aliar-se a

[140] Em 1156, confirmou o testamento de Maria Peres ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na forma de uma propriedade em Cadima, concelho de Cantanhede (*Livro Santo de Santa Cruz,* Ed. Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Doc. 48, pp. 171-2).

[141] Entre 1146 e 1154, Afonso Henriques e D. Mafalda venderam a Pedro Viegas e sua mulher, Maior Afonso, os territórios que possuía na região: Ulmar, Rabaçal e Figueiró (*Livro de D. João Teotónio,* Santa Cruz de Coimbra, fl. 141).

[142] Paulo Merêa, *Sobre as Antigas Instituições Coimbrãs*, pp. 20-1.

Afonso Henriques ou foram convencidos por alguma “delegação” do rei, não sabemos. Talvez até tenha ocorrido um pouco de ambas as possibilidades.

Pela opção de Lisboa enquanto destino de fuga de parte da população, podemos também perceber insatisfação entre os muçulmanos. A submissão aos almóadas não seria do agrado de todos. De contrário, teriam procurado a protecção de Barraz al-Massufi. Será que alguns deles colaboraram com o rei português? Sem a confirmação através de fontes, será mera especulação. Mas, para conquistar a alcáçova de Santarém, seria necessário mais do que um acordo com os moçárabes, instalados no arrabalde.

A submissão de Labid b. Abd Allah aos almóadas pode ter tido lugar em finais de 1146, o que daria tempo mais do que suficiente a Afonso Henriques para organizar a operação: sabia exactamente quando e onde estaria boa parte da guarnição de Santarém. Com base nestas informações, torna-se mais compreensível a opção de atacar com um pequeno grupo pouco armado, como refere o *Quo modo sit capta*.

Segundo o *Chronicon Lusitano*, os homens do rei desferiram o golpe *ad galli cantum*, mais precisamente na madrugada de uma sexta para sábado, quando os muçulmanos, após o jejum semanal, se teriam alimentado com fartura após o pôr-do-sol e estariam com a capacidade de resposta limitada.

4. Um mês de intervalo

No plano cronológico, surge uma questão pertinente: se Sevilha foi conquistada a 18 de Janeiro, porque é que Afonso Henriques só atacou Santarém cerca de um mês e meio depois? Poderíamos pensar que a consolidação da região teria ocupado as tropas por mais algum tempo. No entanto, antes de tomar a cidade, Barraz submeteu os arredores. Outra possibilidade, esta mais catastrofista, seria a do massacre do contingente de Santarém, motivo que, evidentemente, bastaria para o rei português atacar quando bem entendesse.

Com a ajuda de um algoritmo de conversão entre os calendários gregoriano e muçulmano, que pode ser consultado na Internet,[143] é possível explorar outras hipóteses. Entre 4 de Fevereiro e 5 de Março de 1147, decorreu o nono mês do calendário muçulmano: o famoso Ramadão, que obriga ao jejum dos crentes até ao pôr-do-sol. Sevilha caiu em mãos almóadas a 18 de Janeiro, ou seja, a cerca de duas semanas do início do jejum, tempo insuficiente para o regresso do exército de Santarém, que, no

[143] Ver, por exemplo, www.oriold.uzh.ch/static/hegira.html.

caminho mais rápido, teria de percorrer toda a Via da Prata até Mérida, passar por Badajoz, Elvas e Alter do Chão, em direcção a casa. Se considerarmos que só com muito optimismo um exército avançaria 30 quilómetros por dia, num cenário bastante favorável, os soldados de Santarém precisariam de uns 15 dias para o regresso.

Será que uma guarnição militar, que inclui boa parte de soldados a pé, se iria dispor a viajar em época de jejum, ou melhor, de uma abstinência diária interpolada com refeições abundantes e hiper-calóricas à noite, o que limita ainda mais a boa forma física? Será que os exércitos observavam o jejum? Sabemos que a morte de Tashfin b. Ali, sitiado durante um mês pelas forças almóadas, ocorreu em finais do Ramadão de 1145. Mas, neste caso, não terá havido propriamente um ataque. Ficamos com a impressão de que o cerco já estaria montado quando o mês sagrado começou. Depois, foi só esperar. Tashfin, que procurou quebrar o bloqueio ao *ribat* onde estava aquartelado, acabou por morrer num acidente, sem intervenção almóada. O assalto a Oran só ocorreu três dias após a morte do emir, já o Ramadão tinha terminado.

Estes indícios apontam para que Afonso Henriques tenha ficado com o bónus de um mês para preparar o ataque a Santarém, sabendo que boa parte de todos os exércitos do Gharb, à excepção do de Lisboa, se encontrava em estado de hibernação em Sevilha. O assalto ocorreu de 14 para 15 de Março, uma semana e meia sobre o fim do Ramadão, quando as tropas ainda não tinham tempo para chegar.

Mas, se o rei podia beneficiar de um mês sem actividade muçulmana, por que razão não atacou antes? A resposta pode residir nas condições atmosféricas. Em Fevereiro, os vales da Beira Litoral e Estremadura, que teve de atravessar para chegar a Santarém, seriam obstáculos difíceis de transpor. Procurando pensar como Afonso Henriques, dir-se-ia que tentou dilatar o prazo ao máximo para usufruir de tempo razoável e, em simultâneo, de um ataque na madrugada de uma sexta para sábado. Se esperasse mais uma semana, pela noite de 21 para 22, corria o risco de ser surpreendido pelos muçulmanos de regresso.

5. Blindagem templária

Tomada a cidade de Santarém, o rei necessitava de couraçá-la. Os templários, estacionados no castelo de Soure desde 1128, mercê de uma doação por D. Teresa e Fernão Peres de Trava, apesar de alguns reveses ao longo de duas décadas na defesa das linhas de Coimbra, seriam a melhor solução.

A tradição historiográfica diz que os cavaleiros do Templo foram determinantes na conquista de Santarém. A prova é sobretudo feita com recurso ao documento, datado de Abril de 1147,[144] pelo qual Afonso Henriques lhes atribuiu os rendimentos das igrejas da cidade. Porém, nada diz na carta de doação que demonstre terem os templários participado na vanguarda da operação militar. Apenas é referido que o rei havia feito uma promessa antes da conquista e que o acto jurídico correspondia ao seu cumprimento. O facto de existir uma intenção de doar não significa necessariamente uma recompensa por serviços prestados. A doação poderia inscrever-se num plano mais vasto, de defesa e futura organização territorial. Com a perspectiva de regresso do contingente de Santarém, atrás do qual poderia seguir uma guarnição almóada, os templários seriam a melhor alternativa do rei.

Não se contesta a participação dos monges-guerreiros, mas pode ter ocorrido mais ao nível de um trabalho de *backstage*, como o controlo de fortalezas secundárias e estradas. Num contexto de negociação com os moçárabes de Santarém, colocar na dianteira das operações os templários não seria evidência de grande astúcia política. Enquanto senhores do castelo de Soure, tinham uma história de gato e rato com as tropas de Santarém. Além disso, seguidores do rito romano, eram uma espécie de braço armado de uma linha mais radical do Cristianismo. Numa fase inicial de negociações, o mais sensato seria mantê-los na retaguarda.

Aliás, como nota Pedro Barbosa, os cristãos usaram vias romanas secundárias para atacar Santarém, ramais a cortar as serras de Aire e Minde, em direcção a Pernes.[145] Com esta opção, isolaram a região de Tomar, ainda nas mãos dos muçulmanos, entre Soure e Santarém. Todas estas vias teriam de ser controladas, para evitar surpresas. Quem sabe os templários, habituados à defesa do território, participaram a este nível.

Outra fortaleza cuja situação em Março de 1147 Pedro Barbosa tenta resolver é a de Ourém. Como defende, já teria de estar em mãos cristãs, *"a menos que uma eventual população moçárabe, de existência mais do que provável, se tenha aliado a Afonso Henriques. Só desta forma não ficaria cortada a linha de fuga das tropas do rei e os reforços após a conquista".*[146] Se considerarmos como certa a submissão de Labid

[144] *Monumenta Henricina*, Doc. 2, p. 3.

[145] Pedro Barbosa, *Reconquista Cristã*, p. 135.

[146] Idem, p. 136.

b. Abd Allah aos almóadas, este pacto com a fortaleza que controlava a passagem entre o litoral e o Tejo teve também de ocorrer. A posse de Ourém garantia um corredor de Coimbra à cidade do Tejo.

Após a conquista de Santarém, nota-se um cuidado para estabelecer uma continuidade apesar do corte. Quando os templários tomaram posse do eclesiástico da cidade, a escolha para comendador recaiu sobre Pedro Arnaldo, que, segundo o *Elucidário* de Viterbo, era natural de Santarém e ocupou o cargo até 1157. Nessa qualidade, recebeu *"muitos confrades, familiares ou terceiros, que fizeram largas doações àquela comenda, algumas das quais se acham na Torre do Tombo"*.[147]

Se Pedro Arnaldo era mesmo de Santarém, teria origem na comunidade moçárabe. Com o estabelecimento dos templários na cidade, aquela ter-se-á apressado a reforçar a sua influência junto da ordem e do rei, que a protegia. Após a saída dos monges da cidade, em 1159, a defesa foi confiada à cavalaria vilã, provavelmente de origem moçárabe, e cujas operações estão documentadas pelas fontes muçulmanas, como Ibn Sahib al-Salah. Aos cavaleiros de Santarém, que, por vezes, acompanhavam Geraldo Sempavor, deve-se, por exemplo, a primeira conquista de Beja.

6. Lisboa é uma ilha

A submissão de Santarém aos almóadas tinha outras consequências: o isolamento de Lisboa do ponto de vista político, que parece ter ficado orgulhosamente só – *avant la lettre* – face à conjuntura do Gharb. Seria a única cidade, entre finais de 1146 e princípios de 1147, a não ter reconhecido a soberania de Abd al-Mumin e a manter-se almorávida. Ibn al-Khatib estabelece uma lista de rebeldes no seguimento da revolta de Ibn Qasi.[148] Dela, fazem parte diversas personagens do Gharb, entre as quais o governador de Santarém, mas não o de Lisboa. Fica a impressão de que a cidade não terá aderido à *fitna* nem, mais tarde, aos almóadas. Parece, pelo contrário, que preferiu continuar fiel à linhagem de Yusuf b. Tashfin.

Ao contar com um acordo em Santarém, fosse apenas com os moçárabes ou eventualmente também com almorávidas insatisfeitos, e sabendo que Lisboa não fazia parte da esfera de influência de Sidray b. Wazir, o senhor andaluz mais próximo, nem beneficiava de tutela almóada, Afonso Henriques pôde mandar preparar as galés.

[147] Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário,* entrada *Tempreiros,* p. 589.

[148] Ibn al-Khatib, Trad. David Lopes, p. 110.

Quando lemos apenas as fontes cristãs, quase podemos pensar que Santarém não passou de um pequeno desvio rumo a Lisboa. Chamando a conjuntura muçulmana ao raciocínio, pode ter sido mesmo o contrário: o rei só conseguiu organizar o ataque a Lisboa por ter garantias de que tomaria Santarém.

A cruzada sobre al-Ushbuna pode ter começado a ser desenhada em finais de 1146, com o exército de Barraz al-Massufi estacionado em Mértola. Um pormenor susceptível de apoiar esta tese é a notícia de que, a 26 de Abril de 1147, já estavam a sair barcos da cidade de Colónia com destino a Lisboa.[149] Seria um mês e meio suficiente para o rei anunciar que tinha sido bem sucedido em Santarém e mandar que os cruzados germânicos se preparassem para o ataque? A fim de desencadear uma operação militar de grande magnitude, e com a obrigação de garantir recompensas aos intervenientes, precisaria de algum grau de segurança, o que poderia ser-lhe dado pela certeza de que tomaria Santarém.

É ainda muito provável que Afonso Henriques tivesse conhecimento de que Afonso VII estava a preparar o ataque a Almeria. O projecto esboçou-se no Verão de 1146, quando uma armada genovesa teve algum sucesso num *raid* sobre a grande cidade andaluza. Animada com a possibilidade de uma conquista definitiva, uma delegação de Génova procurou Afonso VII para propor a empresa. Seguiram-se negociações com Pisa e Barcelona. Nada disto deve ter escapado ao rei.

Um golpe de mão, com recurso a um bando de guerreiros astuciosos, conhecedores dos frágeis equilíbrios da vida na fronteira, não bastaria a Afonso Henriques para conquistar Lisboa, cidade cujo exército passou ao lado do ataque almóada a Sevilha. Precisava de uma frota.

Além disso, teria a comunidade moçárabe a mesma força do que em Santarém, de modo a constituir-se como um interlocutor válido com quem negociar? Alguns indícios apontam no sentido inverso. No breve período em que Lisboa esteve na posse de Afonso VI, a respectiva diocese não foi reconstituída. O mesmo não se passou em Coimbra. Logo após a conquista de Fernando Magno, em 1064, a diocese, que seguia o rito moçárabe, foi confirmada. Se Lisboa não teve o mesmo destino em 1147, talvez tenhamos de procurar as razões entre uma debilidade da própria comunidade.

---

[149] Anónimo publicado por Alfredo Pimenta em *Fontes Medievais da História de Portugal*, pp. 131-2.

Numa análise crítica dos *Miracula Santi Vicentii*, fonte redactada entre 1173 e 1185 pelo chantre da Sé, Mestre Estêvão, Pedro Picoito aponta na mesma direcção.[150] Segundo defende, a iniciativa de recuperar as relíquias de São Vicente terá partido apenas da comunidade moçárabe, que conhecia as rotas de navegação e se encontrava em estreita ligação com a do Algarve, muito embora o rei tenha tentado a empresa em data anterior a 1147. Reforça a argumentação com o facto de os despojos terem chegado de noite, sem o conhecimento das autoridades.

Mas, apesar de não parecer que os moçárabes de Lisboa tenham sido objecto de especial atenção ou privilégio da parte de Afonso Henriques, tal não implica necessariamente a menorização da comunidade pelo rei, como pretende Pedro Picoito. O investigador recorre, para tanto, ao facto de o rei ter instalado a nova catedral no espaço da mesquita aljama e ignorado Santa Maria de Alcamim. Mas o argumento não colhe. Sob as fundações da mesquita aljama estariam os restos da primitiva sé. Santa Maria de Alcamim seria uma igreja de recurso, um símbolo do exílio a que a fé cristã tinha sido obrigada. No plano do simbólico, que também era o da Reconquista, urgia purificar e recuperar um espaço que já tinha sido consagrado. Mesmo para a comunidade moçárabe, o evento revestir-se-ia de grande importância: correspondia a uma reposição da situação inicial. A conversão da mesquita em Santa Maria Maior, com a nomeação de Gilberto de Hastings, equivalia ainda a uma afirmação da supremacia de Braga sobre Lisboa e Santiago de Compostela. Noutro plano, conferia a Afonso Henriques a legitimidade de restaurador de igrejas.

A purificação de mesquitas aljamas, anteriormente locais de basílicas visigóticas, ocorreu, de resto, noutras partes do al-Andaluz. Córdova é um bom exemplo. Como explica o anónimo *Dikr bilad al-Andalus*, no momento em que o Islão conquistou a Hispânia, Tariq b. Ziyad ordenou que se construísse a mesquita aljama sobre metade da igreja antiga. A outra metade foi conservada pelos cristãos. Quando o *imam* Abd al-Rahman b. Mu'awiya chegou ao poder, comprou a parte cristã e anexou-a à mesquita.[151] Outrora local de uma igreja, também teve de ser purificada após a conquista cristã da cidade.

Pedro Picoito fala ainda de "*colonialismo religioso*" sobre a comunidade moçárabe lisboeta, com base, entre outros, na entrega do Mosteiro de Santos à Ordem

[150] Pedro Picoito, *A Trasladação de S. Vicente: Consenso e Conflito na Lisboa do Século XII*.

[151] *Dikr bilad al-Andalus*, Trad. Luis Molina, pp. 42-3.

de Santiago e a troca de orago de Santa Maria de Alcamim, que foi convertida em igreja de São Cristóvão. No entanto, sabemos, pela crónica do cruzado Randulfo, que o Mosteiro de Santos já estava destruído. E, à luz da reposição do cenário existente ao tempo visigótico, Santa Maria de Alcamim não passaria de uma memória a apagar.

Esta alegada secundarização da comunidade pelo rei pode ter sido um processo natural face à sua decadência. No caso de Afonso Henriques ter tido em Lisboa um forte interlocutor cristão com quem negociar, e poder ter aplicado um golpe de mão, a operação teria sido mais económica a todos os níveis. O rei teria ficado isento, por exemplo, de todo um rol de recompensas aos cruzados.

Em Santarém, pelo contrário, a comunidade moçárabe parece vigorosa desde a conquista muçulmana do século VIII. O acordo de rendição permitiu aos habitantes manterem as suas terras. Houve, assim, a conservação de uma organização herdada do mundo antigo, incluindo a prática do Cristianismo.[152]

A vitória almorávida de 1111 segue a mesma lógica. Numa carta dirigida por Sir b. Abu Bakr, governador de Sevilha e conquistador da cidade, ao emir Ali b. Yusuf, podemos notar uma linha de continuidade.[153] Percebendo a fragilidade da região, o exército berbere limitou-se a eliminar a elite militar.[154] Teve, no entanto, o cuidado de deixar um pequeno contingente de soldados. Estes receberam o perdão e serviram de exemplo à restante população, que se humilhou e submeteu. Na prática, devem ter conservado as terras e continuado a viver pacificamente, apenas com a mudança administrativa. Outro comportamento seria, de resto, ilógico. A população foi mantida e as riquezas agrícolas, que a mesma carta tanto elogia, continuaram a ser exploradas. Mas há outra questão relevante. Assegurar um bom tratamento a uma população de fronteira, forjada nos acordos conjunturais, seria uma forma de evitar traições em caso

[152] Hermenegildo Fernandes, *Em Torno de Santarin: Posição e Funções*, p. 48.

[153] Al-Wahid al-Marrakushi, Trad. Huici Miranda, p. 123.

[154] *"Vimos que esta fortaleza ilustre pela sua origem, que domina as demais, elevando-se sobre a região, estava gravemente doente e não podia curar-se"* (al-Wahid al-Marrakushi, Trad. Huici Miranda, p. 122). Por volta de 1110, o *Chronicon Lusitano* assinala um ataque de *"grande multidão de árabes e moabitas"* a um reforço militar enviado pelo conde D. Henrique e que estaria nas imediações de Santarém. O enfraquecimento da fronteira, que conduziu à queda desta cidade, tê-lo-á tentado conter o pai do primeiro monarca com uma série de forais, atribuídos logo a partir de Maio de 1111. A revolta da população de Coimbra e o perigo da perda da cidade terão pesado na decisão.

de ataque cristão. E, até ao Verão de 1146, quando os almóadas desembarcaram no al-Andaluz, não parece ter havido motivos para os habitantes de Santarém o fazerem.

Da parte de Lisboa, um esforço para se manter leal ao poder almorávida até ao fim pode significar que a implantação da dinastia de Yusuf b. Tashfin tenha sido mais forte e, por extensão, destruidora nesta região do que em Santarém. Por exemplo, à chegada dos cavaleiros berberes, as comunidades moçárabes correram a esconder imagens ligadas ao culto mariano, mais tarde encontradas no Cabo Espichel (Senhora do Cabo), Carnide (Senhora da Luz) e Carnaxide (Senhora da Rocha).[155]

A origem dos governadores de Santarém e Lisboa, que não se conhece inteiramente, poderia explicar as mentalidades e lealdades de duas cidades num contexto de extrema desorganização social e política e as continuidades ou cortes no seguimento da conquista cristã.

Marinha de guerra em Alcácer?

Ibn Khaldun é claro. A conquista de Sevilha em 1147, conduzida por terra e mar, foi realizada com a ajuda dos senhores do al-Andaluz.[156] Trata-se de um pormenor significativo, pois permite inferir que as marinhas de Alcácer e Silves, no princípio do ano em que Santarém e Lisboa foram incorporadas no reino de Portugal, poderiam estar ocupadas em Sevilha. Com elevado grau de probabilidade, a frota de Ali b. Isa b. Maymun também participou, pois as tropas de Barraz desembarcaram em Cádis. Teria a experiência de uma primeira tentativa de conquista da cidade, em nome de Ibn Qasi. Mas procuremos identificar todas estas frotas.

1. Cacela não é Alcácer

É inequívoca a existência de uma marinha de guerra em Silves. A *Historia Compostelana*, que alude à época e personagem do arcebispo Diego Gelmírez, queixa-se dos ataques a Santiago perpetrados pelos sarracenos de Sevilha, Saltes, Castella, Silves e Lisboa.[157] Frei Manuel Suarez, tradutor da *Historia Compostelana*, socorrendo-se de Dozy, diz que esta misteriosa Castella poderia ficar na região de

[155] Heitor Baptista Pato, *Nossa Senhora do Cabo: um Culto nas Terras do Fim*.

[156] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 185.

[157] *Historia Compostelana*, Trad. Fr. Manuel Suarez, pp. 192-5.

Granada. Christophe Picard, por sua vez, traduz Castella como Alcácer, talvez induzido pelo facto de, em árabe, *qasr* significar *castelo*.[158]

A *Historia Compostelana* identifica, sem margem para dúvidas, as cidades do Gharb que, por volta de 1115, quando Gelmírez empreendeu a construção de duas naves birremes para suster os ataques muçulmanos, tinham capacidade naval ofensiva. Ao cruzarmos estes dados com as informações recolhidas pela mão de al-Idrisi para os portos do actual território português, já em meados da década de 40, verificamos que continuam válidos.

Com a leitura de al-Idrisi, também se desfaz o mistério de Qastella. A fortificação é colocada, junto ao mar, depois de Saltes e no sentido do Ocidente. Entre estes dois pontos, refere o geógrafo, fica a embocadura do Guadiana. Castella corresponde a Cacela (*Qastalla*), ou seja, a actual povoação de Cacela Velha, a escassos quilómetros de Tavira, a Ocidente, e Vila Real de Santo António, a Oriente. As propostas de Dozy e Picard perdem razão face a tão evidentes constatações. A reforçar a argumentação, verificamos que a *Historia Compostelana* elenca cuidadosamente as cidades por ordem geográfica: Sevilha, Saltes, Castella, Silves e Lisboa. A tratar-se de Alcácer, Castella teria de ser mencionada entre Silves e Lisboa.

A localização de Cacela, em frente ao sistema lagunar da Ria Formosa, era privilegiada. Como refere Helena Catarino, pode ter sido o primeiro centro de um distrito islâmico no sotavento algarvio, cujo núcleo urbano já teria importância nos séculos X e XI. Estava rodeado de boas terras de hortas e pomares. *"O seu território, nos limites ocidentais da cora de Ocsonoba, estendia-se até ao Guadiana, pelas terras férteis do litoral"*.[159] Podemos, assim, perceber uma unidade administrativa de relevo.

De Cacela, era originário Ibn Darraj al-Qastalli, poeta e secretário da chancelaria de al-Mansur, o homem forte dos últimos tempos do califado omíada. *"Reputado entre a totalidade dos sábios antigos versados na poesia e na eloquência"*, assim se refere a esta personagem o biógrafo Ibn Baskwal.[160] Al-Hymiari coloca-o entre os escritores e sábios de primeiro plano. Revela que a autoria das suas obras foi posta sob suspeita e, por isso, se viu obrigado a compor um poema de improviso, teste de que saiu vitorioso.[161]

---

[158] Christophe Picard, *La Navigation Médiévale des Musulmans*, p. 15.

[159] Helena Catarino, *O Algarve Islâmico: Roteiro por Loulé, Silves e Tavira*, p. 33.

[160] Ibn Baskwal, Trad. Martim Velho, pp. 84-5.

[161] Al-Hymiari, Trad. E. Lévi Provençal, p. 192.

2. Tavira na ribalta

As alterações nos sistemas de areias começaram a dificultar a acostagem dos barcos, pelo que a praça de Cacela, nas fontes muçulmanas referida quer como *madina* quer como *hisn*, foi perdendo importância face a Tavira. Na viragem para o século XIII, sofreu um primeiro abandono. Mas manteve relevância militar, tendo sido um dos últimos castelos a sucumbir aos cristãos. Na sua obra *Uns Muhay wa Rawd al-Furay*, al-Idrisi não deixa dúvidas sobre qual das povoações tinha mais importância: designa Cacela por *castelo* e Tavira como *alcaria*.[162]

Cacela definhava à medida que crescia o poderio naval de Tavira, que, no século XI, não passava de um pequeno porto e centro piscatório.[163] Com a desagregação do califado, Tavira fez parte da taifa de Santa Maria e depois foi anexada pela Sevilha abádida. É interessante a referência que Ibn Idari faz no *al-Bayan al-Mughrib* à situação de independência da cidade entre 1151 e 1167.[164] Os senhores do Gharb mantiveram-se autónomos do poder almóada até 1150, data em que Abd al-Mumin, com os territórios pacificados, os convocou a Salé para exigir uma homenagem inequívoca. As fontes dizem que Ibn Qasi foi o único a recusar.

No entanto, Tavira seguiu-lhe o exemplo. Ibn Idari refere que Abu Yaqub Yusuf, enquanto emir em Sevilha, ou seja, ainda no reinado do pai, Abd al-Mumin, por duas vezes pôs cerco à cidade, cujas gentes se dedicavam a saquear os bens dos muçulmanos. Ao analisarmos o *al-Mann bil-Imama*, de Ibn Sahib al-Salah, ficamos a saber que os tavirenses, chefiados por Abd Allah b. Ubayd Allah, eram exímios na pirataria, que praticavam em ambos os lados do Estreito de Gibraltar.[165] Em 1167, as forças terrestres de Yusuf concentraram-se na fortaleza de Cacela e, a partir desta base, assediaram Tavira por terra, enquanto uma esquadra fez o bloqueio marítimo.

A supressão da rebeldia traz à superfície diversos pormenores interessantes. Em meados da década de 50 do século XII, os de Tavira mostravam-se muito activos na lide dos mares e perturbavam as rotas comerciais e costas mais próximas. Também podemos pensar que a importância da cidade tenha aumentado no contexto dos

---

[162] Al-Idrisi, Trad. Jassim Abid Mizal, p. 83.

[163] Helena Catarino, *O Algarve Islâmico: Roteiro por Loulé, Silves e Tavira*, pp. 30-2.

[164] Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, pp. 400-1.

[165] *Al-Mann bil-Imama*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, pp. 134-5.

movimentos independentistas do Gharb, potenciada pela progressiva debilitação das infraestruturas portuárias de Cacela. De contrário, Tavira teria sido descrita por al-Idrisi,[166] que passou pela região poucos anos antes, ainda no período almorávida.

Talvez mais interessante, revela uma incapacidade almóada, durante mais de 20 anos sobre a queda do império almorávida, para controlar todas as dissidências. Os casos de Ibn Mardanis, de Múrcia, que se manteve no activo até 1172, data da sua morte, e dos Banu Ghanya, que continuaram a governar as Baleares até ao início do século XIII, provam-no claramente. Mas, mesmo no Gharb, depois do coercivo beija-mão a Abd al-Mumin, em 1150, persistiram resquícios da sedição iniciada por Ibn Qasi em 1144. O problema de Tavira, que só ficou resolvido à terceira tentativa, deve ter sido encarado como suficientemente grave para justificar uma frota e um vasto contingente militar. Em 1157, um exército almóada tinha esmagado todas as dissidências no Gharb, removendo, inclusive, Ibn Wazir dos seus territórios.[167] A data marca o ocaso das chamadas segundas taifas. A independência de Tavira até 1167 adquire ainda mais relevância.

Autonomia semelhante foi tentada em Alcácer. O historiador Ibn Abd al-Malik al-Marrakushi, retomado por Abdallah Khawli, refere que, em 1158, os habitantes da cidade do Sado pediram ao então governador de Tavira, Ali b. Wahibi, para assumir a sua administração.[168] A estratégia era simples: Ibn Wahibi tinha estabelecido um acordo com Afonso Henriques, pelo qual este não atacaria as suas possessões.[169] De qualquer modo, o novo homem forte de Alcácer foi assassinado pouco antes da conquista pelos

---

[166] O geógrafo dedica-lhe apenas uma breve referência, para dizer que dista 14 milhas de Cacela (Ed. António Ubieto Arteta, p. 168).

[167] Foi destituído do governo de Beja e do Ocidente do al-Andaluz. Em 1172, a cidade foi surpreendida pelos cristãos. Ibn Wazir passou, pouco depois, para a corte de Abd al-Mumin. Em 1174, as gentes de Beja pediram audiência ao califa, com vista à reconstrução da cidade destruída pelos cristãos. Abu Bakr b. Wazir, filho de Sidray, tornou-se seu novo governador. Em 1178, Ali b. Wazir, irmão do agora conselheiro almóada, controlava o castelo de Serpa (*Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, pp. 11-12 e 17-23).

[168] Em 1154, Ibn Wahibi atacou e ocupou Niebla, surpreendendo os habitantes de noite. A população não reagiu, pelo que o governador de Córdova e Sevilha, Yahia b. Yumur, contra-atacou. Ibn Wahibi fugiu e Ibn Yumur massacrou a população, pelo que acabou destituído por Abd al-Mumin (Ambrosio Huici, *Un Nuevo Manuscrito de "al-Bayan al-Mughrib"*, *al-Andalus*, n.º 24, pp. 68-69).

[169] Abdallah Khawli, *Le Garb Andalus à l'Époque des Secondes Taifas*, p. 31. O autor recolheu a informação no *al-Dayl wa al-Takmila*, Vol. I, p. 187 (Ed. M. Ibn Sarifa, Beirute).

portugueses e o lugar ocupado por Muhammad, um filho de Sidray b. Wazir, o que nos leva a pensar que o golpe de mão pode ter sido perpetrado pelos Banu Wazir.

3. Entreposto comercial

Pelas descrições da *Historia Compostelana*, assim como de al-Idrisi, Ibn Sahib al-Salah e Ibn Idari, podemos apontar para que, em 1147, ano da conquista de Santarém e Lisboa, existissem esquadras de guerra, no que ao actual território português diz respeito, em Cacela, Silves e Lisboa. Mais tarde, com os movimentos de sedição, Tavira começou a emergir, mas sobretudo num contexto de corso.

Quanto a Alcácer, que, em finais do século X, serviu de base para os ataques de al-Mansur sobre Santiago de Compostela, há a tentação de pensar que manteria uma marinha de guerra com um projecto estruturado. A questão é que o redactor da *Historia Compostelana*, que parece bem informado sobre a origem do mal que, todos os anos, desde meados de Abril a meados de Novembro, se abatia sobre as costas da Galiza,[170] nunca refere navios atacantes provenientes de Alcácer.

Ao lermos o que, cerca de 30 anos depois, escreveu al-Idrisi, ficamos com a impressão de uma cidade que retirava a riqueza do comércio e construção naval. Vale a pena atentar no discurso produzido pelo geógrafo: *"Alcácer é uma bonita vila de extensão regular, construída na margem do Setúbal, grande rio por onde navega um elevado número de embarcações e navios de comércio. A margem está rodeada por bosques de pinheiros, com que se constroem muitos barcos".*[171] Nada refere sobre marinha de guerra. Mas, por exemplo, em Silves, cidade com um porto de rio a pouca distância do mar, identifica claramente arsenais.[172]

Já al-Hymiari, no cômputo das cidades andaluzas com estaleiros navais, inclui Alcácer, a par de Algeciras, Alicante, Dénia, Saltes, Santa Maria e Silves.[173] No campo dos recursos naturais, menciona os pinhais que rodeavam a cidade.[174] Também não se

[170] *"O que faziam era destruir e queimar igrejas, saqueando-as, matar ou aprisionar os homens, levar como cativos as crianças e as mulheres, roubar quanto necessitavam, cortar arvoredos e vinhedos, incendiar casas e até invadir e assaltar castelos", Historia Compostelana,* Trad. Fr. Manuel Suarez, pp. 281-3.

[171] Al-Idrisi, Ed. Antonio Ubieto Arteta, p. 170.

[172] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 169.

[173] Al-Hymiari, Trad. E. Lévi-Provençal, p. XXX.

[174] Idem, p. XXVIII.

esquece de uma alusão à produção de leite, manteiga, mel e carne.[175] Ao contrário do que acontece, por exemplo, em relação a Dénia, nada diz a propósito de uma eventual esquadra em Alcácer. Sobre a cidade do Sharq, diz: *"Era daqui que saíam os navios muçulmanos"*,[176] numa alusão às actividades corsárias da taifa amirida do eslavo Muhyahid.[177] Descreve Alcácer como uma cidade média junto a um grande rio, percorrido por barcos de carreiras comerciais.[178]

Se visitarmos a obra de Christophe Picard, uma ideia semelhante é apresentada. O investigador defende que a cidade terá sido, do século XI até à conquista cristã definitiva, em 1217, um porto comercial.[179] Mais do que um desenvolvimento militar, segundo explica, a infraestrutura conheceu um impulso ligado às rotas comerciais que emergiram no contexto das taifas.

Tal não obsta, como é óbvio, a que o porto de Alcácer fosse frequentado por embarcações de guerra, que, entre outros, necessitassem de reparação ou manutenção. É possível argumentar ainda que um navio comercial pode ser transformado em embarcação de guerra. Mais tarde, D. Dinis faria a mesma proposta ao almirante genovês Manuel Pessanha. Mas, em Alcácer, não parece estarmos propriamente perante uma marinha de guerra organizada e com um projecto definido, como em Almeria ou Sevilha. Os Banu Maymun mantiveram-se sempre em articulação com os interesses do império almorávida, que também passavam, evidentemente, pelo comércio. Os documentos provenientes da Geniza do Cairo, por exemplo, mostram as relações a este nível entre Muhammad b. Maymun e o sultão hamádida de Bougie. No entanto, fontes como Ibn Idari e al-Zuhri também revelam ataques, não só a localidades costeiras, como a regiões no interior, como é o caso de Edessa, o que implica o transporte de exércitos.

São precisas mais evidências para afirmar que algo de semelhante existia em Alcácer. Por enquanto, os indícios disponíveis apontam para que, à época da conquista de Santarém e Lisboa, Sidray b. Wazir controlasse sobretudo um importante porto

---

[175] Al-Hymiari, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 193.

[176] Idem, p. 95.

[177] Muhyahid al-Amiri era escravo de al-Mansur. Foi educado com os seus filhos e aprendeu belas letras, o uso do arco e a equitação, tal como dá conta o anónimo *Dikr bilad al-Andalus* (Trad. Luis Molina, p. 229). A elevada cultura também é atestada por Ibn Idari no *Bayan* (Trad. F. Maíllo Salgado, pp. 235-6).

[178] Al-Hymiari, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 193.

[179] Christophe Picard, *L'Océan Atlantique Musulman*, p. 384.

comercial, dotado de infraestruturas de construção e reparação naval. Já Ibn Qasi, que dominava Silves, estaria em vantagem. Tinha outra mais-valia: a aliança com Ali b. Isa b. Maymun.

Tréguas entre inimigos

Ao olharmos para a conquista cristã de Lisboa, somos tentados a pensar que Alcácer poderia ter socorrido a cidade sitiada. Porém, a *fitna*, a partir de 1144, veio separar as regiões, que assumiram interesses diferentes. Alcácer, que reconheceu o poder almóada por meio de Ibn Wazir, não fazia parte da órbita de Lisboa, que se terá mantido almorávida. E, como parece emergir das fontes, não seria detentora de uma marinha de guerra estruturada. Além disso, a possuí-la, teria participado da tomada de Sevilha, em Janeiro de 1147, situação que teria contribuído para um desgaste e menor capacidade de resposta. A ter existido, também não sabemos que dimensão apresentaria. Coloquemos na mesa outras hipóteses de trabalho.

A crónica do cruzado Randulfo, que narra a conquista de Lisboa, alude a um acordo de paz entre Afonso Henriques e o rei de Évora: Sidray b. Wazir. Ao abrigo do mesmo, o senhor do Gharb ter-se-á escusado a satisfazer o pedido de socorro dos sitiados. David Raymond Goodrich, num trabalho de 1978 que se tornou referência quanto ao estudo da revolta de Ibn Qasi, põe em causa a existência de tal pacto, atribuindo-o a propaganda cristã.[180] Por sua vez, José Mattoso, na biografia que traça do primeiro rei de Portugal, deixa no ar a sugestão de que Afonso Henriques precisaria de acordos semelhantes para conquistar a Sul ou simplesmente sobreviver às adversidades.[181] O argumento tem pertinência. Por exemplo, em 1173, após a morte de Muhammad b. Sad b. Mardanis, com receio de ser esmagado pelo poder almóada entretanto liberto do indesejável “rei lobo”, apressou-se a pedir uma trégua de cinco anos. O mesmo fez o conde Nuno de Lara, tutor de Afonso VIII de Castela, ainda criança. Fernando II de Leão, por sua vez, já se tinha aliado aos almóadas. Em 1169, a intervenção do monarca leonês ao lado dos berberes foi decisiva no famosíssimo desastre de Badajoz, em que Afonso Henriques e Geraldo Sempavor falharam a conquista da praça.

---

[180] David Raymond Goodrich, *A Sufi Revolt in Portugal: Ibn Qasi and his Kitab Khal’al-Na’layn*, p. 24.

[181] José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, p. 206.

Mas, em Junho de 1147, quando começou o cerco a Lisboa, a conjuntura tinha anulado os directos adversários do rei português. Vejamos a situação de Ibn Wazir. Em Janeiro, foi obrigado a enviar tropas a Sevilha para servir os interesses almóadas. Ibn al-Abbar refere que um filho do senhor de Évora, Abu Bakr b. Wazir, participou da operação.[182] Em Março, Santarém, que até então funcionava como zona-tampão face ao seu território, reverteu para o poder dos cristãos. Os templários foram estacionados na praça, para defenderem as ainda instáveis linhas do Tejo. Abriu-se um corredor directo sobre os domínios de Ibn Wazir.

Em finais de 1147, os senhores do Gharb voltaram a declarar independência. Al-Batrugi revoltou-se em Niebla e espalhou a insurreição ao resto do território. Nesta fase, surgiu uma nova personagem, Ibn al-Hajjam, que começou a disputar a posse de Badajoz ao senhor de Évora e Beja. Terá cumprido os objectivos em finais de 1147.[183] Muito provavelmente, o novo senhor de Badajoz procurou de imediato protecção junto dos almóadas, que terão enviado um contingente para ficar estacionado na cidade. É que Ibn al-Hajjam aparece incluído, na mesma lista que Ibn Qasi de Silves, al-Batrugi de Niebla e o pai, Ali b. Isa b. Maymun de Cádis, como tendo banido a guarnição almóada no contexto das revoltas suscitadas pelo mau comportamento dos irmãos de Ibn Tumart, as quais também rebentaram em finais de 1147.[184] Estes soldados almóadas devem, assim, ter permanecido na cidade por um período muito curto. Ibn Khaldun refere Ibn al-Hajjam como senhor da cidade em 1149. Face ao exército de Yusuf b. Sulayman, enviado por Abd al-Mumin para esmagar a revolta no al-Andaluz, ofereceu ricos presentes aos almóadas, a fim de selar a sua submissão[185] e, evidentemente, obter a confirmação da posse de Badajoz.

O assédio a Lisboa decorreu entre Junho e Outubro de 1147. Durante este período, talvez o principal interesse de Ibn Wazir fosse defender o domínio de Badajoz. A sorte da actual capital portuguesa, fora da sua esfera de influência e interesses políticos, não deveria constituir grande preocupação, a não ser pelo facto de deixar o seu território mais vulnerável aos ataques cristãos. Neste contexto, parece lógico que tenha pedido uma trégua a Afonso Henriques, para eliminar o perigo de um inimigo na retaguarda.

[182] Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, Trad. David Lopes, p. 107.

[183] Abdallah Khawli, *Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas*, p. 28.

[184] Jacinto Bosch Vilá, *Historia de Sevilla – Sevilla Musulmana*, p. 149.

[185] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 187.

Também temos de colocar a hipótese de Afonso VII, cujo grosso das forças militares estava ocupado na conquista de Almeria, ter ordenado o reforço do castelo de Coria, que detinha desde 1142,[186] e que, pela Via da Prata, estivesse a pressionar Cáceres e o acesso a Badajoz. A ser verdade, Ibn Wazir teria problemas suficientes para se deter grandemente numa questão como a de Lisboa. Pela parte de Afonso Henriques, significaria mais liberdade de movimentos face ao primo de Leão e Castela.

Mas Ibn Wazir não tinha apenas de lutar contra Ibn al-Hajjam ou temer o eventual perigo de Leão e Castela ou Portugal. Ibn Qasi e al-Batrugi eram também seus inimigos. Estava, portanto, imerso nos assuntos do Gharb, desdobrado em diversos conflitos. Para Afonso Henriques, a trégua não seria absolutamente imprescindível, mas, claro está, favorável. À luz deste acordo, talvez seja mais compreensível o facto de ter ordenado a desmobilização das hostes portuguesas e o reforço do contingente de Santarém.[187] Sabia que Ibn Wazir não iria socorrer Lisboa e que a situação dentro das muralhas estava cada vez mais degradada. Uma presença mais sólida em Santarém poderia justificar-se face à extrema instabilidade no Gharb em finais de 1147. A remoção das tropas portuguesas causou estranheza a Alexandre Herculano, que sugeriu a possibilidade de terem dispersado ao fim dos normais três meses de serviço militar.[188] Mas, em rigor, não deixaram de estar no activo: foram deslocadas.[189]

A tal carta do senhor de Évora aos habitantes de Lisboa, dizendo que não iria auxiliá-los devido ao acordo com o rei de Portugal, que aparece junto ao corpo de um muçulmano afogado no Tejo, poderia corresponder a um acto de propaganda para desestabilizar os ânimos dentro das muralhas. Uma vez firmado o acordo, Afonso Henriques teria interesse em torná-lo público, para quebrar, como aconteceu, as esperanças dos sitiados.

Ao darmos estas “pazes” como certas, a hipotética existência de uma marinha de guerra em Alcácer seria como que um placebo, sem efeito sobre a realidade de Lisboa. Se Ibn Wazir pediu mesmo uma trégua a Afonso Henriques, nenhum barco alguma vez deixaria o porto da cidade do Sado para auxiliar os sitiados.

Discute-se igualmente se o pacto que Ibn Qasi estabeleceu com o rei português e que levou ao seu assassinato em 1151 poderia ser anterior a esta data, remontando, por

[186] *Anales Toledanos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 346.

[187] *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, Trad. Aires Nascimento, p. 111.

[188] Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Tomo I, Livro II, p. 507.

[189] *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, Trad. Aires Nascimento, p. 111.

hipótese, a 1147. As fontes muçulmanas tornam ilógica a proposta. Ibn Qasi controlava Silves e tinha aliados em Faro (Isa b. Maymun), Tavira e Niebla.[190] Em 1147, quando da nova insurreição no Gharb, estava em guerra com os almóadas e os seus ex-parceiros na revolta dos muridinos e tinha o apoio de Ali b. Isa b. Maymun. Os seus territórios não confinavam com os de Afonso Henriques, pelo que não estava directamente exposto às investidas das hostes portuguesas. Não teria necessidade de uma trégua. Só quando viu mudar os ventos da conjuntura, isolado face à exigência de homenagem por parte de Abd al-Mumin, foi obrigado a lançar mão de tal recurso.

xadrez de três reis

Desde o início da década de 40, três cabeças coroadas disputaram a conjuntura do Mediterrâneo Ocidental. De forma mais ou menos evidente, influenciaram os acontecimentos que redundaram na conquista de Lisboa.

Afonso VII, o imperador das Espanhas

Uma das peças com que Afonso Henriques teria de utilizar mais habilidade a jogar no seu tabuleiro de interesses era Afonso VII,[191] personagem que tentou regular a política na Península, tanto no que se refere aos reinos cristãos como ao al-Andaluz. Mas, até neste aspecto, os acontecimentos foram favoráveis ao monarca português. Bastou-lhe deixar correr as ambições do primo.

A *Crónica de Afonso o Imperador* mostra que, logo a partir de Setembro de 1144, os líderes militares de Leão e Castela intensificaram as operações de conquista. Concentraram-se em Toledo para organizarem ataques sobre os territórios muçulmanos.[192] O imperador ordenou *raids* a Córdova, Carmona, Sevilha e Granada, cujo saldo foi a destruição de terras, campos, vinhas, olivais, figueirais, pomares e gado. Muitas cidades e aldeias foram queimadas e seres humanos reduzidos ao cativeiro. A crónica avança, de forma tendenciosa, que foi devido à instabilidade causada pelos ataques anuais de Afonso VII que os andaluzes entenderam pôr em causa o poder

[190] Abdallah Khawli, *Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas*, p. 28.

[191] Em Dezembro de 1143, logo após o tratado de Zamora, o rei declarou vassalagem à Santa Sé enquanto cavaleiro de São Pedro. Ainda assim, Afonso VII seria sempre uma figura com quem teria de contar.

[192] *Crónica de Afonso o Imperador*, Trad. Glenn Edward Lipskey, Livro I, 187.

almorávida. No entanto, a operação mais espectacular destes anos de instabilidade ainda estava para vir.

1. Uma cidade com os impostos em dia

Em 1147, Afonso VII lançou-se à conquista de Almeria, considerada um centro de operações de pirataria sobre os reinos cristãos. As descrições do lado muçulmano são bem mais gloriosas. Com os almorávidas, a cidade tinha recuperado o estatuto de centro de guerra naval, granjeado à época do califado omíada. Bela cidade situada na costa do Mediterrâneo, era o maior porto do al-Andaluz, onde se equipavam os navios que cruzavam as águas daquele mar, levando a devastação a todos os reinos cristãos e impedindo a navegação de qualquer barco inimigo. Tinha outras bondades: era fértil e dotada de importantes recursos hídricos.[193]

Al-Zuhri explica que a cidade, muito bem fortificada, era o entreposto comercial do al-Andaluz. Recebia barcos provenientes do Oriente e Alexandria e tinha-se especializado na produção de artigos de luxo. Nas palavras do geógrafo, podia armazenar cevada durante 60 a 70 anos e tinha os melhores alimentos de todas as regiões.[194] Junto à cidade, espreguiçava-se o amplo delta do Andarax, nos nossos dias assoreado, que proporcionava riqueza agrícola e industrial, com os seus incontáveis moinhos.[195] A presença destes engenhos é, ainda hoje, atestada pela micro-toponímia.

Al-Idrisi também aporta informações muito ricas sobre a cidade. Tinha uma forte indústria têxtil, com mais de 800 unidades de fiação de vários tipos de sedas. Era ainda famosa pelo fabrico de utensílios em cobre e ferro. O vale nas imediações, que produzia diversas espécies de frutos vendidos a baixo preço, florescia em hortas, jardins e moinhos. O grande arrabalde albergava vasto número de mercados, edifícios e pousadas. Não havia no al-Andaluz população tão rica quanto a de Almeria, que satisfazia os seus impostos sem dificuldades.[196]

---

[193] Al-Maqqari, Trad. Pascual de Gayangos, Vol. II, p. 311.

[194] Al-Zuhri, *Kitab al-Dja'rafiyya*, Ed. M. Hadj-Sadok, parágrafo 259.

[195] Al-Zuhri refere que, quando começou a grande instabilidade resultante da *fitna*, o rio foi bloqueado e deixou de correr para o mar (*Kitab al-Dja'rafiyya*, Ed. M. Hadj-Sadok, parágrafo 259).

[196] Al-Idrisi, Ed. Antonio Ubieto Arteta, pp. 188-9.

Al-Hymiari, dos meios de produção existentes no al-Andaluz, destaca os sistemas de irrigação e as oficinas de tecelagem de Almeria,[197] que, entre outros, fiavam brocados, sedas bordadas e tapetes de oração. Também não deixa de parte as indústrias do ferro e cobre nem a produção frutícola e os moinhos. Adianta que, no período almorávida, era a cidade andaluza que tinha mais relações externas, com o porto frequentado por navios da Síria e Alexandria. Também partilhava da opinião de ser esta a população mais rica do al-Andaluz.[198] Outro dado interessante é o que resulta de um censo realizado pela administração pública: no período áureo, Almeria contava com cerca de 970 estabelecimentos hoteleiros.[199]

Também do ponto de vista religioso, a cidade estava envolta em singularidade. Como explica Miguel Asín Palacios, tornou-se numa sementeira de sufis heterodoxos de matriz panteísta. *"Metrópole espiritual de todos os sufis hispânicos"*, assim a classifica o estudioso espanhol.[200] Assumia-se, ainda, como um centro de oposição ao malikismo almorávida. Aqui foi emitido um decreto colectivo contra a queima das obras do mestre al-Ghazali. Aqui se cruzaram personagens de vulto, como Ibn Barrajan, Ibn al-Arif, Abu Bakr al-Mayurqi e Ibn Qasi, que difundiram o sufismo nas regiões de origem. O primeiro, oriundo de Sevilha, chegou a ser reconhecido como *imam* de 130 povoações. Ibn al-Arif, seu discípulo, criou o modelo de uma nova vida religiosa: a *tariqa*, inspirada na doutrina extática e no ocultismo da escola de Ibn Massarra. Pinharanda Gomes revela que a *tariqa* estava para a alma como o *suf*, a túnica de lã branca, para o corpo.[201]

O sucesso dos ensinamentos sufis suscitou, inevitavelmente, a desconfiança das autoridades. Em 1141, ordenaram a prisão dos líderes e a erradicação das doutrinas.[202] Ibn Barrajan, Ibn al-Arif e Abu Bakr al-Mayurqi foram convocados a Marraquexe. O último conseguiu fugir. Ibn Barrajan, instado a explicar-se, foi lançado na prisão, onde morreu. Ibn al-Arif parece ter recebido melhor tratamento. Ainda assim, ao deixar

---

[197] Al-Hymiari, Trad. E. Lévi-Provençal, p. XXX.

[198] Idem, p. 222.

[199] Idem, p. 223.

[200] Miguel Asín Palacios, *Abenmassarra y su Escuela*, p. 108.

[201] Pinharanda Gomes, *A Filosofia Arábigo-Portuguesa*, pp. 154-5.

[202] Vincent Lagardère, *Les Almoravides*, p. 226.

o cárcere, morreu de forma não inteiramente explicada. Colocou-se a possibilidade de envenenamento.[203]

O biógrafo Ibn Baskwal refere que Ibn al-Arif, da tribo sanadja, com quem se correspondia, viajou até Marraquexe a convite de Ali b. Yusuf e aí foi morto, acto de que, segundo o autor do *Kitab al-Sila*, o emir veio a arrepender-se. Ibn al-Arif terá falecido a 23 de Safar de 536, o que, no calendário gregoriano, corresponde a 23 de Setembro de 1141.[204]

A sublevação intuída pelo emir almorávida acabou por ter origem naquele que não foi chamado a Marraquexe, Ibn Qasi, que já teria a personalidade formada ao conhecer Ibn al-Arif. A revolta dos muridinos não seria uma vingança pela morte do mestre almeriense, mas um projecto próprio.

2. Piratas do Mediterrâneo, homens de negócios

A fama de centro de pirataria de Almeria estava associada à figura de Muhammad, que começou a carreira quando, em 508 (1114-5), as armadas de Pisa, Génova e Barcelona puseram cerco a Palma de Maiorca. Comandava um barco ancorado no porto no momento em que se deu o ataque e foi encarregue de pedir socorro junto de Ali b. Yusuf. No ano seguinte, reconquistou as Baleares e foi nomeado almirante da esquadra almorávida.[205] As galeras de Almeria tornaram-se temidas em todo o Mediterrâneo. O *Bayan*, de Ibn Idari, refere um *raid* de Muhammad sobre Cortona, cidade no interior de Itália, mais exactamente na região da Toscana, por volta de 1118. Um avultado saque e grande número de cativos tiveram Almeria como destino.[206] Já em 1122, a mesma fonte relata um ataque em Ifrikiyya, a uma cidade controlada por Rogério II da Sicília.[207]

A *Crónica de Afonso o Imperador* faz uma descrição apaixonada das actividades do almirante, que, de resto, coincide com o que dele diz al-Zuhri: "*Na corte do rei Ali, havia um homem chamado Alimenon. Era um bravo e experiente marinheiro, que comandava a frota dos almorávidas. Quando via que o tempo estava bom, levava uma*

---

[203] Vincent Lagardère, *La Tariqa et la Révolte des Muridun en 539 H / 1144 en Andalus*, p. 163.

[204] Ibn Baskwal, *Kitab al-Sila*, Ed. Beirute, 2003, p. 81.

[205] Ibn al-Kardabus, Trad. F. Maíllo Salgado, pp. 143-5.

[206] Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 155.

[207] Idem, pp. 156-7.

armada e navegava para Norte até à costa da Galiza e ao Canal Inglês. Ou então navegava pelo Mediterrâneo, atacando a Sicília, Constantinopla ou Ascalon na costa palestiniana. Atacava Bari no mar Adriático e outros portos na região. Alimenon assaltava a zona de Barcelona e também os reinos francos. Deixou ruína por todo o lado e matou e massacrou os cristãos. Trouxe todos os cativos para a corte do rei Ali, seu senhor. Por isso, havia um número considerável de nobres cristãos e gente comum na sua corte".[208]

As actividades da frota de Almeria granjearam bom número de inimigos à cidade, cujo porto era fortificado. Talvez com essa percepção, em 1126, foi ordenado o reforço das muralhas. O *Bayan* explica que, para supervisionar a tarefa, foi designado Ibn al-Fahmi, um companheiro de Muhammad b. Maymun. Teve à sua disposição os rendimentos de um imposto especial sobre os imóveis, aumentado para a ocasião. Diz, no entanto, Ibn Idari que, como o dinheiro foi justa e rigorosamente aplicado, os contribuintes não se insurgiram contra o pagamento.[209] Teriam mais a perder se a cidade fosse atacada.

O percurso de Almeria enquanto potência marítima parece decalcado do que trilhou a taifa amirida de Dénia no século XI (1012-1076), liderada por Muhyahid, um cliente de al-Mansur de origem eslava. O chefe militar tornou-se o maior corsário do seu tempo, assolando as costas catalãs, francesas e italianas. Em 1015, a frota de 120 navios, herdada do califado omíada, conquistou as vizinhas Baleares e a Sardenha.[210] O próprio Ibn Khaldun, na sua *Muqaddimah*, alude à glória marítima dos muçulmanos com os sucessos de Muhyahid.[211] Mas o poder eslavo/escravo era frágil, talvez devido à ausência de uma clientela que o apoiasse.[212] E, em 1076, Dénia foi arrebatada pelos Banu Hud de Saragoça. Cerca de uma década depois, os almorávidas chegaram à Península e tomaram o lugar da família andaluza. As Baleares continuaram independentes, até que, em 1115, foram conquistadas pelas esquadras de Pisa e Barcelona e começou a carreira de um ilustre originário de Dénia: Muhammad b. Maymun.

---

[208] *Crónica de Afonso o Imperador*, Trad. Glenn Edward Lipskey, Livro II, 104.

[209] Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 171.

[210] Ibn Idari, *al-Bayan al-Mugrib*, Trad. Felipe Maíllo Salgado, p. 105.

[211] Ibn Khaldun, *Muqaddimah*, Trad. Franz Rosenthal, p. 210.

[212] Christophe Picard, *Le Portugal Musulman*, p. 70.

Ibn Darraj al-Qastalli, o poeta que acumulou as funções de chanceler do então já falecido al-Mansur, gastou os dotes artísticos para louvar as naves de Dénia, que comparou a esferas celestes a cruzar os abismos do mar. A cidade, com infraestruturas de construção naval, tinha relações comerciais com o Norte de África e também fabricava e exportava tecidos de luxo, como sedas.

3. Espírito de cruzada contra adversários comerciais

Génova, Pisa e Barcelona mostravam-se especialmente interessadas na aniquilação de Almeria, poderosa concorrente que actuava como uma cidade-estado de vocação marítima. No fundo, todas estas praças seguiam projectos muito semelhantes.

Em 1146, os genoveses tinham desferido diversos *raids* sobre Almeria e as Baleares. A motivação face ao relativo sucesso tê-los-á impulsionado para o projecto do ano seguinte. Al-Zuhri explica que os genoveses, grande povo de marinheiros, controlavam rotas comerciais entre o Médio Oriente e o al-Andaluz.[213]

Os pisanos, além de terem interesses nestas regiões, afluíam aos mercados do Egipto e do Magrebe. O geógrafo andaluz refere que os de Pisa eram os mais bravos na guerra e engenhosos no mar. Construíam poderosas máquinas de guerra e produziam fogo grego, que utilizavam na batalha naval. Fabricavam ainda excelentes armas, como cotas de malha, capacetes, espadas e lanças. Mas adverte: *“São gente traidora, sinistra e potente no mal”*.[214]

A competição era, pois, cerrada. Quanto a Afonso VII, governava territórios sem acesso ao mar. Um porto como o de Almeria seria uma presa a não desperdiçar.

Pela leitura do *Bayan*, constatamos que a frota de Almeria afectava ainda os interesses comerciais dos normandos da Sicília. Se Rogério II não tivesse transferido a sua capacidade naval para Oriente, com o ataque ao império bizantino entre 1147 e 1148, quem sabe as galés sicilianas teriam feito parte da aliança cristã que conquistou Almeria. Nem sempre os laços familiares teriam peso nestas questões, mas Rogério era tio de Afonso VII (e Afonso Henriques), porque casado com Elvira de Castela, filha de Afonso VI.

A *Crónica de Afonso o Imperador* refere que foi uma delegação de genoveses, a quem Afonso VII atribuiu 30 mil maravedis para financiar a operação, a convencê-lo da

---

[213] Al-Zuhri, *Kitab al-Dja’rafiyya*, Ed. M. Hadj-Sadok, parágrafo 201.

[214] Idem, parágrafo 202.

campanha sobre Almeria. Em contrapartida, prometeram regressar com barcos, homens, armas, máquinas de guerra e provisões. Agosto era a data-limite para a chegada dos italianos.[215] Afonso, pela sua parte, enviou o bispo de Astorga junto do conde de Barcelona e de Guilherme de Montpellier, para procurar convencê-los das vantagens da campanha na salvação das almas. O espírito cruzadístico, ao rubro (estava-se a preparar a II Cruzada), deu o enquadramento espiritual a uma operação que, na origem, tinha natureza sobretudo comercial.

No caminho para Almeria, as tropas de Leão e Castela tomaram Baeza e Úbeda, onde estabeleceram um centro de operações para cobrir a retirada. O imperador foi obrigado a conseguir pela força das armas aquilo que falhou em obter por via, digamos assim, diplomática. Enquanto suserano de Yahia b. Ghanya, pressionou-o para entregar estas cidades. Caso contrário, imporia um aumento de tributo.[216] O almorávida conseguiu resistir. Só em meados de 1148, já sem saída face às investidas do imperador, optou por entregar Carmona e Córdova a Barraz, um elemento da sua tribo: os massufa. Provavelmente, a revolta de Ceuta, em que depositou tanta esperança para a recuperação da linhagem almorávida, também já teria sido anulada.

A *Primeira Crónica Geral de Espanha* dá conta da conquista de Baeza e Úbeda, mas valoriza sobretudo a primeira operação, cujo sucesso atribui à intercessão de Santo Isidro. Posto o cerco à cidade, chegaram muçulmanos de várias proveniências para acudir aos sitiados. Mas o santo apareceu em sonhos a Afonso VII e garantiu-lhe a vitória caso se mostrasse corajoso e esforçado. As hostes do imperador ganharam ânimo e, na batalha encarniçada, com muitas baixas de parte a parte, derrotaram os adversários. Os habitantes, ao verem que não podiam resistir, acabaram por render-se. Afonso VII guarneceu a cidade com militares e moradores cristãos e mandou erigir uma igreja a Santo Isidro.[217]

Já o *Chronicon Mundi*, da autoria de Lucas de Tui, escrito em pleno período almóada, explica que *“Havia uma cidade muito nobre e rica entre os bárbaros, na margem do Mediterrâneo, chamada Almeria, para o assédio da qual o imperador convocou os de Génova e Veneza para virem por mar enquanto ele tomava os outros castelos bárbaros”.*[218]

---

[215] *Crónica de Afonso o Imperador*, Trad. Glenn Edward Lipskey, Livro II, 202.

[216] A. Bel, *Les Bénou Ghanya*, pp. 9-10.

[217] *Primera Crónica General de España*, Vol. II, Ed. Ramón Menéndez Pidal, pp. 660-1.

[218] Lucae Tudensis, *Chronicon Mundi*, Ed. Emma Falque, pp. 310-1.

Sob o calor do Verão, as tropas do imperador tiveram de superar a penosa travessia das regiões secas até aos contrafortes da Serra Nevada e as duras sinuosidades montanhosas, para só depois ganharem o vale do Andarax. Esperavam-nas 226 naves dos aliados catalães, pisanos e genoveses.[219] O cerco à cidade, que seria a morada de 28 mil habitantes, terá começado a 1 de Agosto.

Os sitiados tentaram algumas manobras de contra-ataque. Como explica Caffaro di Rustico da Caschifellone (ou, simplesmente, Caffaro), escritor, diplomata e marinheiro genovês que tinha liderado os ataques a Almeria e às Baleares no ano anterior, os sarracenos saíram com um pequeno grupo de galés para darem combate à frota aliada. Também procuraram eliminar o perigo com escaramuças em terra. Mas todas as tentativas foram anuladas. A breve narrativa de Caffaro destaca sobretudo o papel dos genoveses na operação, muito embora os pisanos fossem, nas descrições de al-Zuhri, bastante mais abastados e militarmente poderosos. Dir-se-ia que, mais do que Génova, era Pisa a estar em pé de igualdade com Almeria. Os *Anales Toledanos* também atribuem aos *"cristãos genoveses"* a conquista da cidade. Nem sequer referem a intervenção de Afonso VII.[220]

Segundo Caffaro, os cristãos assestaram torres de assalto e máquinas de guerra contra as muralhas, que os muçulmanos tentaram destruir, dia e noite, com fogo, armas e engenhos. Explica que os genoveses conseguiram introduzir-se na cidade, capturar duas torres do castelo e destruir 18 passos da muralha.[221]

A 16 de Outubro, quando começou a cair a cerca de Lisboa e uma semana antes de a cidade reverter para o domínio de Afonso Henriques, Almeria sucumbia aos ataques do imperador e seus aliados. *"Naquele dia, foram mortos 20 mil sarracenos e uma parte da cidade foi derrubada"*, o que terá provocado mais 10 mil baixas. Outros 10 mil indivíduos, entre mulheres e crianças, viram-se reduzidos ao cativeiro.[222] Descontando a habitual inflação dos números, as palavras de Caffaro mostram bem a dimensão do que se passou em Almeria. O *Chronicon Mundi* refere que o imperador católico tomou a cidade pelo fio da espada e deu os seus tesouros aos venezianos e genevoses e reservou os escravos para o conde de Barcelona. Embora a riqueza fosse,

---

[219] Caffaro, *De Captione Almerie et Tortuose*, Ed. Antonio Ubieto Arteta, p. 27.

[220] *Anales Toledanos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 347.

[221] Caffaro, *De Captione Almerie et Tortuose*, Ed. Antonio Ubieto Arteta, p. 27.

[222] Idem, p. 28.

no dizer de Lucas de Tui, infinita, o imperador não reteve para si nada mais do que o necessário.[223]

Al-Idrisi, que escreveu sobre Almeria após a conquista, dá às suas palavras um tom de lamentação: *"Os seus encantos desapareceram, os habitantes foram reduzidos à escravidão, as casas e os edifícios públicos destruídos e já nada subsiste de tudo quanto tinha"*.[224]

Abd al-Mumin, descendente de Maomé, califa por direito

Com a conquista de Marraquexe e a submissão do Gharb al-Andaluz, Abd al-Mumin ficou a um passo de consolidar o poder. Quase 30 anos de guerra e extrema violência sulcaram o caminho para o califado almóada. As campanhas em Ifrikiyya até 1160 permitiram recuperar para o Islão as praças conquistadas por Rogério II da Sicília.

1. Um messias desapiedado

Nos anos 20 do século XII, surgiu no Magrebe a figura de Muhammad b. Tumart, que se intitulou *imam infalível* e *mahdi anunciado*. Diz Ibn Khaldun que nasceu numa família que brilhava pela piedade. Ávido de conhecimento, terá passado os primeiros anos de vida na leitura do Corão.[225] A princípio, seguia a tradição malikita, que acabou por criticar. Já o messianismo de Ibn Qasi tinha matriz sufi, geneticamente contra o malikismo.

Depois de visitas ao Oriente em busca da ciência, Ibn Tumart dedicou-se ao ensino. Foi legista consultor a título gratuito e demonstrava zelo na reforma dos costumes entretanto corrompidos,[226] função associada a um *mahdi*, anunciado por Deus

[223] Lucae Tudensis, *Chronicon Mundi*, Ed. Emma Falque, pp. 310-1.

[224] Al-Idrisi, Ed. António Ubieto Arteta, p. 189.

[225] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 163.

[226] Al-Baidak elenca exemplos elucidativos, destinados à propaganda de Ibn Tumart. No princípio da carreira, ao entrar na cidade de Tlemcen, o *mahdi* deparou com uma recém-casada, conduzida a casa do marido sentada numa sela. O cortejo de música que a acompanhava pareceu-lhe blasfemo, pelo que destruiu os instrumentos, obrigou a noiva a descer da sela e *"pôs fim ao espectáculo imoral"* (Trad. E. Lévi Provençal, p. 93). Noutra ocasião, confrontado com uma multidão que se preparava para crucificar um indivíduo vivo, terá ficado chocado e dispersado a população com o argumento de que só os

para recuperar o Islão. Pregava e escrevia tanto em árabe como berbere. A princípio, não foi bem aceite. Mas um rigorismo religioso, uma política astuciosa e uma impiedade para com os opositores permitiram-lhe lançar as sementes de um movimento que só ascenderia ao poder com Abd al-Mumin. Para usar uma metáfora judaico-cristã, Ibn Tumart saiu do Egipto, mas nunca chegou a ver a Terra Prometida.

O primeiro grande acto de visibilidade política viveu-o quando, na presença de Ali b. Yusuf, manteve uma controvérsia com os doutores de leis almorávidas. Apresentou-se como homem ao serviço de Deus, provedor do Bem e castigador do Mal. Não obteve, evidentemente, os resultados que esperava dos seus interlocutores, mas, segundo al-Baidak, *"reduziu-os ao silêncio"*.[227]

Começou a formar-se no seu espírito a ideia de que, enquanto os almorávidas reinassem, nunca iria produzir-se a reforma religiosa que procurava. Propunha o fim das escolas de jurisprudência malikitas, com as suas diferentes interpretações dos textos islâmicos fundamentais e, em substituição, uma abordagem directa do Corão e *sunna*. Atribuiu-se, assim, a missão de eliminar a dinastia, que acusou de antropomorfismo e alistar cristãos nos seus exércitos.

Após a polémica com os malikitas, o emir Ali b. Yusuf deixou-o partir para junto dos hargha, tribo de onde era originário. Entretanto, arrependeu-se e pretendeu prendê-lo. Mas o messias foi protegido pelos apoiantes. Quando conseguiu reunir meia centena de apoiantes, formou uma elite, o "grupo dos 50", e, dentro deste, outra mais restrita, "o grupo dos 10".

Ibn Tumart não é uma personagem indiferente às fontes cristãs, como é o caso da *Historia de Rebus Hispanie*, que o descreve da seguinte forma: *"Nos dias do imperador Afonso, surgiu entre os árabes um homem a quem deram o nome de Ibn Tumart, douto em astronomia e coisas naturais. A sua curiosidade levou-o a profetizar que Abd al-Mumin seria rei dos árabes. E, então, Ibn Tumart tomou os livros do Profeta, que se chamam Alcorão, e expôs e ensinou que o califa de Bagdade, que é o papa dos árabes e descende da semente de Maomé, ensinava o contrário do Alcorão e também ensinou contra os almorávidas e incentivou a rebelião em África"*.[228]

---

mortos podiam receber tal castigo. Se queriam crucificar aquele homem, deveriam matá-lo primeiro (Trad. E. Lévi Provençal, p. 96).

[227] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 109.

[228] *De Rebus Hispanie*, Livro VII, Cap. X (*Corpus Christianorum*, Livro LXXII).

A fonte acrescenta vários pormenores incorrectos do ponto de vista histórico. De qualquer modo, o destaque é atribuído a Ibn Tumart, o homem das ciências, que se move na esfera do espiritual, e não a Abd al-Mumin, o rei, reduzido ao mundo temporal. A *Primeira Crónica Geral de Espanha*, por sua vez, replica o discurso de Rodrigo Jiménez de Rada.[229]

Também a *Crónica Latina dos Reis de Castela* alude ao aparecimento de Ibn Tumart entre os muçulmanos de Marrocos. A visão que é dada do fundador do movimento almóada revela-se extremamente positiva. Pelo contrário, a crítica ao poder almorávida surge demolidora. *"Pregava sobretudo contra a soberba e a opressão dos moabitas, que oprimiam cruelmente as gentes, faziam, muitas vezes, cobranças de impostos exageradas, eram pródigos no vício e, com a sua libertinagem, contaminavam os que trabalhavam (…). Escutaram-no gentes inumeráveis, que livremente o seguiram, querendo expulsar o duríssimo jugo da sua servidão"*.[230] Uma vez mais, Abd al-Mumin aparece como figura secundária: *"Entre os que seguiam o dito Ibn Tumart, estava um homem simples, mas com espírito de guerreiro, de nome Abd al-Mumin, cujo serviço em árduos negócios frequentemente usava"*.[231] Interessante é ainda a noção de que os almóadas *"retiram o seu nome de terem um só Deus"*.[232]

Às fontes cristãs, podemos contrapor as palavras de um muçulmano, Ibn Khaldun. Na *Muqaddimah*, critica: *"As pessoas comuns, a massa estúpida, acredita que o* mahdi *vai aparecer numa região remota, sem controlo da lei nem do Estado"*.[233] Para lá, afluem seguidores seduzidos por causas enganadoras, acrescenta. A afirmação vale tanto para Ibn Tumart, refugiado numa zona de difícil acesso ao Estado, como para Ibn Qasi, instalado numa região em que o controlo almorávida se pulverizou. O próprio Ibn al-Arif o avisou de que só os ignorantes poderiam acreditar num projecto assente na condição de *mahdi*.

Em 1124, Ibn Tumart entendeu estabelecer-se na cidade de Tinmalal com a sua horda. O local não era desabitado, mas o pormenor não foi impedimento. Resolveu a resistência da população a fio de espada e dividiu os respectivos bens pelos seus fiéis.[234]

---

[229] *Primera Crónica General de España*, Vol. II, Ed. Ramón Menéndez Pidal, pp. 658-9.

[230] *Cronica Latina de los Reyes de Castilla*, Ed. Maria de los Desamparados Cabanes Pecourt, pp. 22-3.

[231] Idem.

[232] Idem.

[233] Ibn Khaldun, *Muqaddimah*, Trad. Franz Rosenthal, pp. 258-9.

[234] Ambrósio Huici, *Historia Politica del Império Almohade*, Vol. I, p. 72.

A escolha de Tinmalal não foi produto do acaso. A cidade, cravada nas montanhas do Atlas, era virtualmente inexpugnável, como informa o anónimo *Kitab al-Istibsar fi A'jaib al-Amsar*. Inspirado na obra do geógrafo al-Bakri, terá sido redigido ao tempo do califa Yaqub al-Mansur. Só era possível aceder à fortificação por um caminho de madeira, que podia ser removido em caso de ataque. Sem este trilho, quem se aventurava pela montanha poderia facilmente perder a orientação e encontrar a morte nos profundos abismos.[235] O ninho de águias viria a ser a morada dos túmulos de Ibn Tumart e Abd al-Mumin.

2. Começo incerto

Logo depois do assentamento em Tinmalal e do reconhecimento enquanto *mahdi*, como relata Abu Bakr b. Ali al-Sanadji, conhecido por al-Baidak,[236] o cronista que integrou o "grupo dos 10" e foi companheiro de armas de Abd Al-Mumin, Ibn Tumart ordenou a purga das tribos submetidas. O objectivo era *"excluir dos almóadas os dissidentes, hipócritas e velhacos, de modo que os pérfidos foram separados dos justos"*.[237] A eliminação recaiu maioritariamente sobre idosos, sem vontade de abraçar uma nova aventura política e com receio de represálias almorávidas. Os mais jovens e ambiciosos receberam a tarefa de executar parentes próximos. *"Pessoas de cinco tribos foram mortas durante este período"*.[238]

O ressentimento parece ter sido profundo. Para arrefecer os ânimos, o *mahdi* tentou um projecto arrojado: a conquista de Marraquexe e a distribuição das riquezas do saque pelas tribos. Em 524 (15 de Dezembro de 1129 a 4 de Dezembro de 1130),[239] reuniu um exército que marchou para as planícies onde se recortava a capital almorávida. Mas ainda era cedo. Os almóadas teriam de esperar quase duas décadas para se apoderarem de Marraquexe e, face a este retumbante desastre, não sem antes terem a certeza de controlar todo o Magrebe. Após um cerco de 40 dias,[240] os 40 mil

[235] *Kitab al-Istibsar fi A'jaib al-Amsar*, Trad. E. Fagnan, p. 179.

[236] Em árabe, *al-Baidak* é o peão do xadrez. O próprio Abu Bakr se designa como "*escravo*" de Ibn Tumart na sua crónica.

[237] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 126.

[238] Idem, p. 127.

[239] Al-Zarkashi, Trad. E. Fagnan, p. 7.

[240] *Al-Hulal al-Mawsiyya*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 137.

homens, entre cavaleiros e infantes, foram derrotados e os sobreviventes tiveram de fugir para as montanhas.[241] O herói do dia foi Abd al-Mumin, que protegeu a retirada dos 400 homens que conseguiram conservar a vida.[242]

Al-Baidak, cuja prosa prima pela riqueza de pormenores sobre as operações militares almóadas, faz uma cuidadosa terraplanagem das circunstâncias da derrota. As suas palavras podem ser colocadas da seguinte forma: foi um combate violento, houve muitas mortes de parte a parte, o inimigo derrotou-nos e conseguiu dispersar as nossas tropas, Abd al-Mumin enviou-me para avisar o *mahdi*. Um olhar menos atento ao texto e quase não seria possível identificar estarmos perante o relato do insucesso em Marraquexe. É interessante esta economia de comentários sobre uma operação em que o próprio participou.

Animado com a vitória, Ali b. Yusuf pensou ter estilhaçado a confederação almóada e ensaiou o golpe de misericórdia com um poderoso ataque a Tinmalal. Mas, face à dificuldade de um terreno montanhoso, que as suas tropas não dominavam, o sucesso não passou de uma miragem. As tribos leais aos almóadas reuniram-se em torno de Ibn Tumart. Os quatro exércitos que, segundo al-Baidak, foram enviados pelo emir tiveram de regressar a Marraquexe. E o *"humilde servo"* de Ibn Tumart fica subitamente generoso em pormenores sobre a retirada inglória dos inimigos.[243]

Alguns meses depois, o messias adoeceu e designou para sucessor aquele que viria a ser o primeiro califa da dinastia, seu seguidor desde muito jovem. Mas avisou: os almóadas só deveriam obedecer a Abd al-Mumin enquanto cumprisse as suas obrigações. Entretanto, morreu. Estaríamos, segundo al-Zarkashi, em 13 de Ramadão de 524 (28 de Agosto de 1130). [244] Como o mesmo autor afirma que Ibn Tumart desapareceu quatro meses após o cerco a Marraquexe, este terá ocorrido por volta de Abril de 1130.

3. Ubiquidade almóada

Com a derrota na capital almorávida e os planos de tomada do poder frustrados, houve o receio de que o movimento, ainda mal implantado, ficasse condenado quase à

[241] Ibn al-Athir, Trad. E. Fagnan, p. 536.

[242] *Al-Hulal al-Mawsiyya*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 137.

[243] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 129.

[244] Al-Zarkashi, Trad. E. Fagnan, p. 7.

nascença. A morte de Ibn Tumart foi mantida em segredo pelos mais próximos seguidores. Dois ou três anos após o falecimento do *mahdi*,[245] Abd al-Mumin foi finalmente proclamado líder.

O novo homem forte dos almóadas, nascido perto de Tlemcen entre a tribo dos kumya, teria cerca de 35 anos. Segundo a doutrina islâmica, exposta por Ibn Hazm no seu tratado sobre filosofia e teologia, *Fisal*, apenas um descendente da tribo qurashita, (da qual era originário o Profeta), e mais concretamente de Fihr b. Malik, podia ascender de forma legítima ao califado. Não bastava sê-lo por via matrilinear. Contava apenas a patrilinear.[246] Ibn Hazm, que viveu os eventos associados à desagregação do califado de Córdova, nunca poderia ter aceite Abd al-Mumin, um berbere, enquanto *"comandante dos crentes"*. Era ainda contra a infalibilidade dos *imams*. Apenas o Profeta era dotado de tal característica. Por isso, tão-pouco caucionaria Ibn Tumart.

Mas o movimento almóada tratou de ultrapassar estas dificuldades aparentemente insuperáveis. Ganunna, a filha de Idrissi II de quem Abd al-Mumin se dizia descendente, pertencia a uma família qurashita que se estabeleceu no Norte de África. Uma tal genealogia, não só apontava para um Abd al-Mumin descendente do Profeta, como parente de Ibn Tumart. Este também se reclamava descendente de Maomé por meio de um neto, Hassan, cuja prole se tinha estabelecido no Sus, a sua região.[247] Ou seja, enquanto parente do *mahdi*, Abd al-Mumin tinha legitimidade para suceder-lhe. Já para Ibn Qasi, um muladi sem possibilidade de descender do Profeta, a legitimação enquanto *mahdi* ou *imam infalível* não podia assentar na genealogia, mas nas qualidades do carácter e experiências místicas.[248]

Havia ainda a questão da via patrilinear para resolver. Nos primeiros anos de poder, Abd al-Mumin deu relevo a uma genealogia que evidenciava ramos berberes da linhagem do Profeta. À medida que afastou estas tribos do poder, nomeadamente, com a

---

[245] O *Rawd al-Qirtas* (Trad. Huici Miranda, p. 189) fala em 1132, dois anos após a morte do *mahdi*. Ibn Khaldun, por sua vez, refere que Abd al-Mumin assumiu o comando em 1130, três anos decorridos sobre o falecimento de Ibn Tumart (Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 173). Se o ataque a Marraquexe tiver ocorrido em 1130, como decorre de al-Zarkashi, Abd al-Mumin assumiu o poder em 1132 ou 1133.

[246] Maribel Fierro, *Las Genealogias de Abd al-Mu'min*, p. 79.

[247] Idem, p. 86.

[248] Maribel Fierro, *Revolución y Tradición: Algunos Aspectos del Mundo del Saber en al-Andalus durante las Épocas Almorávide y Almohade*, p. 144.

eliminação dos irmãos e primo de Ibn Tumart, integrou no exército os árabes da Argélia central, entretanto vencidos em Bougie e Setif. Passou, então, a dar ênfase a uma linhagem árabe.[249] Como argumento definitivo, reclamava-se descendente pela via patrilinear de Khalid b. Sinan, um profeta árabe pré-islâmico, cujo túmulo estaria algures na actual Argélia, lugar de nascimento do califa. As várias genealogias, no conjunto, apontavam para um poder tanto sobre os berberes como sobre os árabes.

Apesar da proclamação como sucessor de Ibn Tumart, Abd al-Mumin teve de impor-se pela força. Um dos companheiros mais próximos chegou a propor um golpe de mão a Ali b. Yusuf para eliminá-lo. Al-Baidak dá conta de como Abd Allah b. Mawliyya acabou assassinado pelos almóadas e crucificado em Tinmalal.[250]

Pelos mesmos anos da ascensão de Abd al-Mumin, Ali nomeou o filho Tashfin governador do Ocidente do al-Andaluz, atribuindo-lhe Córdova e Sevilha como residências. Começavam verdadeiramente as carreiras daqueles que, poucos anos depois, haviam de enfrentar-se numa luta de morte. É difícil estabelecer uma cronologia exacta para a tomada das cidades magrebinas pelos almóadas: as fontes têm dificuldade em coincidir. Não é de espantar. Os exércitos de Abd al-Mumin estavam distribuídos em diversas frentes de batalha, pelo que não havia propriamente uma ordem sequencial.

4. Defesa estática

No campo almorávida, houve a percepção de que urgia reforçar as fortificações magrebinas, programa que se desenrolou a partir de 1130. Ali b. Yusuf criou uma cintura de fortalezas, com base em redes castrais de origem tribal, para manter os almóadas acantonados na região do Atlas. O *Nazm al-Guman*, de Ibn al-Qattan al-Marrakushi, refere que o emir construiu fortificações para controlar os almóadas e impedi-los de descerem as montanhas.[251]

Mas esta espécie de fronteira estática pouco resultou face à mobilidade dos seguidores de Ibn Tumart, o messias que também participou em algumas operações militares. O investigador marroquino Yassir Benhima explica que, numa primeira fase, as fortificações serviam apenas como centros de operações, com o objectivo de agrupar

[249] Maribel Fierro, *Las Genealogias de Abd al-Mu'min*, pp. 96-7.

[250] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, pp. 137-8.

[251] Ibn al-Qattan al-Marrakushi, *Nazm al-Guman*, Ed. Mahmoud Ali Makki, pp. 132-3.

as tropas. Só mais tarde passaram a ter guarnições permanentes.[252] Segundo o mesmo autor, a rede de *husun* destinou-se sobretudo a assegurar a defesa das cidades principais, como Marraquexe e Aghmat. O poder central demitiu-se de controlar o mundo rural, pelo que as tribos eram obrigadas a prover à sua defesa.

Mais do que ineficaz, a tentativa de manter os almóadas à distância revelou-se perigosa. As montanhas constituíam a espinha dorsal do Magrebe, a partir da qual eram desferidos *raids* sobre as planícies. No final destas operações, os guerreiros encontravam refúgio nas alturas, onde os almorávidas, habituados à guerra em campo aberto, tinham dificuldade em dar-lhes batalha. Como resulta evidente da leitura de al-Baidak, havia uma clara percepção desta falta de inadaptação almorávida. Em determinada fase, as ordens eram as seguintes: *"Não desçam até às planícies, deixem o inimigo subir até vós"*.[253]

5. Fossado de Ourique e outras ousadias

Os almóadas foram ganhando terreno, até que, em 1138, após a morte do herdeiro almorávida, Sir b. Ali,[254] e face ao crescente poderio do movimento, Ali b. Yusuf procurou a resposta do outro lado do Estreito de Gibraltar: chamou ao Norte de África o filho Tashfin. Tinha chegado o momento do confronto entre Abd al-Mumin e o futuro emir almorávida. Não seria fácil para Tashfin. Como explica al-Wahid al-Marrakushi, *"durante o seu reino, não teve sítio onde descansar"*.[255]

No al-Andaluz, a ausência do príncipe almorávida abriu uma oportunidade para os reinos cristãos, sem adversários organizados, começarem a empurrar as fronteiras. Esta conjuntura poderá explicar o fossado de Ourique, protagonizado por Afonso Henriques em 1139. Ainda que pudesse constituir, como defende José Mattoso, uma represália pela destruição do castelo de Leiria, que o investigador coloca em 1137, a

---

[252] Yassir Benhima, *Fortifications Étatiques et Fortifications Communautaires au Maroc à l'Époque Almoravide*, p. 263.

[253] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 122.

[254] Sir b. Ali, filho da favorita de Ali b. Yusuf (uma cristã), não era o primogénito, mas foi designado herdeiro em 1128. No ano seguinte, Tashfin instalou-se em Granada. À medida que revelou eficácia na luta contra os reinos cristãos, conseguiu o governo de todo o al-Andaluz. Em 1130, iniciou as suas campanhas contra Afonso VII, com a destruição do castelo de Aceca, que tanta prosa ocupa à *Crónica de Afonso o Imperador*.

[255] Al-Wahid al-Marrakushi, Trad. Ambrosio Huici Miranda, pp. 165-6.

ausência de adversários terá tornado os líderes cristãos mais ousados. Afonso VII, por exemplo, não perdeu tempo e, no mesmo ano, marchou rumo à conquista do castelo de Oreja, nas linhas de defesa do Tejo, próximo de Toledo, e a cuja população, segundo Ibn al-Qattan, cortou o abastecimento de água para obter a rendição.[256] A *Crónica de Afonso o Imperador* confirma esta ideia: *"o rei Tashfin já não podia ajudá-los"*.[257]

O anónimo *al-Hulal al-Mawsiyya* vem acrescentar pormenores. Com a intensificação das campanhas militares no Magrebe, não foi apenas Tashfin a ter de deixar o al-Andaluz. Verificou-se uma progressiva transferência de tropas e equipamento, para reforçar a capacidade bélica contra os almóadas.[258] Como contrapartida, acentuou-se a debilidade almorávida no território e ficou pavimentado o caminho para a *fitna*.

A redução da presença militar e a desregulação administrativa resultante da rebelião teve outra consequência, referida pela mesma crónica: a diminuição das receitas do Estado, resultante da menor eficácia na cobrança de impostos, até porque, como refere al-Zarkashi, as populações se recusavam a satisfazer as obrigações fiscais e a suportar a guerra.[259] A prazo, fechou-se um círculo vicioso. Com a guerra, a receita fiscal emagreceu e, sem esta, as campanhas militares almorávidas conheceram a sentença de morte.

6. Montanhas e planícies

No Magrebe, Tashfin, a quem o pai confiou o comando supremo dos exércitos, lançou-se num longo e sangrento combate, que, em 1145, havia de custar-lhe a própria vida. Mas os sinais deste insucesso já assomavam. Os almorávidas, oriundos sobretudo do deserto e das planícies, tinham dificuldade em adaptar-se à guerra nas montanhas. Esta situação fica, de resto, clara na *Muqaddimah* de Ibn Khaldun, quando explica que os nómadas preferem controlar as planícies e tentam evitar as fortificações e os locais inacessíveis nas montanhas.[260]

---

[256] Ibn al-Qattan al-Marrakushi, *Nazm al-Guman*, Ed. Mahmoud Ali Makki, p. 266.

[257] *Crónica de Afonso o Imperador*, Trad. Glenn Edward Lipskey, Livro II, 160.

[258] *Al-Hulal al-Mawsiyya*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 144.

[259] Al-Zarkashi, Trad. E. Fagnan, p. 8.

[260] Ibn Khaldun, *Muqaddimah*, Trad. Franz Rosenthal, p. 118.

Nas fileiras de Tashfin, lutavam cativos e mercenários cristãos, entre os quais o famoso Reverter, um dos principais chefes militares almorávidas. Ibn Khaldun diz que os reis do Magrebe tinham necessidade de recrutar soldados habituados a manterem uma formação cerrada na retaguarda, ao contrário dos muçulmanos, habituados ao "toca e foge". Recorriam a estas tropas para submeterem os rebeldes, mas nunca para fazerem a guerra santa, com receio de que pudessem revoltar-se.

Em 1139, iniciou-se a célebre e longa campanha entre almorávidas e almóadas. Segundo Ibn Khaldun, Abd al-Mumin prometeu regressar a Tinmalal apenas depois de submeter os dois Magrebes.[261] Conduziu os seus guerreiros de montanha em montanha, enquanto os exércitos de Tashfin o seguiam a partir das planícies. O historiador tunisino refere que os desertores das fileiras almorávidas iam adensando o contingente almóada. Ao tentar castigar as tribos que o abandonavam, Tashfin acentuou a dispersão e o enfraquecimento da sua capacidade militar.

7. Guerra civil almorávida

Em Janeiro de 1143, à morte de Ali b. Yusuf em Marraquexe, Tashfin continuava em campanha. Entretanto, explica Ibn Khaldun, um grave conflito entre as tribos dos lamtúnidas e os numerosos massufa, aliados desde a fundação do movimento almorávida,[262] levou à dissenção de figuras ilustres, entre as quais Barraz al-Massufi e Yahya b. Ishaq. O primeiro, destacado chefe militar, desembarcou no al-Andaluz em 1146, para submeter os senhores do Gharb e conquistar Sevilha. O segundo governava Tlemcen. Passaram para o lado almóada com todas as suas tropas.

---

[261] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 175.

[262] O anónimo *al-Hulal al-Mawsiyya* explica que as tribos nómadas lamtúnida, massufa e guddala formaram a base do movimento almorávida. No início, deambulavam pelo deserto numa extensão de dois meses de largura por outros tantos de comprimento, entre as terras do Sudão e do Islão. Mas, depois, passaram ao Magrebe (pp. 22-4). Ibn Hawqal informa que estas tribos não tinham nenhuma ideia da vida urbana e só conheciam as vastas planícies onde se moviam. Os massufa, segundo avança, constituíam o grupo mais numeroso. Não conheciam os cereais e alimentavam-se de leite e, por vezes, carne. Eram os mais valentes entre os nómadas e tinham um grande sentido de orientação no deserto, para o que recorriam às estrelas. Também sabiam como encontrar água e montar camelos. De acordo com o geógrafo, cobriam o rosto por considerarem a boca como algo de ignóbil. Tanto os homens como as mulheres eram fortes e bem constituídos (*Kitab Surat al-Ard*, Trad. Kramers e Wiet, Vol. I, p. 99).

Ibn Idari também refere a ruptura entre as tribos de lamtuna e massufa: *"Odiaram-se e mataram-se uns aos outros"*. Acrescenta que aquelas duas figuras, primos de sangue, passaram para o lado de Abd al-Mumin por temerem pela vida.[263] O califa almóada soube capitalizar a seu favor o conflito no seio da confederação almorávida e aliciar os dissidentes.

Em causa, estavam questões sucessórias. À morte de Yusuf b. Tashfin, os massufa não tinham apreciado a escolha de Ali para ocupar a posição de emir. Agora, opunham-se à elevação de Tashfin, preferindo o jovem Ishaq, seu irmão. A avaliar pelo discurso de Ibn Idari, para reforçar a sua difícil posição, o novo emir procurou esmagar a insurreição com violência. Chegou a fazer vítimas entre os mais ilustres dos revoltosos. Abd al-Mumin, agora na condição de protector, prometeu às famílias a cabeça de Tashfin.[264]

A guerra civil desfez o espírito clânico que tinha presidido à formação da confederação almorávida e que, segundo Ibn Khaldun, era garante da defesa do grupo. O historiador acrescenta que a autoridade real e os poderes dinásticos em larga escala só podem manter-se com um grupo unido por tal sentimento.[265] Não será difícil de concluir que a desordem administrativa tomou conta do poder. Na transição para o governo de Tashfin, não houve um comando forte para administrar a uma só voz, ao passo que os almóadas eram talhados na disciplina férrea.[266]

8. Queda no abismo

Abd al-Mumin prosseguia uma carreira vitoriosa, com a submissão de várias tribos e a derrota dos exércitos almorávidas.[267] Quando Tashfin recebeu a notícia de que Reverter[268] tinha sido morto num recontro com os almóadas, os seus partidários seriam

---

[263] Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, pp. 250-1.

[264] Idem.

[265] Ibn Khaldun, *Muqaddimah*, Trad. Franz Rosenthal, p. 122.

[266] Vincent Lagardère, *Les Almoravides*, p. 313.

[267] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 176.

[268] Robert, visconde de Barcelona, ao ser desapossado dos seus domínios por Berenguer Ramon de Castelet, colocou-se ao serviço dos almorávidas, na esperança de um dia regressar. À sua morte, um filho reclamou direitos sobre o viscondado de Barcelona e outro converteu-se ao islamismo. Com o nome de Ali b. Reverter, fez carreira ao serviço dos almóadas sob Abu Yaqub Yusuf (Vincent Lagardère, *Les Almoravides*, p. 301).

já em número reduzido. Ibn Idari e Ibn Khaldun têm versões diferentes quanto às circunstâncias do desaparecimento do chefe militar cristão, embora não mutuamente exclusivas. O primeiro refere que foi decapitado e a cabeça enviada para Tinmalal.[269] Já o segundo diz que o cadáver foi crucificado.[270] A *Crónica de Afonso o Imperador* informa que, ao saber da morte de Reverter, Abd al-Mumin reuniu um exército de 200 mil cavaleiros e arrasou o território almorávida, soltando a asa dos massacres e política de terra queimada.

Com a morte do mercenário cristão, Tashfin ficou ainda mais debilitado, tanto militar como psicologicamente. Ibn Khaldun avança que o desânimo face a tantos reveses o levou a fugir para Oran.[271] Mas não perdeu o sentido de Estado e enviou o filho a Marraquexe, escoltado apenas por gente da sua tribo: as lealdades eram perigosamente exíguas. Ibrahim, ainda uma criança, tinha sido apontado como sucessor alguns meses após a morte do avô Ali.[272]

A escolha de Oran não foi um acaso. Possuía um *ribat* erigido a mando do próprio Tashfin e um grande porto onde os barcos podiam passar o Inverno ao abrigo dos ventos fortes, graças a uma alta montanha que constituía uma protecção natural.[273] Era, ainda, a cidade do Magrebe mais próxima de Almeria, de onde partiria a operação de socorro. Mas a mesma montanha que iria proteger a retirada para o al-Andaluz acabou por ser fatal ao emir.

Segundo Ibn Idari, esperava Tashfin uma frota de 10 galeras comandada por Muhammad b. Maymun. O historiador revela que, perseguido enquanto cavalgava de noite em direcção ao porto, terá caído de um precipício. De manhã, quando os almóadas encontraram o corpo, tê-lo-ão decapitado. A cabeça foi enviada a Abd al-Mumin, que a mandou embalsamar e remeter para Tinmalal.[274] Estávamos em Março de 1145,[275] poucos meses após a morte de Reverter.

Já Ibn Khaldun dá uma perspectiva um pouco diferente. De acordo com o seu relato, Tashfin teve de esperar um mês pelas galeras de Ibn Maymun, cercado pelos

---

[269] Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 260.

[270] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 178.

[271] Idem.

[272] *Al-Hulal al-Mawsiyya*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 157.

[273] *Kitab al-Istibsar fi A'jaib al-Amsar*, Trad. E. Fagnan, p. 42.

[274] Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 238.

[275] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 178.

adversários. Abandonado por muitos companheiros de armas,[276] refugiou-se no *ribat* que tinha construído. Os almóadas acenderam fogos em torno da torre. Numa noite, o emir tentou fugir a cavalo com a tropa que ainda lhe era fiel e terá caído de um precipício. Alguns guerreiros almorávidas conseguiram, no entanto, alcançar as galeras. Também nesta versão, a cabeça de Tashfin foi despachada para Tinmalal.

Al-Baidak, menos rico em pormenores desta vez, explica que os almóadas incendiaram a porta da fortificação onde Tashfin se tinha abrigado. Ao fugir, nas suas palavras montado num jumento, caiu de um precipício. Todas as fontes coincidem no pormenor da cabeça decepada, embalsamada e enviada para a capital almóada.

A *Crónica de Afonso o Imperador*, sempre tão crítica da dinastia almorávida, assegura que Tashfin terá morrido numa torre, desfeito em chamas pelo fogo almóada.[277]

Desapareceu, assim, *"o mais valente dos heróis"*, como é caracterizado num poema contido no *al-Hulal al-Mawsiyya*.[278] Quanto ao restante do exército, ter-se-á enclausurado nas muralhas de Oran com a população. Ao fim de três dias, a falta de água precipitou a rendição.[279] Morto Tashfin, o pequeno Ibrahim foi assassinado e Ishaq, irmão do primeiro, assumiu o poder.

Al-Zarkashi avança um pormenor muito interessante: Tashfin terá morrido a 27 de Ramadão de 539, ou seja, 23 de Março de 1145.[280] Se cruzarmos esta data com a questão de ter sido obrigado a esperar um mês pelas galeras de Ibn Maymun, podemos pensar que o almirante tardou em socorrer o emir almorávida devido ao Ramadão. Apesar do mês de jejum, o cerco a Tashfin não foi quebrado. Só ao fim de três dias, ou seja, com o fim do mês sagrado, as tropas almóadas tomaram Oran, que, além de uma escassez de água, deveria enfrentar o enfraquecimento pelo jejum.

9. Engenho e traição

A caminhada do califa era agora mais fácil. A *Crónica de Afonso o Imperador* refere que *"todos os que se opunham a Abd al-Mumin eram capturados e queimados*

---

[276] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 158.

[277] *Crónica de Afonso o Imperador*, Trad. James Edward Lipskey, Livro II, 198.

[278] Para uma biografia de Tashfin, ver pp. 146-155 do *al-Hulal al-Mawsiyya*, Trad. Ambrosio Huici.

[279] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 179.

[280] Al-Zarkashi, Trad. E. Fagnan, p. 9.

vivos com as suas mulheres e filhos".[281] Ainda em 1145, caíram Tlemcen e Tagraret, na actual Argélia. O líder almóada distribuía o governo das conquistas pela nova clientela.

Ao fim de longos meses de cerco, caiu a cidade de Fez, em Abril de 1146.[282] O *Rawd al-Qirtas*, de Ibn Abi-Zar, dá pormenores sobre a operação. Após um duro assédio, o exército almóada bloqueou o rio que riscava a cidade a meio.[283] Em seguida, destruiu o dique e a força das águas rompeu a muralha e ceifou muitas habitações, abrindo passagem para o assalto final.[284] Mas, segundo al-Wahid al-Marrakushi, mesmo após a derrocada, os sitiados continuaram a lutar. A cidade foi finalmente tomada por intermédio de uma traição com contornos domésticos. O príncipe al-Sahrawi, governador de Fez, terá pressionado o almoxarife para entregar-lhe capitais que este dizia não possuir. Com o objectivo de afastar o assédio do governador, aproveitou o casamento do almorávida na noite de 12 de Dhu l-Qa'dah de 540 (26 de Abril de 1146) e, na manhã seguinte, fez entrar os almóadas na cidade, depois de garantido o devido perdão.[285] Al-Sahrawi refugiou-se em Tânger e entretanto passou ao al-Andaluz. Regressaria a pedido dos habitantes de Ceuta, no ano seguinte. Mas muito ainda estava por acontecer. Os almóadas, como vingança face ao refúgio que Tânger assegurou a al-Sahrawi, assassinaram o cádi da cidade. Acrescia-lhe outro pecado: ser fiel à ortodoxia malikita.

Seguiu-se o assédio à vizinha Meknès. Os assaltantes levantaram um muro à volta da cidade e cavaram um fosso. Construíram apenas algumas portas por onde entravam para dar combate aos sitiados.[286]

Abd al-Mumin ia deixando gente da sua confiança no cerco das cidades à medida que passava à próxima e caminhava para Marraquexe. Ao tomar conhecimento

---

[281] *Crónica de Afonso o Imperador*, Trad. James Edward Lipskey, Livro II, 199.

[282] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 179.

[283] Na prática, existiam duas cidades de Fez, separadas por um rio (*wadi* Fas). Diversas pontes ligavam as margens, circundadas por uma grande muralha. Uma infinidade de arroios corriam em ambas as metades. Centenas de moinhos cortavam a paisagem dentro e fora da muralha. A nascente do rio era constituída por 60 linhas de água, que se uniam para formar um único caudal (*Kitab al-Istibsar fi A'jaib al-Amsar*, Trad. E. Fagnan, p. 121). Fez era, assim, como que um sistema de irrigação fortificado, cuja riqueza principal, a água, foi usada na sua destruição.

[284] *Rawd al-Qirtas*, Trad. A. Huici, p. 195.

[285] Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, pp. 270-1; al-Wahid al-Marrakushi, Trad. Ambrosio Huici Miranda, pp. 162-3.

[286] Al-Wahid al-Marrakushi, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 163.

da queda de Fez, Ceuta submeteu-se voluntariamente.[287] Já os habitantes de Salé deram luta às fileiras almóadas. Mas, de novo com o recurso a uma traição, as tropas do califa acabaram por tomar a cidade e o *ribat* nas proximidades.[288] O calendário tinha avançado até Maio de 1146.

10. Golpe de misericórdia

Em Junho, as hostes de Abd al-Mumin alcançaram as muralhas de Marraquexe, junto das quais ficariam até finais de Março do ano seguinte. Nos primeiros tempos do cerco, caiu Aghmat. O longo assédio à capital almorávida impôs a extrema escassez de alimentos. Diz Ibn Idari que, para sobreviverem, os sitiados foram obrigados a ingerir carne humana.[289] A antropofagia é confirmada pelo *al-Hulal al-Mawsiyya*.[290] À medida que a situação intramuros se degradava e o grande contingente lamtúnida era chacinado, os assaltantes recebiam mais reforços. O ataque final, ordenado por Abd al-Mumin, foi lançado em 23 de Março de 1147. Ibn al-Athir fala de traição. Um dos xeques almorávidas revelou pormenores sobre os pontos fracos da fortificação e os cristãos cativos, garantido o perdão do califa, franquearam as portas.[291]

Os relatos almóadas abrem espaço para um acto de heroísmo do lado vencido, mas claramente com o objectivo de denegrir a dinastia almorávida. Al-Baidak relata que a alcáçova só foi tomada quando morreu a virgem Fannu, filha de Umar b. Yintan. Vestida de homem, lutou até ao último suspiro e surpreendeu os almóadas com a sua bravura.[292] Ao mesmo tempo, os irmãos da guerreira louvavam Ibn Tumart para salvarem a vida. Já o emir Ishaq, com apenas 16 anos, terá sido levado à presença de Abd al-Mumin e implorado por misericórdia.[293] Aparentemente, o califa terá querido perdoar-lhe, mas foi acusado de traição por um dos seus pares, que, acto contínuo, decapitou Ishaq.

Abd al-Mumin b. Ali fez, então, a sua entrada triunfal em Marraquexe. Para este acto majestático, contribuiu decisivamente a acção de Abu Ishaq Barraz al-Massufi em

---

[287] Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 272.

[288] Idem, p. 273.

[289] Idem, p. 279.

[290] *Al-Hulal al-Mawsiyya*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 165.

[291] Ibn al-Athir, Trad. E. Fagnan, pp. 543-4; *al-Hulal al-Mawsiyya*, Trad. Ambrosio Huici, p. 165.

[292] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 170.

[293] Idem, p. 171.

Sevilha. Num primeiro momento, podemos pensar que o califa passou as muralhas apenas na condição de conquistador da cidade. Mas há que aprofundar o raciocínio. Ao tombar Sevilha dois meses antes, Abd al-Mumin era o novo senhor do Magrebe e do al-Andaluz, vitorioso na tomada das duas capitais almorávidas. Os senhores do Gharb reconheceram-no. O Norte de África caiu-lhe nas mãos.

Num gesto de exibição de poder, antes de entrar na cidade, mandou purificá-la. Milhares de almorávidas sucumbiram ao massacre. Mais tarde, todas as mesquitas foram destruídas e construídos novos templos, a atestar que uma nova dinastia estava a implantar-se. O projecto político de Abd al-Mumin sedimentava-se, não só na renovação religiosa, como arquitectónica. Tal como diz Ibn Khaldun, os monumentos de uma dinastia são directamente proporcionais ao seu poder original. Consolidam a impressão que deixa nos espíritos dos homens.[294] Outra marca de corte com o passado é a cunhagem de moedas quadradas, sem data: a dinastia almóada não tinha princípio nem fim, era sempiterna. Reverteriam depois para o modelo circular.

Em finais de Março de 1147, Abd al-Mumin detinha os poderes político e simbólico. Para alcançar esta condição, a prévia conquista de Sevilha tinha-se revelado fulcral, até como forma de quebrar os ânimos e a esperança dos sitiados em Marraquexe. O projecto de articulação do Magrebe com o al-Andaluz surge evidente. As tropas de Barraz al-Massufi, que desembarcaram em Cádis em Junho de 1146, ao mesmo tempo que arrancava o cerco a Marraquexe, ocuparam o Verão a submeter os insurrectos e a consolidar o Gharb. Ao chegar o Inverno, diz-nos Ibn al-Khatib, recolheram-se a Mértola. Mas, no início de 1147, marchavam já em direcção a Sevilha.

Percebe-se a necessidade de um ataque em Janeiro se tivermos em conta que o Ramadão começava a 4 de Fevereiro e se estendia até 5 de Março. Um ataque após o mês de jejum seria demasiado tardio para os planos de Abd al-Mumin, que, com toda a certeza, aguardava pela entrada em Marraquexe para impor uma nova ordem política. Barraz logrou conquistar Sevilha quase ao soar do gongo: estávamos a uma semana e meia do mês sagrado.

A argumentação de que, ao enviar o seu melhor general ao al-Andaluz, Abd al-Mumin estaria preocupado com a sorte política de Ibn Qasi torna-se definitivamente insustentável. Pretendia, isso sim, eliminar todos os vestígios da aliança

---

[294] Ibn Khaldun, *Muqaddimah*, Trad. Franz Rosenthal, p. 143.

entre Ibn Hamdin e Ibn Wazir, que podiam ameaçar os seus interesses, e consolidar-se em ambos os lados do Estreito de Gibraltar.

11. Poder em perigo

Abd al-Mumin alcançou o cume do poder em finais de Março de 1147. Mas, ainda durante o cerco a Marraquexe, a roda da fortuna começou a girar e tudo por que tinha lutado esteve à beira de ruir. Muhammad b. Abd Allah b. Hud rebelou-se em Salé. Fixou-se no *ribat* de Massa, local de peregrinação que atraía devotos, ascetas e personagens que procuravam a meditação e os exercícios espirituais[295] e onde a tradição dizia que iria aparecer o *mahdi*. Proclamou-se *al-hadi*: "o guia" ou "o que conduz", título também de características messiânicas, mas a remeter para o universo xiíta.

O ambiente na região do Sus, onde se localizava Massa e de onde Ibn Tumart era originário, fervilhava com as ideias messiânicas. Os candidatos a *mahdi* afluíam ao *ribat* na esperança de ganharem seguidores. Neste contexto de espera por um salvador, circulavam abundantemente as *mal'aba* ou *malhama*, profecias em verso escritas em linguagem popular, que alcançavam tanto mais sucesso quanto mais simples fossem de memorizar. Por exemplo, no início do século XI, Ibn Murrana, poeta de Ceuta, anunciou numa destas composições o fim do poder hamúdida e a conquista do al-Andaluz pelos almorávidas.[296] Ibn Tumart terá, de resto, recorrido a tais convicções para preparar os espíritos de que seria ele o messias anunciado.

A maioria dos homens piedosos que afluíam a Massa apoiaram Ibn Hud. Num trabalho sobre este *ribat*, Halima Ferhat interroga-se sobre a relação entre o aparecimento recorrente de movimentos messiânicos na região do Sus e o passado fatimida da região.[297] Pode ser uma explicação, pois só faz sentido que Ibn Hud, ao tentar legitimar-se, tenha recorrido a uma fórmula que fosse reconhecida e valorizada pela população. E sabemos que o universo messiânico esteve na génese do próprio califado fatimida, também ele alicerçado num ramo xiíta. Abd Allah, o primeiro que ascendeu ao poder por dizer-se descendente de Fátima e Ali, proclamou-se *al-mahdi bi-llah*. Fundou a cidade de al-Mahdia, a partir da qual reinava sobre o Norte de África e

---

[295] Halima Ferhat, *Littérature Eschatologique et Espace Sacré au Maroc: le Cas de Massa*, p. 54.

[296] Idem, p. 50.

[297] Idem, p. 54.

que, no século XII, havia de ser conquistada pelo almirante Jorge de Antioquia em nome de Rogério II da Sicília.

Todas as fontes muçulmanas referem Ibn Hud, tal a perturbação que causou à marcha almóada. Ibn Abi-Zar explica que esteve com Abd al-Mumin no cerco de Marraquexe e lhe tinha jurado fidelidade.[298] Era, portanto, próximo da máquina propagandística do califa e estava ciente dos rendimentos políticos conseguidos através da religião. O movimento que iniciou adquiriu expressão significativa: Ibn Idari queixa-se de ter tido muitos seguidores em todo o Magrebe.[299] Ibn Khaldun, por sua vez, avança que conseguiu *"infectar com os seus erros o Magrebe inteiro"*.[300] Ibn Abi-Zar é mais taxativo, ao afirmar que Marraquexe foi a única cidade a manter a obediência a Abd al-Mumin.[301]

O califa enviou um exército para esmagar Ibn Hud. Sem sucesso. O pretendente a messias suscitou a admiração dos inimigos pela bravura e o fascínio dos seguidores, convencidos da sua invencibilidade.[302] Um novo contingente, chefiado por Abu Hafs Umar al-Hintati, pertencente ao círculo restrito de Ibn Tumart e, assim, à elite militar almóada, marchou a caminho de Massa. Muitos cristãos integraram as forças califais.[303] O revoltoso e parte dos seguidores foram mortos. Al-Baidak refere que o cadáver foi levado para Marraquexe e sujeito ao aviltamento habitual: a crucificação.[304]

Mas o problema ainda estava longe de resolvido. As tribos tinham aproveitado a oportunidade para entrarem de novo em guerra. Os habitantes de Ceuta, que, numa primeira fase, se tinham rendido sem combate, mataram o governador almóada e contactaram Yahia b. Ghanya, que iniciou um movimento de resposta a Abd al-Mumin, com o envio de um príncipe almorávida ao Magrebe. Os conflitos prolongaram-se até 1149, quando o califa conseguiu controlar as rebeliões.

Em 1150, ao mesmo tempo que exigia a homenagem dos senhores do al-Andaluz, o califa endereçou cartas a todas as tribos norte-africanas, a impor semelhante acto de submissão. Como explica al-Baidak com o desassombro que lhe é

---

[298] *Rawd al-Qirtas*, Trad. A. Huici, p. 196.

[299] Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 289.

[300] Ibn Khaldun, Trad. Le Baron de Slane, Vol. II, p. 181.

[301] *Rawd al-Qirtas*, Trad. A. Huici, p. 296.

[302] Halima Ferhat, *Littérature Eschatologique et Espace Sacré au Maroc: le Cas de Massa*, p. 52.

[303] *Al-Hulal al-Mawsiyya*, Trad. Ambrosio Huici Miranda, p. 175.

[304] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 208.

característico, no seguimento de tais missivas, foram eliminados cerca de 32 mil oponentes políticos,[305] incluindo uns 300 no Gharb.[306]

Rogério II, coroa em busca de legitimação

No xadrez que conduziu à ascensão almóada, outro interveniente procurou marcar posição face ao enfraquecimento do poder central no Norte de África e controlar o comércio no Mediterrâneo: Rogério II da Sicília, que, em simultâneo, manteve uma longa e encarniçada luta pela legalidade e legitimação do seu reino junto das potências cristãs e do papado.

No ano de 1130, Palermo assistiu à coroação do senhor de Hauteville enquanto rei da Sicília, Calábria e Apúlia, pela mão de um representante de Anacleto II. O antipapa era protegido de Rogério contra o partido de Inocêncio II, encabeçado pelo poderoso Bernardo de Claraval. Escolhido Inocêncio, a posição de Rogério tornou-se frágil e só com uma década de guerra o chefe militar pôde obter, pelas negociações de Mignano, o reconhecimento papal como *"rei da Sicília, duque da Apúlia e príncipe de Cápua"*.[307] Sem a acção das galeras de Jorge de Antioquia, determinantes na subjugação da Apúlia e da Calábria, o título não teria ganho contornos de realidade.

Estávamos em 1139. Para trás, tinham ficado fortes campanhas do abade cisterciense, que, perseguindo a unidade da Igreja, usou da sua influência para convencer os reinos europeus com interesses em Itália do perigo que representava Anacleto protegido por Rogério. Bernardo apelou ao mundo que levantasse armas contra o *"tirano da Sicília"*. Chegaria o dia em que iria aliar-se ao normando.

A constituição deste Estado mediterrânico intimamente ligado à Inglaterra plantageneta incomodava as pretensões dos impérios bizantino e romano-germânico. As duas partes apressaram-se a estabelecer uma aliança contra Rogério, que, com as suas frotas, começava a apoderar-se de importantes praças costeiras no Norte de África, onde culminavam lucrativas rotas comerciais.

Na ordem política europeia, seria inadmissível uma terceira figura ao nível dos dois imperadores. Para contornar a questão, Rogério chegou a sugerir junto do basileus o casamento de um filho com uma princesa bizantina. O imperador ainda terá enviado

[305] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 185.

[306] Idem, p. 183.

[307] *Italia Pontificia*, VIII, n.º 159, p. 42.

embaixadores à Sicília. Mas, em troca, o monarca normando exigia ser reconhecido como igual. O basileus, compreensivelmente, recusou. Na sua concepção, o Estado em ascensão tinha-se formado a partir de territórios pertencentes à esfera bizantina. Também os germânicos se mostravam contra o reconhecimento do reino da Sicília. Os dois impérios mantiveram-se unidos na estigmatização daquele que consideravam usurpador e chegaram a combinar a partilha das possessões de Rogério caso conseguissem derrotá-lo. Por sua vez, o siciliano procurava agradar ao papado e aos francos. Conseguiu, inclusive, uma aliança para marchar contra os bizantinos, o que veio a acontecer entre 1147 e 1148.

As fontes muçulmanas são pródigas em pormenores sobre as campanhas normandas no Norte de África, empresas em que Rogério nunca participou a título pessoal. Em 1134, conquistou Djerba, florescente pela indústria e recursos naturais. Segundo Ibn al-Athir, com uma instabilidade social e política elevada, os habitantes da ilha não reconheciam a autoridade de nenhum príncipe.[308] Em 1135, Rogério atacou Gabes, pilhou e fez cativos, deixando no governo um cliente local. Entre 1141 e 1142, garantiu ajuda ao aliado al-Hassan, de Mahdia, que passou a governar com a sua protecção. Em 1143, mandou cercar Trípoli, porque a população rejeitava al-Hassan. Em 1144, bloqueou Ceuta com 150 navios. Já em 1145, caiu Brechk, porto entre Cherchel e Tenès (actual Argélia).

Nesse mesmo ano, Rogério voltou a atacar Trípoli, que, em Junho de 1146, passou a ser governada sob a sua autoridade. O almirante Jorge da Antioquia garantiu os direitos das populações em troca do pagamento de uma capitação ao monarca. Os sicilianos foram, inclusive, encorajados a estabelecer-se em Trípoli, que prosperava enquanto a fome atingia severamente o Magrebe. Em 1146, quando pretendeu descartar-se do aliado al-Hassan, o rei normando mandou atacar a ilha de Kerkeni.

A linha da costa entre Trípoli e Tunis estava em mãos sicilianas. Mas os conflitos com os bizantinos, em que São Bernardo e o papado estavam muito interessados, colocaram entre parêntesis as pretensões de Rogério II no Norte de África, sequioso de legitimação política. Entre o Outono de 1147 e Junho de 1148, enquanto os reis da Cristandade lutavam pela II Cruzada, enviou uma frota chefiada por Jorge de Antioquia contra Constantinopla. Os barcos sicilianos conseguiram a proeza de penetrar

[308] Ibn al-Athir, Trad. E. Fagnan, p. 552.

no Bósforo e alcançar o porto de Constantinopla, onde se apoderaram de muitas galeras e dispararam sobre as janelas do palácio imperial.

Quando o almirante regressou da guerra, interessou-se de novo pelo Norte de África e conquistou a importante cidade de Mahdia, enfraquecida pela fome. A *Rihla* do Sheik al-Tidjani, escrita no princípio do século XIV, conta que, quando a cidade reverteu para os normandos da Sicília, Rogério estabeleceu um governador da sua confiança. Depois, enviou naves a Sfax, cujos habitantes foram obrigados a abrir as portas. Antes de deixar a cidade, Jorge de Antioqui terá escolhido dois reféns que levou para a Sicília. Um deles era o prefeito da polícia, que instou o filho, agora no cargo, a massacrar todos os cristãos quando tivesse oportunidade. Em 1156, Omar seguiu o conselho do pai. Outras populações da costa tunisina, como a de Djerba, também se revoltaram. O chefe da polícia continuou no cargo até à chegada de Abd al-Mumin, a quem se submeteu juntamente com muitos outros *sheiks*. [309]

De igual modo, quando, em 1160, Abd al-Mumin conquistou Mahdia, as populações de cidades vizinhas sublevaram-se a seu favor contra os cristãos.[310] Na operação, além de contar com o apoio de Muhammad b. Maymun, aliou-se ao antigo governador, o príncipe al-Hassan.[311] A campanha sobre Ifrikiyya parece ter sido relativamente simples: com a conquista de Bougie e Mahdia, as principais cidades caíram nas mãos de Abd al-Mumin de forma voluntária.

As investidas sicilianas desenrolaram-se sobretudo em Ifrikiyya, a região mais rica, e não tanto no Magrebe, onde, numa primeira fase, se concentrava a atenção de Abd al-Mumin. Ainda assim, um ataque a Ceuta com uma força naval tão expressiva revela a vontade de controlar o acesso ao Mediterrâneo, num momento de desagregação do poder almorávida e quando a prioridade do califa era aniquilar Tashfin. Seja como for, o projecto de Rogério para o Norte de África ficou limitado pela progressão almóada, mas também pela morte do almirante Jorge de Antioquia, por volta de 1151 ou 1152. Em 1154, foi o próprio rei a desaparecer. O filho que lhe sucedeu, Guilherme, não teve força para conter os ataques de Abd al-Mumin nem o descontentamento das populações, que se foram associando ao califado.

[309] *Rihla de t-Tidjani*, Trad. A. Rousseau, p. 134.

[310] Idem, pp. 110-1.

[311] Al-Zarkashi, Trad. E. Fagnan, p. 12.

Outra personagem a desaparecer pelos mesmos anos foi Ibn Qasi, fiel aos almóadas enquanto retirou benefícios de uma tal ligação. Mas, em 1150, quando Abd al-Mumin quis consolidar a liderança, o messias que começou a carreira política com a conquista de Mértola, em 1144, e deu origem a uma sucessão de revoltas no al-Andaluz, viu-se forçado a optar por um último recurso. Espartilhado entre o Norte cristão e o Sul almóada, rendeu homenagem ao rei de Portugal, que lhe enviou um cavalo e armas.

Ibn al-Mundhir, partidário dos almóadas, viu a oportunidade de ascender sozinho à governação de Silves. Ibn al-Abbar adianta que se concertou com os notáveis da cidade para remover Ibn Qasi.[312] Por sua vez, Ibn al-Khatib refere que *"os habitantes de Silves recearam as consequências desta ingerência e trataram de se pôr a coberto de uma tal ameaça"*.[313]

Os conjurados afastaram da cidade o filho de Ibn Qasi e elaboraram um estratagema para entrar no castelo. Conduziram um homem algemado, acusado de pilhagem, ao interior da alcáçova. Assim que as portas se abriram, o grupo chegou até Ibn Qasi e executou-o. A cabeça foi cravada numa lança – diz a tradição que a enviada por Afonso Henriques –, e passeada pelas ruas da cidade, agora controlada por Ibn al-Mundhir. Estávamos no mês de Jumada I de 546, que se desenrolou entre 16 de Agosto e 14 de Setembro de 1151.

O relato de Ibn al-Khatib afirma que os executores de Ibn Qasi estavam entre os habitantes de Silves. Al-Baidak, por sua vez, quando enumera os que se rebelaram no Magrebe e al-Andaluz contra a dinastia almóada, diz claramente que o assassino foi Abd Allah b. Sulayman.[314] Seria o mesmo que recebeu o governo de Ceuta quando fracassou a revolta do cádi Iyad e, mais tarde, foi encarregue de eliminar Yaslatan, o primo de Ibn Tumart? Este nome aparece, de resto, associado na lista de al-Baidak a mais execuções de inimigos políticos de Abd al-Mumin. Fica a dúvida quanto às circunstâncias da morte de um Ibn Qasi que se pode ter tornado descartável tanto para andaluzes como para almóadas.

---

[312] Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, Trad. David Lopes, p. 107.

[313] Ibn al-Khatib, Trad. David Lopes, p. 116.

[314] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, pp. 213-4.

Ibn Wazir não perdeu tempo. Pouco depois, apoderou-se de Silves e desterrou o cego para Sevilha. Daí, foi enviado com rumo a Salé, onde veio a falecer. O novo senhor da cidade algarvia mostrou, ao fim de sete conturbados anos, ser o mais hábil jogador dentre os antigos partidários de Ibn Qasi, aquele que soube contornar as vicissitudes e manter-se à superfície da espuma política. Ibn al-Qabila, com quem as fontes muçulmanas esbanjam predicados, morreu em 1146, executado por ter reconhecido o almorávida Ibn Ghanya. Ali b. Isa b. Maymun foi eliminado pelo príncipe al-Sahrawi na sequência da revolta de Ceuta, em 1148. Al-Batrugi, que voltou a submeter-se aos almorávidas por intermédio de Yahia b. Ghanya, foi subjugado, em 1149, pelas forças almóadas encabeçadas por Yusuf b. Sulayman. O próprio Ibn Qasi desapareceu em 1151 e Ibn al-Mundhir, que pensava ter revertido o jogo a seu favor, foi forçado a sair da cena política logo depois.

Para marcar a vitória sobre os restos mortais do movimento dos muridinos, Ibn Wazir fez questão de cunhar moeda. Entre o espólio encontrado nos anos 50 na região de Sesimbra, contam-se sete quirates batidos em Silves após a morte de Ibn Qasi. Num dos lados, pode ler-se a habitual profissão de fé (*“Não há Deus senão Alá/Maomé é o seu Profeta”*), com a referência à cidade de Silves na terceira linha. No outro lado, lêem-se os títulos de Ibn Tumart (*al-imam Abd Allah*) e Abd al-Mumin (*amir al-muminin*), associados ao nome de Ibn Wazir.

Em 1157, uma nova vaga militar almóada colocou um ponto final às segundas taifas e Ibn Wazir foi substituído nas suas possessões por gente da confiança de Abd al-Mumin.[315] O senhor do Gharb não se deu por vencido. Pouco depois, podemos vê-lo no conselho do califa, chamado a intervir em questões relacionadas com a guerra de fronteira no al-Andaluz.

fado de Lisboa

Em Outubro de 1147, o Mediterrâneo encontrava-se mergulhado na mais profunda perturbação social e política. Emergiram quatro frentes de batalha cristãs determinantes, permeadas pelo espírito cruzadístico. A Oriente, travava-se a II Cruzada e o império bizantino era obrigado a defender-se dos normandos da Sicília. A Ocidente, onde múltiplos actores disputavam os despojos do império almorávida, tentava-se a

[315] Ibn Idari, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*, Vol. II, Trad. A. Huici Miranda, p. 11.

conquista de dois portos decisivos para a navegação e comércio no Mediterrâneo: Lisboa e Almeria. Afonso Henriques, o autoproclamado rei de um pequeno país de periferia, que se movia na longínqua fronteira a Noroeste, foi apenas uma das personagens que souberam tirar partido da conjuntura acelerada pela transferência para o Magrebe do príncipe Tashfin juntamente com grandes contingentes militares, a morte do emir Ali b. Yusuf e as campanhas de Abd al-Mumin.

No Gharb al-Andaluz, dois projectos políticos com alguma dimensão territorial, seguidos de um terceiro com pretensões de globalidade, tentaram afirmar-se na transição entre dois impérios berberes: desde logo, entre si e perante os senhores locais, mas também face às ambições cristãs, a Norte, e almóadas, a Sul. Entre Agosto de 1144 e o início de 1145, Ibn Qasi conguiu reunir aliados junto da elite militar e naval para um modelo de potentado assente na religião. Mostrou vontade de controlar o Gharb, ao tentar conquistar Sevilha, e de firmar uma posição em Córdova, mas teve os planos contrariados, não só pela débil coesão do seu grupo de apoio, como também por várias figuras que procuravam relevância política.

Numa primeira fase, Yahia b. Ghanya, o governador almorávida, esforçou-se por manter unidos os fragmentos do império e impediu a conquista de Sevilha por Ibn Qasi. Com a morte de Tashfin b. Ali, surgiu um segundo projecto político, que ameaçou inevitavelmente o primeiro: o de Ibn Hamdin, figura saída do aparelho malikita e que se proclamou novo emir dos muçulmanos. Com o auxílio militar de Ibn Wazir, entretanto de relações cortadas com Ibn Qasi, manteve-se na ribalta entre Março de 1145 e Fevereiro de 1146.

Mas Ibn Ghanya voltou a mostrar capacidade para anular o perigo e afastou Ibn Hamdin de Córdova. Apesar de, pouco depois, a ter perdido para Afonso VII, uma reviravolta espectacular, impulsionada pela chegada dos almóadas ao al-Andaluz, levou o imperador a devolver-lhe a cidade, agora na condição de vassalo.

Em Março de 1147, caiu Marraquexe e desapareceu a dinastia almorávida. Pouco depois, surgiu uma tentativa de um terceiro projecto político. Ibn Ghanya procurou afirmar-se no al-Andaluz, ao mesmo tempo que enviou o príncipe al-Sahrawi ao Magrebe, para, a partir de Ceuta, tentar recuperar o poder. O momento não podia ser mais oportuno. No al-Andaluz, novos tumultos tinham levado à perda de Sevilha pelos almóadas. No Norte de África, a rebelião suscitada por mais um candidato a messias, Ibn Hud, colocaram Abd al-Mumin à beira da derrota. Ao conquistar Algeciras e angariar aliados em Ceuta, Ibn Ghanya parecia querer controlar a passagem entre o

al-Andaluz e o Magrebe, apesar de não possuir capacidade naval. O califa mostrou, porém, habilidade política e força militar para reorganizar ambos os territórios e, mau grado algumas dissidências, assumir-se à cabeça de um novo império.

Quixote em versão muçulmana

Ao longo de 30 anos, os almóadas talharam a ferro e fogo o caminho para o poder, que, no entanto, provou ser frágil nos primeiros tempos. Não seria simples submeter as belicosas tribos berberes nem os senhores do al-Andaluz, sequiosos de independência, sempre na esperança de uma oportunidade para obterem o seu quinhão de poder e relevância política. Tashfin tentou ser um ponto de inflexão na derrocada almorávida. Uma meia-dúzia de razões vedaram-lhe o sucesso.

A forma de fazer a guerra no Magrebe era muito diferente das técnicas usadas nos fossados e algaras do al-Andaluz. Não estava habituado a combater nas montanhas, propícias a emboscadas e tácticas mais do âmbito da guerrilha. Depois, não só enfrentou uma guerra civil contra os massufa, que, em conjunto com os lamtúnidas, formavam a confederação almorávida, como procurou castigar as tribos desertoras, o que provocou uma dispersão de forças que poderiam estar a dar combate aos almóadas. Há ainda a considerar o cansaço e desânimo das tropas almorávidas pelas sucessivas derrotas.

Paulatinamente, Tashfin foi perdendo base de apoio, o que terá obrigado a sucessivas reorganizações dos exércitos, ao passo que os almóadas se destacavam pela disciplina militar férrea. A morte aos milhares e os exércitos em movimento tiveram ainda o condão de desorganizar a agricultura, com baixas na produção, aumento de preços, fomes generalizadas e caos social. As fomes, como explica Ibn Khaldun, causam pestes e instabilidade social, com derramamento de sangue.[316] Al-Baidak refere, por exemplo, a destruição de campos de milho na região do Sus pelos almóadas.[317] Também alude às catástrofes causadas pelas grandes cheias de 1141-1142 e ao transbordo, entre outros, do rio Fez (*wadi fas*). A guerra e as calamidades, ainda segundo o cronista, fizeram aumentar o preço da cevada entre os almóadas e da madeira nas fileiras almorávidas.[318] Ibn Khaldun observa, de resto, que, no ocaso de uma dinastia, ocorrem fomes e pestilências, por existirem menos braços a cultivar a terra. Os

[316] Ibn Khaldun, *Muqaddimah*, Trad. Franz Rosenthal, pp. 255-6.

[317] Al-Baidak, Trad. E. Lévi-Provençal, p. 142.

[318] Idem, pp. 147-8.

ataques à propriedade e o aumento de impostos desencorajam o investimento na agricultura e levam a um menor armazenamento de cereais.

Menos riqueza produzida redunda em menos receita fiscal recolhida. Para compensar as perdas, os que tinham condições para pagar os impostos foram ainda mais sobrecarregados, o que, em efeito de bola de neve, aumentou o descontentamento. Menos dinheiro nas mãos almorávidas significava ainda menos fundos para financiar as campanhas, manter os exércitos unidos e disciplinados e pagar lealdades. A consequência é evidente: mais deserções.

A necessidade de grandes massas de moeda em circulação terá obrigado a sucessivas desvalorizações. Por exemplo, um quirate, moeda de prata criada pelos almorávidas, pesava 1,30 a 1,40 gramas e tinha um diâmetro aproximado de 1,5 centímetros. Mas um espécimen encontrado ao Sul de Beja, cunhado por Ali b. Yusuf, já só pesava 0,86 gramas e tinha 1,1 centímetros de diâmetro. Outro quirate, desta feita de Ishaq b. Ali, achado no mesmo local, ostentava um diâmetro idêntico, mas pesava ligeiramente menos: 0,8 gramas.[319] Estes pequenos exemplos permitem pensar no mecanismo inflacionário suscitado pela guerra.

Como explica sabiamente Ibn Khaldun, a autoridade real assenta em dois pilares: um forte sentimento de grupo, extensível aos exércitos; e dinheiro, para sustentar os soldados e manter a estrutura de apoio ao poder.[320] Os almorávidas perderam ambos. Tashfin ainda tentou garantir a sucessão, com a nomeação de Ibrahim. Mas não passou de um acto quixotesco. Além de o filho ser apenas uma criança, as condições políticas eram avassaladoras. Com a sua queda em Oran e o consequente aumento dos seguidores de Abd al-Mumin, foi uma questão de tempo até o império também sucumbir decapitado.

Ibn Khaldun teoriza a queda e ascensão das dinastias de um modo que parece decalcado da transição entre almorávidas e almóadas. Diz o historiador que, quando uma dinastia começa a evidenciar traços de senilidade, outra toma o seu lugar de duas formas. Por um lado, os governadores provinciais usurpam o poder em regiões remotas. Com a perda de influência por parte da administração, conseguem criar uma dinastia para si e seus descendentes. Esta situação corresponde ao que se passou no al-Andaluz até à completa subjugação almóada e o fim das segundas taifas, em 1157.

---

[319] José Rodrigues Marinho, *Dois Quirates de um Tesouro Encontrado ao Sul de Beja*, p. 197 e p. 199.

[320] Ibn Khaldun, *Muqaddimah*, Trad. Franz Rosenthal, p. 246.

Por outro lado, as nações vizinhas rebelam-se e, em razão da persistência e não tanto de golpes súbitos, conseguem tomar o poder.[321] A segunda premissa descreve sobretudo a situação no Norte de África. Se os almóadas, ao cabo de quase três décadas, alcançaram a autoridade real, por exemplo, os normandos da Sicília, acabaram por perder as ricas possessões costeiras.

Pedras no caminho

O percurso almóada até ao poder não foi tão fácil quanto algumas fontes parecem querer transmitir. Em 1130, com o cerco falhado a Marraquexe, o massacre das tropas de Ibn Tumart e a morte do *mahdi*, o insucesso parecia uma certeza. Uma década de pregação e oposição ao regime almorávida não tinha produzido resultados políticos tangíveis. Abd al-Mumin, apesar de nomeado herdeiro, teve trabalho para impor-se, não só entre as tribos, como também perante o movimento.

Com a passagem de Tashfin ao Magrebe, a causa almóada sofreu uma resistência de alguns anos, que lhe dificultou o trilho para Marraquexe. Após a conquista da cidade, estalou a rebelião de Ibn Hud de Salé, que as tribos aproveitaram para sacudir o poder de Abd al-Mumin. À excepção da capital, o califa perdeu o controlo do território e teve de recuperar lealdades e esmagar rebeldias. Neste contexto, eclodiu a revolta de Ceuta, com a passagem do príncipe al-Sahrawi ao Norte de África e a tentativa de Ibn Ghanya de restaurar o poder almorávida. A frota de Almeria ter-se-á associado aos tumultos no Magrebe, o que, em última instância, terá ditado o seu enfraquecimento e uma maior facilidade na conquista cristã da cidade.

O al-Andaluz não era, pois, impermeável a esta instabilidade generalizada. Ainda em 1147, os desmandos dos familiares de Ibn Tumart provocaram a rebelião em Sevilha e o seu alastramento a todo o território. Os senhores do Gharb procuraram também desligar-se da tutela almóada e assumir-se à cabeça de novos reinos, com severas guerras internas.

As conquistas de Sevilha e Marraquexe, sedes do poder almorávida em ambos os lados do Estreito de Gibraltar, provaram não ser, por si só, o garante da implantação dos novos califas. Abd al-Mumin apenas conseguiu arrumar a casa em ambos os territórios nos idos de 1149 e, ainda assim, com algumas dissidências assinaláveis, como a do célebre Muhammad b. Sad b. Mardanis, das Baleares e da pequena Tavira. Nos anos

[321] Ibn Khaldun, *Muqaddimah*, Trad. Franz Rosenthal, p. 252.

seguintes, a praça iria tornar-se numa pedra na engrenagem almóada rumo à pacificação no Gharb, devido a uma activa carreira no corso. Até 1160, o califa teve ainda de recuperar as valiosas praças comerciais que Rogério II da Sicília conseguiu conquistar em Ifrikiyya.

Oportunidade para Afonso Henriques

Um tal contexto era altamente favorável aos reinos peninsulares cristãos, que esmagavam as fronteiras para Sul sem grande oposição. Teríamos de esperar pela década de 60 para que Abd al-Mumin organizasse uma campanha com o objectivo de castigar o Gharb. Mas a morte sobreveio-lhe em 10 de Jumada II de 558, ou seja, a 16 de Maio de 1163,[322] e os projectos militares desfizeram-se.

No tumultuado ano de 1147, Afonso Henriques viu uma oportunidade para conquistar Santarém e, assim, isolar Lisboa, que não lhe pôde resistir mais do que quatro meses. No al-Andaluz, quem poderia ter contrariado tais aspirações, Ibn Wazir, estava mergulhado em questões internas, provavelmente a defender a posse de Badajoz, e a suster as investidas de outros adversários regionais, como Ibn Qasi.

Por sua vez, Afonso VII, suserano do rei de Portugal, encontrava-se imerso na conquista de Almeria, cuja frota era controlada por Muhammad b. Maymun. Ali b. Isa, o sobrinho, era aliado de Ibn Qasi e comandava as naves de Cádis. Em 1145, aderiu ao partido almóada. Terá garantido a conquista de Sevilha, em 1147, e o esmagamento da revolta de Ceuta, no seguinte, com um intervalo durante o qual se rebelou contra os almóadas e chegou a bloquear a entrada do Guadalquivir.

Anulados todos os oponentes, internacionais, regionais e locais, e garantida a vitória em Santarém, bastava a Afonso Henriques colher o fruto apetecido, aquele que cobiçava desde há anos. Em 1142, também ajudado por uma frota estrangeira, tinha falhado a conquista de Lisboa. Antes da rebelião no al-Andaluz e sem a cidade escalabitana nas mãos, era cedo para o sucesso.

Mas o monarca português não beneficiou apenas da perturbação política entre muçulmanos. Em 1146, São Bernardo arregimentou a oratória para apelar à II Cruzada.[323] Não faltaram lanças empenhadas, movidas pelo ardor religioso e os

[322] Al-Zarkashi, Trad. E. Fagnan, p. 15.

[323] *De Consideratione Libri Quinque*, II, 1, *Patrologia Latina* 182, pp. 741-5.

rendimentos do saque. Lisboa foi um dos principais episódios dessa cruzada que magros resultados rendeu à Cristandade. Quase 200 navios com homens de várias nacionalidades, costumes e línguas[324] sulcaram os mares do Norte e desaguaram às portas da cidade, guiados pelo rei de Portugal.

À época, a urbe era o refúgio de famílias que procuravam escapar ao caos do al-Andaluz. Entre estas, encontravam-se as que tinham fugido da recém-conquistada cidade de Santarém, os nobres de Sintra, Almada e Palmela, além de comerciantes oriundos do al-Andaluz e Magrebe, que se viram prisioneiros do fogo cruzado. O défice populacional destas cidades pode, assim, explicar a escolha do autor do *Chronicon Lusitano* ao relatar a sua passagem para as mãos de Afonso Henriques. Usa a forma *accepit* (de "aceitar" ou "receber") e não *cepit* (de "conquistar").

No relato dos eventos, Randulfo, o cruzado inglês, refere que Lisboa tinha *"mais população do que se poderia imaginar"*.[325] As muralhas abrigavam 154 mil homens, sem contar com as mulheres e crianças. Os edifícios formavam grandes aglomerados, com ruas estreitas, que favoreciam a insalubridade e falta de higiene. Podemos desconfiar do volume dos números, mas não daquilo que, em linguagem actual, se designaria por desastre humanitário.

A peleja foi disputada, com sucessos e derrotas somados para ambas as partes. Ao fim de seis semanas de cerco, a fome começou a devastar dentro da muralha, *"mais do que exígua"*.[326] Os cruzados ganharam ânimo, bem providos de produtos frescos e outras espécies de víveres. *"Neste acumular de misérias"*, os de Lisboa esperavam pela ajuda de Sidray b. Wazir. Mas o rei de Évora não apareceu, frustrando todas as expectativas de salvação. Provavelmente ao saber que Ibn Wazir não iria auxiliar os sitiados, Afonso Henriques mandou dispersar as forças portuguesas e deixou no local apenas os estrangeiros e alguns cavaleiros da sua casa.

A falta de alimentos continuava a sua marcha destruidora e determinava deserções entre os mais pobres, que se passavam para o inimigo e revelavam os planos dos sitiados. O cerco intensificou-se a partir de meados de Outubro, quando a fome e o mau cheiro dos cadáveres, dada a falta de espaço para os enterramentos, *"angustiavam*

---

[324] *A conquista de Lisboa aos Mouros*, Trad. Aires Nascimento, p. 55.

[325] Idem, p. 79.

[326] Idem, p. 109.

pateticamente" os muçulmanos.[327] Até os restos de alimentos lançados dos navios, que a maré fazia chegar à margem, eram recolhidos para consumo.

A 16 de Outubro, ao mesmo tempo que Afonso VII se cobria de glória em Almeria, uma mina fez cair a muralha. Os muçulmanos continuaram a lutar. Três dias depois, a um domingo, preparou-se o assalto final com recurso a máquinas de guerra e à retórica do bispo do Porto. No dia 20, uma torre móvel ficou sitiada pela maré-cheia da noite. Os lisboetas mantiveram a resistência e atacaram o engenho com toda a espécie de fogo, mas os cruzados conseguiram defendê-la.

Na manhã de 21, a subida da maré voltou a envolver a torre e a favorecer momentaneamente os muçulmanos, que continuaram a atacar com fogo e pedras. Quando as águas desceram, a sorte regressou às hostes cristãs: *"Os inimigos, já cansados, abandonaram o combate, desiludidos de qualquer expectativa de futuro"*.[328]

Lisboa, Fevereiro de 2010

[327] *A conquista de Lisboa aos Mouros*, Ed. Aires Nascimento, p. 115.

[328] Idem, p. 129.

Fontes impressas

A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado, Trad. Aires A. Nascimento. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Literatura Medieval. Lisboa, Nova Vega, 2.ª ed., 2007.

Anais de D. Afonso Rei de Portugal – Alfons I von Portugal: Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der Portugiesischen Unabhãgigkeit, Ed. Monica Blocker-Walter. Zurich, Frentz und Wasmuth, 1966.

Anales Toledanos, Trad. Ambrosio Huici Miranda, *Crónicas Latinas de la Reconquista*, Tomo I. Valencia, Hijos de F. Vives Mora, 1913.

Anónimo sobre a conquista de Lisboa, Ed. Alfredo Pimenta, *Fontes Medievais da História de Portugal*, Vol. I. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 2.ª ed., 1982.

AL-BAIDAK

Les Mémoires, Textes Relatifs à l'Histoire de l'Occident Musulman – – *Documents Inédits d'Histoire Almohade*, Trad. E. Lévi-Provençal. Rabat, 1927.

CAFFARO

De Captione Almerie et Tortuose, Ed. Antonio Ubieto Arteta, Col. Textos Medievales. Valencia, Anubar, 1973.

The Chronicle of Alfonso the Emperor, Trad. Glenn Edward Lipskey, 1972. Conteúdo de livre acesso em http://libro.uca.edu.

Chronicon Lusitano, España Sagrada, Tomo XIV. Ed. Enrique Flórez, Madrid, 1796.

Cronica Latina de los Reyes de Castilla, Ed. Maria de los Desamparados Cabanes Pecourt, Col. Textos Medievales. Valencia, Anubar, 1964.

De Consideratione Libri Quinque, II, 1, *Patrologia Latina* 182. Trad. James Brundage, *The Crusades: A Documentary History*. Milwaukee, Marquette University Press, 1962. Conteúdo de livre acesso em http://www.fordham.edu/halsall/source/bernard-apol.html.

DEUIL, Odo de

La Croisade de Louis VII, Roi de France, IV, Ed. Henri Waquet, *Documents Relatifs à l'Histoire des Croisades*, Vol 3, Paris, Paul Guethner, 1949, Trad. James Brundage, *The Crusades: A Documentary History*. Milwaukee, Marquette University Press, 1962. Conteúdo de livre acesso em http://www.fordham.edu/halsall/source/odo-deuil.html.

Dikr bilad al-Andalus, Trad. Luis Molina, *Una Descripción Anónima de al-Andalus*, Vol. I. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983.

GALVÃO, Duarte

Crónica de El Rey D. Afonso Henriques. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.

AL-HIMYARI

Kitab r-Rawd al Mi'tar fi Habar al-Akhtar, Trad. E. Lévi-Provençal, *La Péninsule Ibérique au Moyen Âge d' après le Kitab ar-Rawd al Mi'tar fi Habar al-Aktar d' Ibn Abd al-Mu'nim al-Himyari*. Leiden, 1938.

Historia Compostelana, Trad. Fr. Manuel Suarez. Santiago de Compostela, Editorial Porto, 1950.

Al-Hulal al-Mawsiyya, Trad. Ambrosio Huici Miranda, *Cronica Arabe de las Dinastías Almoravide, Almohade y Benimerin*. Tetuán, Editora Marroquí, 1951.

IBN ABDUN

Risala fi al-Qada wa al-Hisba, Trad. Évariste Lévi-Provençal e Emilio García Gómez, *Sevilla à Comienzos del Siglo XII: El Tratado de Ibn Abdun*. Madrid, Moneda y Crédito, 1948.

IBN ABI-ZAR

Rawd al-Qirtas, Trad. Ambrosio Huici, *El Cartás: Noticia de los Reyes del Magreb e Historia de la Ciudad de Fez*. Valência, Hijos de F. Vives Mora, 1918.

IBN AL-ABBAR

Al-Hullat al-Siyara, Fragmentos traduzidos por Martim Velho, “A Vida de Ibn Cássi Narrada por Ibn al-Abbar”, *Trabalhos Apresentados no Simpósio Internacional da Reconquista Cristã da Península Ibérica*. Évora, 1966, pp. 101-105.

Dicionário Biográfico dos Príncipes do al-Andaluz, Fragmentos traduzidos por David Lopes, “Os árabes nas obras de Alexandre Herculano”, *Separata do Boletim da Segunda Classe*, Vol. III e IV, Academia das Sciencias de Lisboa. Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 100-109.

IBN AL-ATHIR

Al-Kamil fi l-Tarikh, Trad. E. Fagnan, *Annales du Maghreb et de l’Espagne*. Alger, Adolphe Jourdan, 1898.

Al-Kamil fi l-Tarikh, Trad. Donald Sidney Richards, *The Chronicle of Ibn al-Athir for the Crusading Period from al-Kamil fi l-Tarik: the Years 541-589/1146-1193*. Farnham, Ashgate Publishing, 2007.

IBN AL-KARDABUS

Kitab al-Iktifa’, Trad. Felipe Maíllo Salgado, *Historia de al-Andalus*. Ediciones Akal, Madrid, 2008.

IBN AL-KHATIB

História do al-Andaluz, Fragmentos traduzidos por David Lopes, “Os árabes nas obras de Alexandre Herculano”, *Separata do Boletim da Segunda Classe*, Vol. III e IV, Academia das Sciencias de Lisboa. Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 110-116.

Tarikh Isbaniya al-Islamiya: kitab a’mal al-a’lam, Ed. Évariste Lévi-Provençal. Beyrouth, Dar al-Makchouf, 1956.

IBN AL-QATTAN AL-MARRAKUSHI

Nazm al-Guman Litartib ma Salafa min Ahbar az-Zaman, Ed. Mahmoud Ali Makki. Beirute, Dar al-Gharb al-Islami, 1990.

IBN BASKWAL

Kitab al-Sila fi Tarikh Ulama al-Andalus. Beirute, al-Maktaba al-'Asriya, 2003.

Kitab al-Sila fi Tarikh Ulama al-Andalus, Fragmentos traduzidos por Martim Velho, "Varões Árabes Ilustres do Ocidente do Andaluz", *Boletim Anual de Cultura*, n.º 7. Évora, Junta Distrital de Évora, 1966, pp. 35-95.

IBN HAWQAL

Kitab Surat al-Ard, Trad. J. H. Kramers e G. Wiet, *La Configuration de la Terre*, Vol. 1. Paris, Maisonneuve et Larose, 2001.

IBN HAYYAN

Kitab al-Muqtabis V, Trad. Maria Jesús Viguera e Federico Corriente, *Crónica del Califa Abderramán III an-Násir entre los años 912 y 942*. Saragoça, Anubar, 1981.

IBN IDARI AL-MARRAKUSHI

Al-Bayan al-Mugrib, Trad. Ambrosio Huici Miranda, *Nuevos Fragmentos Almorávides y Almohades*. Valencia, Textos Medievales, 1963.

Al-Bayan al-Mugrib fi Ijtisar Ajbar Muluk al-Andaluz wa al-Magrib, Trad. Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Arabes de la Reconquista*, Vol. II, *Los Almohades*, Tomo I. Tetuán, Editora Marroquí, 1953.

Al-Bayan al-Mugrib, III parte, Trad. Felipe Maíllo Salgado, *La Caída del Califato de Córdoba y los Reyes de Taifas*. Salamanca, Universidad de Salamanca, 1993.

IBN KHALDUN

Kitab al-I'bar, Trad. Le Baron de Slane, *Histoire des Berbères et des Dynasties Musulmanes de l'Afrique Septentrionale,* Vol. II. Paris, Paul Casanova, 1978.

Muqaddimah, Trad. Franz Rosenthal, *An Introduction to History*. Princeton, Princeton University Press, 2005.

AL-IDRISI

Nuzhat al-Mushtaq fi Ikhtiraq al-Afaq, Ed. Antonio Ubieto Arteta, *Geografia de España*, Textos de R. Dozy e M. Goeje, Eduardo Saavedra e António Blásquez. Valência, Textos Medievales, 1974.

Nuzhat al-Mushtaq fi Ikhtiraq al-Afaq, Fragmentos traduzidos por José Pedro Machado, "A Península Ibérica segundo um Geógrafo Arábico do Século XII", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa,* n.º 1-3, Janeiro-Março de 1964, pp. 17-53.

Uns Muhay wa Rawd al-Furay, Trad. Jassim Abid Mizal, *Los Caminos de al-Andalus en el Siglo XII*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1989.

Kitab al-Istibsar fi A'jaib al-Amsar, Excertos traduzidos por E. Fagnan em *L'Afrique Septentrional au XII^e^ Siècle de Notre Ère*. Constantine, Imprimerie-Librairie Adolphe Braham, 1900.

Lettres d'Ibn Tumart et 'Abd al-Mu'min, Trad. Evariste Lévi-Provençal, *Textes Relatifs à l'Histoire de l'Occident Musulman – Documents Inédits d'Histoire Almohade*. Rabat, 1927.

Livro Santo de Santa Cruz, Ed. Leontina Ventura e Ana Santiago Faria. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990.

AL-MAQQARI

Nafhu t-Tib Min Ghosni l-Andalusi r-Rattib wa Tarikh Lisanu-d-Din Ibni-l-Khattib, Trad. Pascual de Gayangos, *The History of the*

Mohammedan Dynasties in Spain, Vol. II. Londres, The Oriental Translation Fund, 1843.

Monumenta Henricina, Vol. 1, Ed. A. J. Dias Dinis. Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

"O Júbilo da Vitória: Celebração da Tomada de Santarém aos Mouros (A.D. 1147)", Trad. Aires Nascimento, *Actes del X Congrès de l'Associació Hispânica de Literatura Medieval*, Vol. III, Org. Rafael Alemany, Josep Lluís Martos e Josep Miquel Manzarano.

Portugaliæ Monumenta Historica, a Sæculo Octauo Post Christum usque ad Quintum-decimum iussu Academiæ Scientiarum Olisiponensis edita: Scriptores, Ed. Alexandre Herculano. Olisipone, Typis Academicus, 1856-1860.

Primera Crónica General de España, Vol. II, Ed. Ramón Menéndez Pidal. Madrid, Editorial Gredos, 1977.

AL-QAZWINI

Athar al-Bilad, Trad. Fátima Roldán Castro, *El Ocidente de al-Andalus en el "Athar al-Bilad" de al-Qazwini*. Sevilla, Altar, 1990.

RADA, Roderici Ximenii de

Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica, *Corpus Christianorum*, *Continuatio Medievalis*, LXXII, Cura et Studio de Juán Fernández Valverde. Turnhout, Brepols, 1987.

Rihla de t-Tiyani, Trad. Alphonse Rousseau, "Voyage du Scheik t-Tidjani dans la Régence de Tunis Pendant les Anées 706, 707 et 708 de l' Hégire (1306 – 1307)", *Journal Asiatique*, 4.ª Série, Tomo XX, 1852.

TIRO, Guilherme de

Historia Rerum in Partibus Transmarinis Gestarum, XIV, 4-5, *Patrologia Latina* 201, Trad. James Brundage, *The Crusades: A Documentary History*. Milwaukee, Marquette University Press, 1962. Livre acesso em http://www.fordham.edu/halsall/source/tyre-edessa.html.

TUDENSIS, Lucae

Chronicon Mundi, Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis, Vol. 74, Ed. Emma Falque. Brepols, Turhout, 2003.

AL-WAHID AL-MARRAKUSHI

Kitab al-Mu'yb fi Taljis Ajbar al-Magrib, Trad. Ambrosio Huici Miranda, *Colección de Crónicas Arabes de la Reconquista*, Vol. IV. Tetuán, Editora Marroquí, 1955.

AL-ZARKASHI

Tarikh al-dawlatayn al-Muwahidiyah wa al-Hafsiyah, Trad. E. Fagnan, *Chronique des Almohades et Hafcides Attribuée à Zerkechi*. Constantine, Imprimerie Adolphe Braham, 1895.

AL-ZUHRI

"Kitab al-Dja'rafiyya", *Bulletin d'Études Orientales*, Tome XXI, Ed. Mahammad Hadj-Sadok. Damasco, Institut Français de Damas, 1968.

- **Obras de referência**

CODERA Y ZAIDIN, Francisco

Tratado de Numismática Arábigo-Española. Librería de M. Murillo, Madrid, 1879.

VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa

Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam, 2 Vols., Ed. Mário Fiúza. Lisboa-Porto, Livraria Civilização, 1965-1966.

VIVES Y ESCUDERO, Antonio

Monedas de las Dinastías Arábigo-Españolas. Madrid, Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1893.

Estudos

ANTUNES, Miguel Telles; SIDARUS, Adel

“Fracção de Dinar de Ibn Wazir de Évora Invocando o Emir Almorávida Ishaq b. Ali: Significado Histórico e Político”, Separata de *Nummus*, 2.ª Série, XIV – XV, Separata de *Nummus*, 2.ª Série, Porto, 1991-1992.

“Mais um Quirate Cunhado em Beja em Nome de Ibn Qasi e Abu Talib al-Zuhri (Alcaria Longa – Baixo Alentejo)”, *Arqueologia Medieval*, n.º 2, Dir. Cláudio Torres, Campo Arqueológico de Mértola, 1993, pp. 221-223.

“Moedas Árabes de Beja Invocando Ibn Qasi”, Separata de *Nummus*, 2.ª Série, XIV – XV, Porto, 1991-1992.

ASÍN PALACIOS, Miguel

Abenmassarra y su Escuela – Origenes de la Filosofia Hispano-Musulmana. Madrid, Imprenta Ibérica – E. Maestre, 1914.

BARBOSA, Pedro Gomes

Reconquista Cristã nas Origens de Portugal – Séculos IX a XII. Ésquilo, Lisboa, 2008.

BEL, Alfred

Les Bénou Ghanya, Derniers Réprésentants de l’Empire Almoravide et leur Lutte contre l’Empire Almohade. Ernest Leroux, Paris, 1903.

BENHIMA, Yassir

“Fortifications Étatiques et Fortifications Communautaires au Maroc à l’Époque Almoravide (11-12e s.)”, *Mil Anos de Fortificações da Península Ibérica e no Magreb – Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 259-271.

BORGES, Artur Goulart de Melo

“Duas Inscrições Árabes Inéditas no Museu de Évora”, *A Cidade de Évora*, n.º 67-68, 1984-5, pp. 21-31.

“Ibn Qasi, Rei de Mértola e Mahdi Luso-Muçulmano”, *Arqueologia Medieval*, n.º 1, Campo Arqueológico de Mértola, 1992, pp. 209-215.

CATARINO, Helena

O Algarve Islâmico: Roteiro por Loulé, Silves e Tavira. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Lisboa, 2002.

CODERA Y ZAIDIN, Francisco

Decadencia y Desaparición de los Almoravides en España, Vol. III, Colección de Estudios Arabes. Zaragoza, 1899.

“Familia Real de los Benitexufín”, Supl. *Revista de Aragón*, n.º 3, Zaragoza, 1903.

EL HOUR, Rachid

“La Transición entre las Épocas Almorávide y Almohade Vista a través de las Familias de Ulemas”, *Estudios Onomástico-Biográficos de al-Andalus, Vol. IX – Biografías Almohades I*, Ed. Maribel Fierro e María Luisa Ávila, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid – Granada, 1999, pp. 261-305.

FERHAT, Halima

“Littérature Eschatologique et Espace Sacré au Maroc: le Cas de Massa”, *Studia Islamica*, n.º 80, 1994, pp. 47-56.

FERNANDES, Hermenegildo

“Em Torno a Santarin: Posição e Funções”, *De Scallabis a Santarém*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2002, pp. 47-59.

FERNANDES, Hermenegildo e VILAR, Hermínia

“O Urbanismo de Évora no Período Medieval”, *Revista Monumentos*, n.º 26, 2007, pp. 6-15.

FIERRO, Maribel

“Doctrinas y Movimientos de Tipo Mesiánico en Al-Andalus”, *Milenarismos y Milenaristas en la Europa Medieval: IX Semana de Estudios Medievales (Nájera, 1998)*, Coord. José Ignacio de la Iglesia Duarte, 1999, pp.159-175.

“Las Genealogias de Abd al-Mu’min, Primero Califa Almohade”, Seminário *Los Almohades II. Organización Política y Militar. Organización del Territorio*, Casa de Velasquez, Madrid, Junho de 2001.

“Revolución y Tradición: Algunos Aspectos del Mundo del Saber en al-Andalus durante las Épocas Almorávide y Almohade”, Ciclo de Conferências *Savoirs et Pouvoirs dans la Péninsule Ibérique au Moyen Age*, Org. G. Martinez-Gros e A. Rucquoi, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Centre de Recherches Historiques, Paris, Março de 1999.

“Sobre Monedas de Época Almohade: I. El Dinar del Cadí Iyad que Nunca Existió. II. Cuándo se Acuñaron las Primeras Monedas Almohades y la Cuestión de la Licitud de Acuñar Moneda”, Al-Qantara, XXVII 2, Julho-Dezembro de 2006, pp. 457-476.

FIGANIER, Joaquim

“Moedas Árabes do Século XII Encontradas no Concelho de Sesimbra”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, Série 2, Vol. 8, 1958, pp. 162-195.

GARCIA, Cristina

Cacela Terra de Levante – Memórias da Paisagem Algarvia. Vila Real de Santo António, Campo Arqueológico de Mértola e Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2008.

GARRIDO, José Angel Tapia

Almeria Musulmana, Vol. I (711-1172), Historia General de Almeria y su Provincia, Dir. José Maria Artero Garcia, Tomo 3. Editorial Cajal, Almeria, 1986.

GOITEIN, S. D.

A Mediterranean Society: Economic Foundations, Vol. I. Berkeley, University of California, 1967.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela

"O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve) – Resultados da Campanha de Escavações Arqueológicas de 2002", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 7, n.º 1, 2004, pp. 483-573.

GOODRICH, David Raymond

A Sufi Revolt in Portugal: Ibn Qasi and his Kitab Khal' al-na'layn, Columbia University, 1978.

GUICHARD, Pierre

"Recherche Onomastique à Propos des Banu Maymun de Denia", *Cahiers d'Onomastique Arabe: 1985-1987*, Vol. 3, Org. Jacqueline Sublet, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1989, pp. 9-22.

HERCULANO, Alexandre

História de Portugal, Tomo I, Livro II. Lisboa, Ulmeiro, 1980.

HUICI MIRANDA, Ambrosio

"Un Nuevo Manuscrito de 'al-Bayan al-Mugrib'", *Al-Andalus*, n.º 24, 1959, pp. 63-84.

KASSIS, Hanna E.

"Qadi Iyad's Rebellion Against the Almohads in Sabtah (A.H. 542-543/A.D. 1147-1148) – New Numismatic Evidence", in *Journal of the American Oriental Society*, Vol. 103 – n.º 3, Julho – Setembro 1983, pp. 505-514.

KHAWLI, Abdallah

"La Famille des Banu Wazir dans le Garb d' al-Andalus aux XII et XIII Siècles", *Arqueologia Medieval*, n.º 5, Dir. Cláudio Torres, Campo Arqueológico de Mértola, 1997, pp. 103-115.

"Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas (539-552/1144-1157)", *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Dir. Cláudio Torres, Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 23-35.

LAGARDÈRE, Vincent

"La Tariqa et la Révolte des Muridun en 539 H / 1144 en Andalus", Révue de l' Occident Musulman et de la Méditerranée, 1983, Vol. 35, n.º 1, pp. 157-170.

Les Almoravides – Le Djihad Andalou (1106 – 1143), Histoires et Perspectives Mediterranéennes. Paris, L'Harmattan, 1998.

MARINHO, José Rodrigues

"Dois Quirates de um Tesouro Encontrado ao Sul de Beja", Separata de *O Arqueólogo Português,* Série III, Vol. III, Lisboa, 1969, pp. 195-200.

"Moedas de Ibn Qasi Batidas em Silves", Separata de *O Arqueólogo Português*, Série IV, Vol. III, Lisboa, 1985, pp. 177-196.

Moedas Muçulmanas de Beja e de Silves. Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 1968.

MATTHEW, Donald

The Norman Kingdom of Sicily, Cambridge Medieval Text Books. Cambridge University Press, 1992.

MATTOSO, José

D. Afonso Henriques. Lisboa, Temas & Debates, 2007.

MERÊA, Paulo

Sobre as Antigas Instituições Coimbrãs, IX Centenário da Reconquista Cristã de Coimbra. Coimbra, Biblioteca Municipal, 1964.

MIRANDA, Ambrosio Huici

Historia Musulmana de Valencia, Vols. I e III. Valencia, Ayuntamiento de Valencia, 1969-1970.

Historia Política del Imperio Almohade, Tomo I, Estudo preliminar de Emilio Molina López e Vicente Carlos Navarro Oltra. Granada, Editorial Universidad de Granada, 2000.

PATO, Heitor Baptista

Nossa Senhora do Cabo: um Culto nas Terras do Fim. Lisboa, Artemágica, 2008.

PICARD, Christophe

"La Navigation Médiévale des Musulmans entre Méditerranée et Océan Atlantique (IXe – XIIe Siècles)", *Arqueologia Medieval*, n.º 9, Dir. Cláudio Torres, Campo Arqueológico de Mértola, 2005, pp. 13-20.

Le Portugal Musulman (VIIIe – XIIIe Siècle) – L'Occident d' al-Andalus sous Domination Islamique. Paris, Maisonneuve & Larose, 2000.

L'Océan Atlantique Musulman – De la Conquête Arabe à l'Époque Almohade. Paris, Maisonneuve & Larose, 1997.

PICOITO, Pedro

"A Trasladação de S. Vicente: Consenso e Conflito na Lisboa do Século XII", *Revista Medievalista Online*, n.º 4, 2008.

PIDAL, Ramon Menéndez

Historia de España, Vol. VIII, *El Retroceso Territorial de Al-Andalus*, Coord. María Jesús Viguera Molíns. Madrid, Espasa Calpe, 1997.

PINHARANDA GOMES

A Filosofia Arábigo-Portuguesa. Lisboa, Guimarães Editores, 1992.

REILLY, Bernard F.

Cristãos e Muçulmanos – A Luta pela Península Ibérica, Trad. Maria José Giesteira. Lisboa, Teorema, 1992.

The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII – 1126-1157. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1998.

SERRANO RUANO, Delfina

“Los Banu Iyad de la Caída del Império Almorávide à la Instauración de la Dinastía Nazarí”, *Estudios Onomástico-Biográficos de al-Andalus, Vol. X – Biografías Almohades I*, Ed. Maribel Fierro e María Luisa Ávila, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid – Granada, 1999, pp. 351-406.

SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H.

Nova História de Portugal, Vol. III, *Portugal em Definição de Fronteiras – Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa, Editorial Presença, 1996.

VALLS I TABERNER, Ferrán; SOLDEVILA, Ferrán

Historia de Cataluña, Vol. III, Trad. Nuria Sales. Madrid, Alianza, 1982.

VILÁ, Jacinto Bosch

Historia de Sevilla – La Sevilla Islámica – 712 - 1248, Colección de Bolsillo. Sevilha, Universidad de Sevilla, 1984.

WIERUSZOWSKI, Helene

“Roger II of Sicily, Rex-Tyrannus in Twelfth-Century Political Thought”, in *Speculum*, Vol. 38, n.º 1, Janeiro de 1963, pp. 46-78.

índice

Transição entre o período almorávida e almóada quatro anos em revista			
Ano	**Mês**	**Evento**	**Fontes e notas**
1144	**Julho?**	150 navios sicilianos bloqueiam Ceuta sem sucesso	Ibn Idari refere a chegada dos barcos normandos a Ceuta em 538, ano que terminou em Julho de 1144 (*Nuevos Fragmentos,* p. 236); Ibn al-Athir menciona a saída da armada em 539 (início em Julho de 1144), para pilhar o Norte de África (p. 557)
	Agosto, 14	Ibn al-Qabila toma o castelo de Mértola para Ibn Qasi e dá início à revolta dos muridinos	Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico,* p. 101
	Setembro	Ibn Wazir e Ibn al-Mundhir prestam homenagem a Ibn Qasi em Mértola	Ibn al-Abbar refere o princípio do mês de Rabi I de 539, o que corresponde ao início de Setembro de 1144 (*Dicionário Biográfico,* p. 103)
	Setembro	Afonso VII intensifica as campanhas de Reconquista e ordena *raids* sobre Córdova, Carmona, Sevilha e Granada	*Crónica de Afonso o Imperador,* Livro I, 187
	Outubro	Morte de Reverter, o líder cristão das tropas almorávidas	Ibn Idari diz que morreu 5 meses antes de Tashfin b. Ali, que veio a falecer em Março do ano seguinte (*Nuevos Fragmentos*, p. 237)
	Novembro	Ibn Qasi tenta conquistar Sevilha, provavelmente com a ajuda da frota de Ali b. Isa b. Maymun, de Cádis. Durante a operação, prende Ibn Wazir em Mértola	A revolta de Ibn Hamdin em Córdova ocorreu em Março de 1145. Ibn Ghanya teve de levantar o cerco a Niebla, que mantinha há três meses, sob Inverno rigoroso, para acudir à cidade. Este assédio seguiu-se à tentativa falhada de Ibn Qasi para conquistar Sevilha Todas estas informações são fornecidas por Ibn al-Abbar (*Dicionário Biográfico,* p. 105). Se regredirmos três meses face a Março e levarmos em conta o tempo de deslocação das tropas, caímos em Novembro
	Véspera de Natal	Muçulmanos seljúcidas conquistam o condado de Edessa e provocam grande comoção entre a Cristandade	Guilherme de Tiro, *Historia Rerum in Partibus Transmarinis Gestarum, Patrologia Latina* 201, pp. 642-5
	Março, 23	Morte de Tashfin b. Ali, em Oran	Ibn Khaldun, Vol. II, p. 178; al-Zarkashi, p. 9

Transição entre o período almorávida e almóada quatro anos em revista			
Ano	Mês	Evento	Fontes e notas
1145	Última semana de Março	Ibn Hamdin revolta-se em Córdova, mas é expulso por Zafadola. Ibn Qasi, apoiado por parte dos habitantes da cidade, envia os seus exércitos para assumir uma posição. Mas desiste em favor de Zafadola. Ibn Hamdin regressa, expulsa este último e proclama-se emir dos muçulmanos. Passa a ter como aliado Sidray b. Wazir	Rachid El Hour, "La Transición entre las Épocas Almorávide y Almohade Vista a través de las Familias de Ulemas", pp. 263-4. O investigador recorre à obra *al-Dayl wa l-Takmila*, colectânea biográfica de Ibn Abd al-Malik al-Marrakushi (Vol. I, p. 256, n.º 252, ed. M. Ibn Sarifa, Beirute)
	Abril?	Ibn Wazir, aliado de Ibn Hamdin, revolta-se contra Ibn Qasi, expulsa-o de Mértola e prende Ibn al-Mundhir em Beja	Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, p. 106. Se, no final de Março, Ibn Hamdin consegue firmar-se em Córdova, possivelmente, só no princípio de Abril é reconhecido por Ibn Wazir
	Junho - Agosto	Destruição do farol de Cádis por Ali b. Isa b. Maymun	al-Zuhri, *Kitab al-Dja'rafiyya,* parágrafo 239
	Julho	Início do cerco almóada a Fez	al-Baidak diz que o cerco durou 9 meses (p. 167). Se tivermos em conta que, segunfo Ibn 'Idari (ver entrada seguinte), a conquista ocorreu em Abril, o mês provável do início do cerco é Julho de 1145
	Julho - Agosto	Ali b. Isa b. Maymun, almirante de Cádis, reconhece Abd al-Mu'min	Ibn Maymun passou aos almóadas no ano de 540, que começou a 24 de Junho de 1145 (Ibn Khaldun, Vol. II, p. 183). Como Ibn Qasi esteve com o califa entre Setembro e Outubro desse ano (ver a seguir) e o cerco de Fez se iniciou em Julho, o almirante deve ter reconhecido Abd al-Mu'min entre este mês e Agosto
1145	Setembro/Outubro	Ibn Qasi vai ao Norte de África nas galeras de Ali b. Isa b. Maymun pedir ajuda contra Ibn Hamdin e Ibn Wazir. Desembarca em Ceuta, onde o governador lhe concede uma escolta para o conduzir até Abd al-Mu'min. O califa envia um exército, mas com o objectivo de conquistar Sevilha	Ibn al-Abbar, p. 102; Ibn al-Khatib, p. 114

Transição entre o período almorávida e almóada quatro anos em revista			
Ano	**Mês**	**Evento**	**Fontes e notas**
1146	**Fevereiro**	Yahia b. Ghanya expulsa Ibn Hamdin de Córdova. Fim do projecto político do autoproclamado emir dos muçulmanos	*Anales Toledanos*, p. 347
	Março, 31	São Bernardo começa a pregar a II Cruzada perante uma assembleia em Vézelay, França	Odo de Deuil, pp. 44-6; *De Consideratione Libri Quinque*, *Patrologia Latina* 182, pp. 741-5
	Abril	Conquista almóada de Fez. Fuga do governador, o príncipe almorávida Yahia al-Sahrawi, para Tânger e depois para o al-Andaluz. Ceuta, ao tomar conhecimento da queda de Fez, submete-se voluntariamente	Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos,* pp. 271-2; al-Wahid al-Marrakushi, pp. 162-3
	Maio	Conquista almóada de Salé	Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos,* p. 274
	Maio	Afonso VII, aliado de Ibn Hamdin, persegue e cerca Ibn Ghanya em Córdova. Mas, ao saber de que está para chegar um exército almóada, deixa cair o primeiro e firma aliança com o segundo	*Anales Toledanos*, p. 347
	Maio	Sevilha rebela-se contra o poder almorávida	A. Bel, *Les Bénou Ghanya*, p. 8
	Junho	Início do cerco almóada a Marraquexe	Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, p. 277
1146	**Junho, 12**	O almirante Jorge de Antioquia conquista Trípoli para Rogério II da Sicília	Ibn al-Athir, p. 558
	Junho	Desembarque das tropas de Abu Ishaq Barraz al-Massufi em Cádis	Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico* p. 102; Ibn al-Athir, p. 559
	Verão	Barraz submete os senhores do Gharb, incluindo Labid b. Abd Allah, governador de Santarém. O Ocidente do al-Andaluz, com a excepção de Lisboa, é controlado pelas forças almóadas	Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico,* p. 102. Se, como afirma Jacinto Bosch Vilá (*La Sevilla Islámica,* p. 146), houve forças de Santarém na conquista de Sevilha, o governador submeteu-se aos almóadas
	Entre o Outono e o fim do ano	Exército de Barraz estacionado em Mértola. Possível acordo entre Afonso Henriques e alguma população de Santarém, como, por exemplo, a de origem moçárabe	Ibn Khaldun, Vol. II, p. 185. À luz da submissão de Labid b. Abd Allah aos almóadas, é admissível o descontentamento de parte da população e um acordo com o rei de Portugal

Transição entre o período almorávida e almóada quatro anos em revista			
Ano	**Mês**	**Evento**	**Fontes e notas**
1147	**Janeiro, 18**	Almóadas conquistam Sevilha, após controlarem todo o Gharb, com a excepção de Lisboa	Ibn al-Abbar, *Dicionário Biográfico*, p. 102. O governador de Lisboa não figura na lista de rebeldes contra o poder almorávida estabelecida por Ibn al-Khatib (p. 110)
	Fevereiro, 4 / Março, 5	Ramadão	Ver, por exemplo, www.oriold.uzh.ch/static/hegira.html
	Março	Ibn Hud al-Massi rebela-se contra os almóadas, ainda ocupados com o cerco a Marraquexe	Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos*, p. 289
	Março, 15	Queda de Santarém nas mãos de Afonso Henriques	*Quo modo sit capta*
	Março, 23	Conquista de Marraquexe e morte do último soberano almorávida, Ishaq b. Ali. Purificada a cidade, Abd al-Mu'min faz a entrada triunfal enquanto senhor do Magrebe e al-Andaluz	Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos,* p. 280; Ibn al-Athir, pp. 543-4; *al-Hulal al-Mawsiyya,* p. 165. Neste momento, Barraz já tinha conquistado Sevilha e os almóadas controlavam as duas capitais almorávidas
	Abril, 26	Saída dos primeiros barcos de Colónia com rumo à cruzada sobre Lisboa	*Anónimo* publicado em *Fontes Medievais da História de Portugal*, pp. 131-2
1147	**Maio**	Almóadas atacam e eliminam al-Massi, mas precisam de uma longa campanha para esmagar as rebeliões no Magrebe	Ibn Idari, *Nuevos Fragmentos,* p. 290 e p. 293
	Maio, 23	Saída dos barcos de Inglaterra com rumo à cruzada sobre Lisboa	*A Conquista de Lisboa aos Mouros*, p. 57
	Junho, 28	Início do cerco a Lisboa pelas forças de Afonso Henriques	*A Conquista de Lisboa aos Mouros*, p. 79.
	Entre Junho e o fim do Verão	Novas rebeliões no al-Andaluz, iniciadas por al-Batrugi de Niebla, tirando partido da insatisfação popular face aos irmãos de Ibn Tumart. Almóadas perdem Sevilha. O Gualdaquivir é bloqueado pela armada de Ali b. Isa b. Maymun, de Cádis	Não se sabe em que mês começaram as rebeliões. Mas, em 542, ano da Hégira que começou em Junho de 1147, Abd al-Mumin recebeu uma delegação de Sevilha a oferecer submissão (al-Zarkashi, p. 9), pelo que só devem ter começado depois deste evento. Ver ainda Jacinto Bosch Vilá, *La Sevilla Islámica,* p. 147
	Entre Junho e o fim do Verão	Ibn Ghanya apodera-se de Algeciras e, ao que tudo indica, tenta controlar a passagem entre o Magrebe e o al-Andaluz	Ambrosio Huici, *Historia Politica del Imperio Almohade*, Vol. I, p. 156

Transição entre o período almorávida e almóada quatro anos em revista			
Ano	**Mês**	**Evento**	**Fontes e notas**
	Verão?	Ceuta rebela-se contra Abd al-Mu'min e pede um governador a Ibn Ghanya, que lhe envia o príncipe almorávida Yahia al-Sahrawi. Um novo projecto de dinastia está em curso	Ibn Abi Zar, p. 197; al-Baidak, p. 176
	Julho, 3	Conquista de al-Mahdia pelo almirante Jorge de Antioquia, em nome de Rogério II da Sicília	Ibn al-Athir, p. 563. O cronista refere a data de 2 de Safar de 542, que corresponde a 3 de Julho de 1147 e não a 21 de Junho, como indicado pelo tradutor
	Agosto, 1	Início do ataque cristão a Almeria, liderado por Afonso VII	*Crónica de Afonso o Imperador,* Livro II, 202; Caffaro, *De Captione Almerie et Tortuose,* p. 27
	Outubro	Primeiros ataques cristãos no âmbito da II Cruzada. No mesmo mês, o almirante Jorge de Antioquia iniciou um ataque prolongado ao Império Bizantino	Donald Matthew, *The Norman Kingdom of Sicily,* p. 59. Ver ainda Ibn al-Athir (pp. 568-9), se bem que as datas indicadas não estejam correctas
1147	**Outubro?**	Após disputa militar, Sidray b. Wazir perde Badajoz para Ibn al-Hajjam	Abdallah Khawli diz que foi no fim de 1147 (*Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas,* p. 29). O acordo entre Ibn Wazir e Afonso Henriques, pelo qual o primeiro não ajudou a população de Lisboa, faz supor que, durante o cerco, o caudilho estivesse imerso na disputa por Badajoz. As novas rebeliões no al-Andaluz podem ter começado a partir de Junho
	Outubro, 16	Queda de Almeria nas mãos de Afonso VII e seus aliados genoveses, pisanos e catalães. Muhammad b. Maymun, almirante de Almeria, foge para as Baleares	Caffaro, *De Captione Almerie et Tortuose*, pp. 27-8
	Outubro, 21	Afonso Henriques conquista Lisboa	*A Conquista de Lisboa aos Mouros*, p. 127

Agosto 1144
Outubro 1147

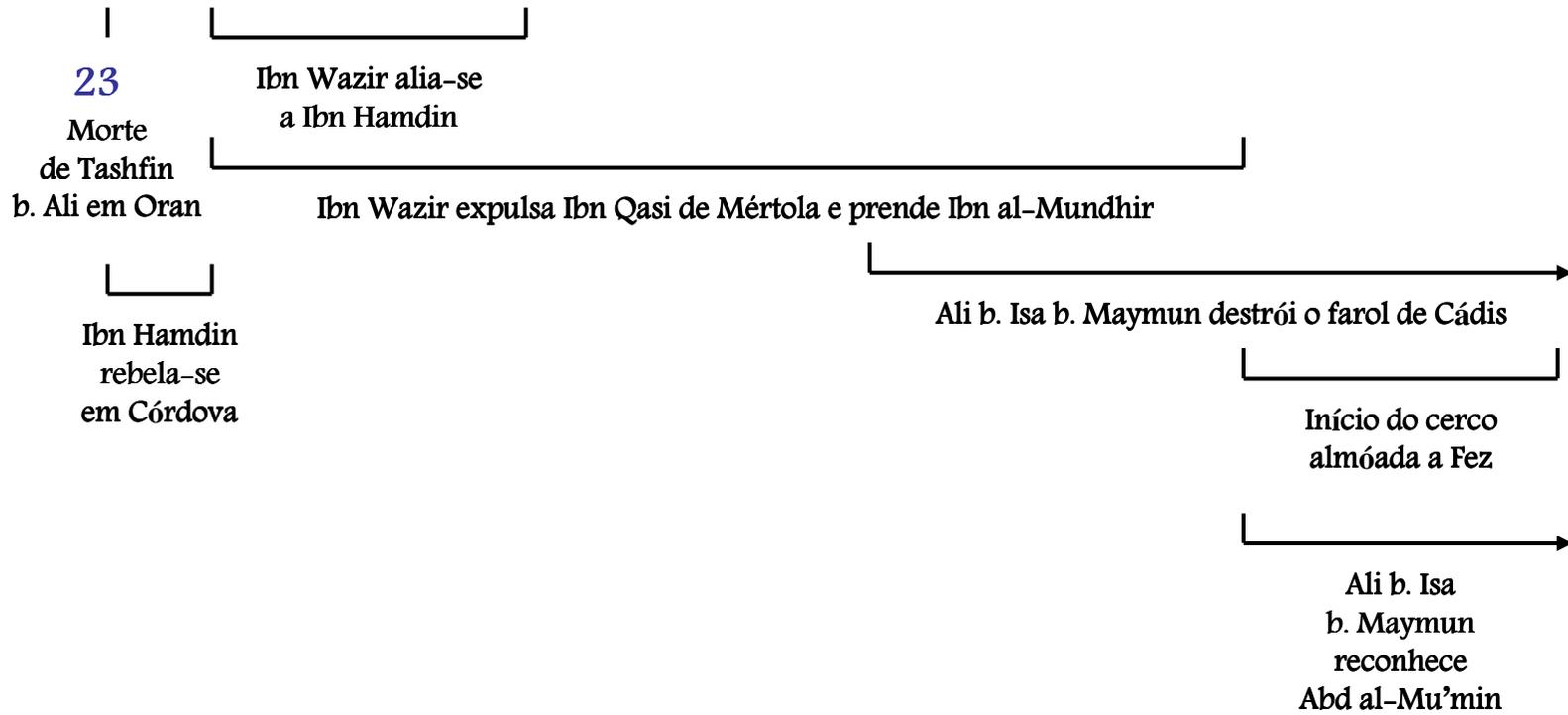
reconstituição histórica

1144

Afonso VII
ordena *raids* sobre
Córdova, Carmona,
Sevilha e Granada

Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
14 Ibn al-Qabila conquista Mértola para Ibn Qasi	Ibn Wazir e Ibn al-Mundhir prestam homenagem a Ibn Qasi	Morte de Reverter num recontro com forças almóadas	Ibn Qasi tenta conquistar Sevilha com a ajuda de Ali b. Isa b. Maymun	24 Seljúcidas conquistam o condado de Edessa e provocam comoção na Cristandade

1145

Março
Abril
Maio
Junho
Julho
23
Morte
de Tashfin
b. Ali em Oran
Ibn Wazir alia-se
a Ibn Hamdin
Ibn Wazir expulsa Ibn Qasi de Mértola e prende Ibn al-Mundhir
Ibn Hamdin
rebela-se
em Córdova
Ali b. Isa b. Maymun destrói o farol de Cádis
Início do cerco
almóada a Fez
Ali b. Isa
b. Maymun
reconhece
Abd al-Mu'min

1145

Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

Ali b. Isa b. Maymun
destrói o farol de Cádis

Ibn Qasi desloca-se ao Norte de África,
nas galeras de Ali b. Isa b. Maymun,
e pede ajuda a Abd al-Mu'min contra
Ibn Wazir e Ibn Hamdin

Ali b. Isa b. Maymun
reconhece
Abd al-Mu'min

1146

Afonso VII, aliado
de Ibn Hamdin, cerca
Ibn Ghanya em
Córdova. Mas, ao saber
da chegada de um
exército almóada,
deixa o primeiro
e alia-se ao segundo

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio

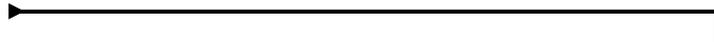
Yahia b. Ghanya
expulsa Ibn Hamdin
de Córdova.
Fim da aliança
com Ibn Wazir

31
São Bernardo
prega a
II Cruzada
em Vézelay
perante
os grandes
da Cristandade

Conquista
almóada de Fez
e fuga de Yahia
al-Sahrawi,
governador
da cidade

Conquista almóada
de Salé

1146
12
Jorge de Antioquia conquista Trípoli para Rogério II
Possível acordo entre Afonso Henriques e os moçárabes de Santarém
Junho
Julho
Agosto
Setembro
Outubro
Cerco almóada a Marraquexe
Desembarque das tropas almóadas em Cádis
Barraz obtém submissão dos senhores do Gharb, incluindo o governador de Santarém. O Ocidente do al-Andaluz, com excepção de Lisboa, é controlado pelos almóadas
Barraz estacionado em Mértola para o Inverno

1146
1147
Possível acordo entre Afonso Henriques
e os moçárabes de Santarém
15
Santarém cai
nas mãos de Afonso
Henriques
Novembro
Dezembro
Janeiro
Fevereiro
Março
Cerco almóada a Marraquexe
23
Assalto final.
Abd al-Mu'min
faz entrada triunfal
como senhor
do al-Andaluz
e Magrebe
Barraz estacionado em Mértola para o Inverno
18
Conquista de Sevilha.
Participação de todos
os exércitos do Gharb,
à excepção do de Lisboa
4
Ramadão
5
Ibn Hud, personagem com
ambições messiânicas,
rebela-se e dá origem a
revoltas no Magrebe

1147
3
Jorge
de Antioquia
conquista
Mahdia
para
Rogério II
1
Início
do cerco
a Almeria
Cerco
a Almeria
26
Saída dos barcos
de Colónia
com destino
a Lisboa
23
Saída dos barcos
de Inglaterra
com destino
a Lisboa
28
Início
do cerco
a Lisboa
Cerco a Lisboa
Abril
Maio
Junho
Julho
Agosto
Revoltas no Magrebe suscitadas pela rebelião de Ibn Hud
Morte de Ibn Hud
pela elite do exército
almóada
Revoltas no al-Andaluz suscitadas pelo mau comportamento dos familiares
de Ibn Tumart
Yahia b. Ghanya conquista Algeciras e tenta controlar a passagem
entre o Magrebe e o al-Andaluz
Ceuta rebela-se contra os almóadas e recebe como governador Yahia al-Sahrawi
Ibn Wazir luta pela posse de Badajoz

1147

Jorge de Antioquia ataca
o Império Bizantino em nome de Rogério II
Primeiros ataques cristãos no âmbito da II Cruzada
16
Assalto
final
Cerco a Almeria
21
Assalto
final
Cerco a Lisboa
Setembro
Outubro
Ibn Wazir luta pela posse de Badajoz e perde a cidade

Santarém
Lisboa
Alcácer
Mértola
Silves
Córdova
Sevilha
Cacela
Cádis
Almeria
Algeciras
Tânger
Ceuta
Valência
Denia
Ibiza
Palma de Maiorca
Sardenha
Palermo
Sicília
Argel
Bougie
Constantina
Tunes
Oran
Susa
al-Mahdia
Sfax
Malta
Gabès
Trípoli
Salé
Tlemcen
Fez
Meknès
Marraquexe

Outubro de 1147
Cidade na posse
de Afonso Henriques
Acordo de paz
entre Ibn Wazir
e Afonso Henriques
Disputa entre Ibn Wazir
e Ibn al-Hajjam
Marinha de guerra
Santarém
Lisboa
Évora
Badajoz
Alcácer
Córdova
Silves
Sevilha
Cacela
Cádis
Almeria
Algeciras
Oran
Tânger
Ceuta